O ANARQUISMO EM CUBA*

Frank Fernández

* Tradução: Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA). Revisão da tradução e tradução do prefácio e do prólogo: Paulo Henrique Pappen.

Sumário



PREFÁCIO

Lily Litvak

O que é a história? Hoje em dia tem se falado na necessidade de redefinir a história de um país, focando no devir de um povo. A pergunta é ainda mais urgente quando se refere a Cuba, não apenas pelo *parti pris* com que se observa o seu presente, mas também pela incerteza quanto ao seu futuro. Este importante livro tenta dar algumas respostas. Para começar, Frank Fernández destrói o mito marxista que insistentemente negou a participação de anarquistas na formação do país. Ele opta por fazer uma meticulosa exposição cronológica para destrinchar a história do movimento anarquista na ilha.

A pesquisa para este trabalho foi feita com a erudição e o cuidado documental que caracteriza os trabalhos de Frank Fernández. Incitado pela necessidade de explicar o que aconteceu e considerando o profundo compromisso com seu país de origem, o autor se negou a aceitar as ideias prontas e recomenda deixar que os fatos abram o caminho para a pesquisa. Apesar da atitude negativa que a crítica marxista teve com outras obras de Fernández, ele não tem a intenção de fazer um panfleto panegírico do anarquismo. Ele compreende que cada setor social "tem o direito de expor o que se conhece como sua verdade histórica", mas insiste que isso "deve estar baseado em dados evidentes e bem interpretados". Por isso, ele estudou uma enorme quantidade de materiais de primeira mão, leu documentos, revistas, jornais, memórias, explorou bibliotecas e arquivos. Por isso, o texto está apoiado em um aparato crítico detalhado e em uma forte base bibliográfica tomada de fontes primárias e difíceis de acessar. Acrescente-se a isso a própria experiência de várias décadas de acontecimentos vividos por ele e o contato pessoal com companheiros, companheiras e grupos do exílio. Assim ele chega a uma síntese perfeita em suas conclusões, em que não apenas se elucida um capítulo pouco conhecido da história, mas também muitos outros conceitos mais amplos que revelam as discussões ideológicas sobre Cuba. É preciso agradecer Fernández por sua dedicação em busca de uma nitidez expositiva que nos coloca ao alcance essa sabedoria, porque assim, neste livro, se expressa um corpo de conhecimentos e conquistas que são patrimônio de um povo.

Além da erudição contida nestas páginas, o que torna este livro tão atrativo para a leitura é um estilo de prosa transparente, lúcida, inteligente, controlada, que faz com que a gente fique imersa nos acontecimentos, quase como testemunha ocular. Se nota a paixão que Fernández tem por esse assunto. Sua obra é sobre pessoas e acontecimentos que o interessam e, por meio de sua pesquisa, elas ganham novas perspectivas, um novo sentido e uma nova vida. Ele explica que

buscou a influência que as ideias libertárias tiveram no povo cubano por um senso de dever e até por necessidade histórica, já que naquele país os e as anarquistas combateram em defesa da liberdade e da justiça.

O primeiro capítulo abarca o período colonial de 1865 até 1898. Aqui se dá uma atenção particular para as correntes do pensamento anarquista difundidas durante a formação e o desenvolvimento da nação cubana. Primeiro se nota a influência de Proudhon, que teve seguidores e discípulos entre artesãos e operários progressistas, sobretudo no ramo tabaqueiro, o primeiro setor em que os trabalhadores e trabalhadoras adquiriram consciência de classe em Cuba, com a subsequente formação da primeira sociedade mutualista de inspiração proudhoniana em 1857. Depois se analisa a trajetória que vai desde a primeira greve, em 1856, até a fundação do semanário *La Aurora* pelo asturiano Saturnino Martínez e a criação da prática de leitura nas fábricas de tabaco, que tanto influenciaram na propagação do ideário anarquista.

Foi nos primeiros anos da década de 80 do século XIX que entraram em Cuba os conceitos sociais procedentes da *Federación Regional Española* (Federação Regional Espanhola), sintetizados no Congresso de Barcelona de 1881. Foi também nessa época que o bakuninismo substituiu a influência de Proudhon. Naqueles anos, foi criada a agrupação *Central de Artesanos* (Central de Artesãos) e o *Círculo de Trabajadores de La Habana* (Círculo de Trabalhadores de Havana) – e Enrique Roig San Martín, pensador e escritor que propagava as ideias anarquistas em *El productor* (O produtor), começou a se destacar. O autor, então, passa em seguida a fazer uma minuciosa revisão dos vários acontecimentos que assinalam o estabelecimento das ideias libertárias na ilha: as greves no setor do tabaco que paralisaram a indústria, a criação da *Federación Local de Tabaqueros* (Federação Local de Tabaqueiros) que seria o motor ideológico do anarquismo em Cuba, a primeira comemoração do Primeiro de Maio em 1890, bem como as contínuas repressões governamentais.

Analisa-se com muito cuidado a importante discussão que surgiu por causa da divisão de opiniões entre anarquistas partidários da independência e anarquistas que não aderiram à causa porque estavam em busca de outro ideário social. Mas Fernández revela também como os focos revolucionários que operavam principalmente em cidades da Flórida eram verdadeiros enclaves de patriotas ácratas separatistas. Em 1895, a guerra convocada por Martí iniciou em Cuba e, entre os combatentes, apareceram alguns conhecidos anarquistas, sobretudo os que haviam emigrado aos Estados Unidos. Um assunto importante do livro é a análise da relação entre os acontecimentos cubanos e o movimento na Espanha. O autor explica que a crueldade da guerra favoreceu o separatismo cubano por meio de libertários como Salvochea e Pedro Vallina e as atividades de Betances em Paris, que ajudaram a fomentar greves e protestos. Algumas das ideias e dados

expostos por Fernández em sua reveladora obra *La sangre de Santa Águeda: Angiolillo, Betances y Cánovas* (Miami: Universal, 1994) são explorados novamente aqui. E se vê até que ponto o justiçamento de Cánovas foi o princípio e a causa principal do que depois se chamou de “O desastre” de 1898.

No segundo capítulo se estudam as consequências da guerra e as repercussões das ambições político-econômicas de Washington na ilha. Cuba era fundamental para os planos estadunidenses por causa da sua posição geográfica, estratégica não apenas para as comunicações norte-sul do continente mas também por ser a chave do já planejado canal interoceânico no Panamá. O resultado foi a ocupação norte-americana de Cuba, que começou em primeiro de janeiro de 1899. O livro relata os acontecimentos do âmbito libertário naqueles anos, várias greves de grande importância como a de Sagua la Grande, a formação de uma nova organização operária, a *Liga General de Trabajadores* (Liga Geral de Trabalhadores), e a visita de Malatesta à ilha. Neste capítulo se estuda também a segunda ocupação americana, o eco da revolução soviética, a formação da *Federación Obrera de La Habana* (Federação Operária de Havana) e a chegada de Machado à presidência, que determinou uma perseguição às e aos anarquistas.

O capítulo seguinte é dedicado aos acontecimentos que vão desde 1934 até 1958. Esse período começa com um novo governo de tipo esquerdista e tons nacionalistas, cuja figura principal foi Fulgencio Batista. Uma lei promulgada por esse governo afetou muito o anarquismo em Cuba, pois proibia que as empresas tivessem mais de cinquenta por cento de funcionários estrangeiros. Muitos militantes tiveram que abandonar o país e se transferir para a Espanha, onde a guerra civil os esperava.

A partir daquele momento, as vicissitudes do movimento anarquista ficariam à mercê do Coronel Batista, que se tornou o homem forte de Cuba, estabeleceu uma ditadura e passou a controlar ferreamente as atividades trabalhistas. Apesar disso, algumas agrupações prosperaram, como a associação *Juventud Libertaria de Cuba* (Juventude Libertária de Cuba). Nessas páginas, aprendemos que, quando estourou a guerra civil espanhola, os anarquistas cubanos se somaram na defesa da República e fundaram em Havana a *Solidaridad Internacional Antifascista* (Solidariedade Internacional Antifascista), que trabalhou com afinco para enviar fundos e armas aos companheiros da CNT-FAI. Ficamos sabendo também que, no fim da guerra, com ajuda de militantes libertários, chegaram em Cuba muitos anarquistas espanhóis que saíram da França e da Espanha com passaportes cubanos.

Os últimos capítulos revelam fatos quase completamente desconhecidos até agora. Fernández detalha como os anarquistas participaram ativamente da luta contra Batista; alguns nas guerrilhas em Oriente ou no Escambray, outros na luta urbana. E como, já no panfleto *Proyecciones*

Libertarias (Perspectivas Libertárias), de 1956, no qual se atacava Batista, se mencionava a pouca confiança que Fidel Castro inspirava. Mesmo que, no início, teve-se uma atitude de cautela a respeito do governo revolucionário, em pouco tempo as várias publicações anarquistas começaram a condenar os procedimentos ditatoriais do regime. Como retribuição, já nos primeiros dias de janeiro o governo revolucionário expulsou os anarcossindicalistas dos diversos setores operários. No verão de 1960, convencidos de que Castro tendia a um governo totalitário marxista-leninista, os anarquistas lançaram uma declaração por meio de um órgão de difusão de uma agrupação sindicalista libertária reafirmando a posição anarquista contra o Estado, respaldando o trabalho coletivo e cooperativo em contraste com o centralismo agrário proposto pelo governo, além de afirmar sua atitude antinacionalista, antimilitarista e anti-imperialista. Eles condenavam também o centralismo burocrático e "as tendências autoritárias que estão brotando no próprio coração da revolução". Esse foi um dos primeiros ataques que foram feitos ao regime, de um ponto de vista ideológico. A partir daquele momento, os e as anarquistas tiveram que passar para a clandestinidade, acusados pelo regime de fazerem atividades contrarrevolucionárias. Fernández relata as atividades opositoras daquele período, a publicação do boletim clandestino *Movimiento de Acción Sindical* (Movimento de Ação Sindical) e a participação anarquista em focos guerrilheiros em diversas partes do território. Os companheiros e companheiras, desde a metade de 1960, comprometidos ou não com a oposição violenta, tiveram que começar a partir para o desterro e, em 1961, começou o êxodo para os Estados Unidos.

É exemplar a capacidade de sobrevivência do anarquismo, a incansável atividade intelectual dos diversos grupos exilados, seu espírito empreendedor e sua lucidez de consciência, porque eles e elas continuaram suas atividades. Entre os já poucos militantes que ficaram em Cuba, muitos foram presos na sinistra prisão de La Cabaña, outros conseguiram sair e continuaram seu trabalho ideológico e cultural por meio da publicação e o contato com os diversos grupos de companheiros no exílio. Um importante epílogo nos revela as meditações do autor sobre a situação cubana atual e a viabilidade das ideias anarquistas. Um parágrafo de Fernández resume essa sempre heroica luta: "os anarquistas cubanos mantiveram esse espírito de luta e abnegação por Cuba e seu povo, possuem uma longa tradição de liberdade e justiça, unidos por uma decisão indestrutível, confiantes de que o próximo século será a aurora de um mundo melhor, mais solidário e mais livre".

Esta obra preenche um vazio na literatura histórica cubana. É preciso ter consciência dessa luta em um momento em que o povo cubano precisa enfrentar o futuro e tentar alcançar, por fim, a realização de seus ideias de liberação nacional e social.

PRÓLOGO

Francisco Olaya Morales

O assunto tratado por este livrinho precisava de um estudo sério e responsável, como o que se faz aqui, por razões de ética e de oportunidade, embora alguns aspectos estejam excessivamente condensados. Não apenas porque seria necessário acabar com a parcialidade das fontes testemunhais e os interesses sectários que distorceram intencionalmente a verdade histórica, mas sobretudo pelas interrogações e questões que o livro coloca, que precisam ser explicadas.

A publicação deste pequeno livrinho pelo seu número de páginas, mas grande pelo seu conteúdo, obedece, pois, a uma dupla necessidade. Em primeiro lugar porque permite divulgar a evolução da história cubana, para acabar com mitos, fábulas e lendas e, enfim, porque consegue expor as aspirações mais íntimas de um povo que luta contra a opressão e a injustiça.

Modestamente, Frank Fernández, em seu "a título de declaração", registra que se trata aqui de uma breve e condensada referência ao impacto de determinadas ideias sobre o povo cubano, que fizeram história. Nesse aspecto, no entanto, teria sido útil, talvez, registrar que precisamente essas teorias, séculos antes, foram um substrato substantivo da sociedade cubana, extirpadas pelo fanatismo católico dos conquistadores.

Na realidade, não existe obra pequena quando feita a contracorrente, por dizer a verdade, e mais ainda se ela não se ajusta a pequenos interesses mesquinhos, pessoais ou de alguma facção. A história que se faz com a intenção de divulgar verdades, sem outro propósito além de enriquecer a cultura, fomentar o progresso e abrir novos caminhos para o futuro humano é sempre grande.

Existe uma história oficial, feita por funcionários do Estado, ou oportunistas que vivem a custa de partidos políticos ou de interesses determinados, que se escreve com o propósito de ganhar méritos ou obter recompensas, e existe a história dedicada à exaltação de santos e heróis: ambas se equivalem. Mas existe também, por sorte, a história que se escreve sem outro interesse além do dever de consciência e a honra que o leitor e a leitora nos dão, por termos tratado de informá-los e documentá-los.

A história de Cuba não é simplesmente o panegírico mitológico daqueles que viveram do sacrifício do seu povo e do seu espólio. Ela é, antes de tudo e sobretudo, a história dos homens e mulheres desse povo que, com sangue, suor e lágrimas, trataram de sinalizar e abrir sulcos no caminho do progresso e da liberdade, em uma sociedade dominada pelas mesmas cicatrizes impostas pelos colonizadores até 1898.

Se está certo que, como se afirma com fundamento, os povos felizes não têm história, a do povo cubano é rica e densa porque foi fertilizada pelas ideias, a nobreza, a generosidade e o altruísmo das milhares de pessoas a que Frank Fernández rende aqui uma justa homenagem. Mas também é verdade que ele nos é devedor de séculos de história que precisam ser ampliadas, com a probidade que distingue o autor, para nos permitir conhecer o que devemos ao povo cubano no terreno da teoria e da prática, a respeito do legado ético e ideológico que lhe restituímos depois.

Na verdade, para poder avaliar essa contribuição em seus termos justos, seria preciso expor a contrapartida que recebemos como consequência do descobrimento da América, que tanta influência teve na elaboração das utopias que serviram de fundamento para as ideias socialistas e de alavanca para remover a pesada lápide da ignorância e de fanatismo que pesava sobre a Europa medieval. De Moro a Campanella, de William Godwin a Proudhon, Bakunin e Kropotkin, existe uma continuidade ideológica que se nutre nas célebres cartas de Américo Vespúcio sobre a sociedade "paradisíaca" do Novo Mundo, ao que o anarquismo deve tanto quanto às teorias de Zenão e de Aristipo.

Seria interessante documentar a analogia existente entre as teorias anarquistas que foram difundidas na ilha a partir de 1850, como Frank Fernández documenta em seu primeiro capítulo, e as práticas de vida comunitária e livre da sociedade pré-colombiana cubana. Ainda mais se se leva em conta que esse sistema social tinha mais semelhança com as teorias de Godwin sobre a sociedade "sem obrigação nem sanção", precursoras no campo anarquista, ou as defendidas por Bakunin sobre "o direito soberano de cada indivíduo a não buscar mais sanção a seus atos do que sua própria consciência".

Certamente, a difusão das ideias de Proudhon a partir da metade do século XIX, quando a sociedade cubana havia perdido seus traços de identidade sob a opressão do que Frank chama muito acertadamente de "aristocracia local", da "sacarocracia", deve ter provocado um forte impacto nos meios operários, como fica evidente pela primeira greve do setor tabaqueiro, em 1865. E mais ainda se levamos em conta que, como o autor aponta, "o tráfico de escravos negros procedentes da África" estava então no auge, até o extremo de que, em 1879, havia ainda 396 mil escravos em Cuba, e que esse sistema não foi abolido completamente até 1886, medida na qual a influência das ideias anarquistas de emancipação humana tiveram que desempenhar um papel destacado.

De qualquer maneira, é reconfortante esse estudo feito sobre a evolução histórica e as lutas que lhe servem de apoio, realizadas pelas primeiras sociedades operárias de tendência anarquista inspiradas nas teorias de Bakunin, contra a desumanidade da plutocracia ilhoa e do colonialismo espanhol, até chegar à independência de Cuba. É preciso, no entanto, fazer uma objeção à afirmação de Frank sobre o "magnicídio de Cánovas cometido por Angiolillo, em coordenação com

Betances em Paris", assunto sobre o qual eu lhe ofereci a informação demonstrativa de que essa "coordenação" nunca existiu.

Esse magnicídio, desde o início, e situando-nos no terreno da interpretação, teve lá suas consequências, embora tampouco sejam de desdenhar a incapacidade dos governantes espanhóis e a ação bárbara de generais, como Weyler, que sacrificaram nos pântanos dezenas de milhares de espanhóis e, nos campos de concentração, milhares de camponeses cubanos, inclusive mulheres e crianças. Evidentemente, Frank tem razão quando afirma que durante aquele período "o governo espanhol [cometeu] um genocídio sem precedentes", embora isso fosse simplesmente a continuação do trabalho repressivo iniciado pela descoberta da América, que levou ao extermínio total dos indígenas Arawak das Antilhas, seguindo a lógica católica dos conquistadores.

Entretanto, durante a época que Frank historia muito documentadamente, em que ele ressalta a unidade entre independentistas e anarquistas cubanos contra a barbárie governamental espanhola, as divergências de propósito não demoram a ficar evidentes. Cuba conquistou sua independência em 1898 e passou "da autonomia tutelada pela Espanha ao protecionismo autonômico norte-americano", sob a égide de um general deste país, até que após a chamada "Emenda Platt", em 1901, os EUA legalizaram seu domínio sobre a ilha, botando em evidência as diferenças de atitude entre independentistas, sem mais aspirações a não ser a defesa de seus privilégios pessoais, e anarquistas, que lutavam pelos direitos da comunidade.

Frank Fernández nos oferece, então, um estudo sistemático da sociedade e do anarquismo cubano e de sua originalidade, fazendo uma análise imparcial que coloca em evidência a propaganda feita para defender atividades que nunca tiveram sucesso. Quer dizer que, de uma perspectiva temática, se trata de um livro único porque não tem outra preocupação além de oferecer uma análise histórica, sem compromissos.

Frank, nesta obra, estuda o século e meio de uma história densa e profunda, mal conhecida e analisada pior ainda, ressaltando a dimensão fundamental do anarquismo nessa evolução. Mas ele tem a virtude e a honestidade, atitude pouco frequente, de não ocultar as falhas nem os erros que podem ter sido cometidos, o que contribui para realçar sua tarefa e sua independência crítica.

Tem, no entanto, dois temas nesta obra que o esforço de sintetizá-los faz com que percam sua capacidade de síntese. Me refiro concretamente à conversão ideológica do jovem conservador Fidel Castro ao bolchevismo após a nacionalização das indústrias americanas na ilha e da execução do general castrista Arnaldo Ochoa.

No primeiro caso, me parece que não basta afirmar que Castro, no início, foi ajudado economicamente pelos EUA, que foram os primeiros a reconhecer diplomaticamente seu regime e inclusive se poderia afirmar que a ajuda que a CIA lhe deu não foi desdenhável. Mas acho também

que, para interpretar melhor sua evolução ideológica, seria preciso levar em conta que a burguesia norte-americana, no momento da derrubada da ditadura batistiana, controlava 40% da indústria açucareira em Cuba, além de 90% das minas e fazendas, 80% dos serviços públicos, 50% do transporte ferroviário e quase todos os bordéis e cabarés da capital.

Em segundo lugar, seria preciso se aprofundar acerca do fuzilamento do general Ochoa, que de acordo com a tese oficial foi executado por “fraude e corrupção”. Em primeiro lugar, porque se a acusação oficial for verdade ela mesma demonstra que as virtudes do regime não são tão evidentes como a propaganda oficial pretende e, em segundo lugar, porque seria necessário saber se a versão que, hoje, a própria filha do executado defende permitiria conhecer outras facetas da idiossincrasia e das fraquezas de Fidel Castro.

De um ponto de vista cultural, revolucionário e sociológico, como aqui fica demonstrado sem lirismos, documentalmente, me parece excelente a história que se faz do anarquismo cubano, seu compromisso permanente com a revolução e sua homérica luta pela transformação da sociedade, como a história que se faz da plutocracia local, propensa a todas as perfídias e perjúrios, assim como os colonos de faca e forquilha. É igualmente excelente e não merece nenhuma objeção a análise que se faz do Partido Comunista e de seus dirigentes, da incoerência que se documenta e que fica evidente entre seus discursos propagandísticos e sua colaboração vergonhosa com ditadores do temperamento de Gerardo Machado, Fulgencio Batista e Fidel Castro na repressão, na mutilação e no assassinato dos defensores da liberdade e da justiça social.

Mas tudo isso é insuficiente e, mesmo que para as pessoas informadas, como é o caso de Frank Fernández, pode parecer o bastante, ao leitor e à leitora que não dispõem dos mesmos elementos para julgar lhes terá sido tirada a parte fundamental da informação. Porque para conhecer a evolução política de Fidel Castro e do regime castrista não basta a referência à sua formação burguesa ou socialdemocrata: é preciso descrever o processo seguinte, a ajuda que ele recebeu dos EUA e inclusive da CIA, a nacionalização da agricultura e da indústria açucareira no dia 17 de maio de 1959, a nacionalização das instalações das companhias petroleiras Standard Oil, Texaco e Shell, em julho de 1960, completada com a nacionalização das empresas americanas, em agosto de 1960, muitas delas de origem mafiosa, até a ruptura das relações diplomáticas com os EUA, em janeiro de 1961, que é a consequência de tudo isso e não deixa alternativa a Castro a não ser atirar-se nos braços da Rússia.

Me parece que chegou a hora de dizer a verdade nua e crua, por mais cruel e implacável que nos possa parecer, e estou convencido de que Frank Fernández, com a capacidade analítica e crítica que lhe é natural, é capaz de ampliar e documentar todos esses aspectos que estou apontando. Por isso eu acho que tenho a obrigação de apontar essas coisas, com o convencimento

de que essa ampliação enriquecerá o livro e nos oferecerá motivos de reflexão, fazendo um merecido serviço ao povo cubano e a todas as vítimas da avidez e do sadismo dos ditadores da vez, ainda mais se não omitir a tendência de Fidel Castro a acender uma vela a Stalin e outra aos fascistas espanhóis, da estirpe de Fraga Iribarne, ou ao pontífice romano.

Não obstante, e em específico, não posso deixar de mencionar a questão que ele coloca nos capítulos IV e V sobre a "impressionante solidão" que o movimento anarquista cubano sofreu, depois do golpe de Estado de Fidel Castro, e a falta de solidariedade de que foi vítima por parte do anarquismo mundial. Sobretudo porque se trata de um problema que não pode nos deixar insensíveis, porque as questões que ele apresenta no terreno ético e teórico são atuais e mereceriam ser analisadas definitivamente, em nome do interesse geral.

Como o próprio Frank reconhece, tanto a revolução mexicana de 1910 quanto a russa, de 1917, ou a castrista, de 1957, provocaram "um sério impacto" nos meios anarquistas internacionais, cubanos inclusive, que teve desastrosas consequências com seu inevitável desfile de rompimentos por motivos subjetivos, mais do que racionais. Mas essa obstinada repetição do mesmo erro, por falta de análise do fenômeno, coloca em princípio algumas interrogações que seria conveniente levar em conta, sob pena de se acabar tropeçando eternamente na mesma pedra, a saber:

Não existe uma confusão irracional ou semântica em querer identificar revolução, motim ou golpe de Estado? Será que a transformação da sociedade só pode ser feita por meio da violência? Será que a revolução não pode evoluir sem cair nas garras do autoritarismo? Será que o movimento anarquista não deveria se aprofundar nesses temas e prover-se dos meios necessários para impedir o desvio da revolução pelo beco sem saída da ditadura?

Por outro lado, é preciso reconhecer com toda honestidade que a chamada revolução cubana, como a mexicana ou a russa, gerou sensíveis desvios que ainda estão vigentes, por distorção, falta de informação ou derivações, estritamente no plano pessoal. Seria, portanto, injusto ou pelo menos exagerado acreditar que essa desorientação foi permanente e coletiva, sem que com isso se pretenda minimizar a gravidade do impacto.

A verdade que pode ser documentada é que o movimento anarquista internacional foi solidário com o primeiro impulso revolucionário do povo cubano para derrubar a tirania de Fulgencio Batista e transformar a sociedade, posição retificada rapidamente quando foi possível constatar o desvio de tipo autoritário que ocorreu. Nesse caso concreto, as experiências anteriores permitiram uma rápida retificação do conjunto orgânico, embora algumas exceções, muito limitadas, tiveram efeito, inclusive nos meios cubanos, como o próprio Frank reconhece.

De toda maneira é inegável, e é preciso reconhecê-lo com sinceridade, que, no primeiro momento, a falta de informação confiável foi um fator de confusão evidente, que não se pode

desdenhar. Mas parece também evidente que essa falta não pode ser atribuída somente a quem estava a milhares de quilômetros do epicentro do fenômeno, acossados de um lado e de outro por versões tendenciosas.

É verdade que alguns de nós, de forma pessoal e indireta, tivemos notícias da formação em Nova Iorque e em Miami de Agrupações Anarquistas de cubanos exilados, embora elas não dessem nunca sinal de vida nem nos fosse possível estabelecer um contato direto. Os anarquistas cubanos, tanto naquela época quanto hoje, é possível que, como afirma Frank Fernández, entraram em contato direto com militantes mais ou menos conhecidos do movimento anarquista, mas nunca o fizeram de maneira orgânica e responsável, porque nesse caso se pode afirmar sem rodeios que a CNT da Espanha no exílio saberia honrar o princípio de solidariedade que lhe foi sempre característico.

Evidentemente, Frank Fernández cita uns vinte nomes, mas a maioria deles não foi nunca anarquista ou faz muito tempo que deixou de sê-lo, o que tanto na época quanto hoje é possível que contribua para semear a confusão. Ainda mais se levamos em conta que alguns dos indivíduos citados tinham relações equívocas e que outros eram conhecidos pela sua volubilidade ideológica.

Convém precisar também que Abelardo Iglesias, em 1965, ao passar por Toulouse e Paris, se limitou a estabelecer relações pessoais, desdenhando as relações orgânicas entre os anarquistas cubanos e os de outras latitudes, o que ele poderia e deveria ter evitado. Óbvio que tudo isso não justifica de nenhuma maneira a falta de solidariedade e o trauma que isso ocasionou, que deve ser denunciado com energia para evitar que se repita, já que parece evidente que as falhas nas relações do anarquismo internacional que geraram problemas ontem continuam gerando problemas hoje em dia.

A acusação de Frank contra um Comitê da CNT e contra a diretora de seu periódico deixa bem evidente que as omissões apontadas foram sempre pessoais, embora implicaram escandalosas quebras de atribuições e violações do princípio de solidariedade, fundamental e básico. A prova é oferecida pelo próprio Frank ao reconhecer que a CNT, de maneira responsável e desautorizando deliberações anteriores, convidou oficialmente os anarquistas cubanos na ocasião da celebração de seu Congresso de Madri, em 1979, recuperando as relações e os laços orgânicos rompidos, o que de certa forma nos limpa da infâmia de atitudes censuráveis.

Escrevi este prólogo a pedido de Frank e da *Fundación Anselmo Lorenzo*, porém sobretudo por obrigações de tipo ético. De certo modo, é a maneira que me pareceu mais adequada para manifestar minha solidariedade, de ontem e de hoje, a ele e às pessoas que sofreram com ele por uma falta de solidariedade que nos pareceu sempre alheia.

O ANARQUISMO EM CUBA

Frank Fernández

À memória de María Teresa,
que sempre estará conosco.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AIT Associação Internacional dos Trabalhadores
ALC Asociación Libertaria de Cuba (Associação Libertária de Cuba)
ARS Aliança Revolucionária Socialista
ASL Agrupación Sindical Libertaria (Agrupação Sindical Libertária)
BIL Boletín de Información Libertaria (Boletim de Informação Libertária)
CDR Comité de Defensa de la Revolución (Comitê de Defesa da Revolução)
CGT Confederación General de Trabajadores (Confederação Geral dos Trabalhadores)
CIRA Centre International de Recherches sur L'Anarchisme (Centro Internacional de Pesquisas sobre o Anarquismo)
CNOC Confederación Nacional Obrera de Cuba (Confederação Nacional Operária de Cuba)
CNT Confederación Nacional del Trabajo (Confederação Nacional do Trabalho)
CO Comisiones Obreras (Comissões Operárias)
CONI Comité Obrero Nacional Independiente (Comitê Operário Nacional Independente)
CTC Confederación de Trabajadores de Cuba (Confederação de Trabalhadores de Cuba)
CTCR Confederación de Trabajadores de Cuba Revolucionaria (Confederação de Trabalhadores de Cuba Revolucionária)
DDG Documento de Gaona
FAF Federacion Anarchiste Francaise (Federação Anarquista Francesa)
FAI Federación Anarquista Ibérica (Federação Anarquista Ibérica)
FAIT Federazione Anarchica Italiana (Federação Anarquista Italiana)
FGAC Federación de Grupos Anarquistas de Cuba (Federação de Grupos Anarquistas de Cuba)
FAM Federación Anarquista Mexicana (Federação Anarquista Mexicana)
FLA Federación Libertaria Argentina (Federação Libertária Argentina)
FOH Federación Obrera de La Habana (Federação Operária de Havana)
FRE Federación Regional Española (Federação Regional Espanhola)
MAS Movimiento de Acción Sindical (Movimento de Ação Sindical)
MLCE Movimiento Libertario Cubano en el Exilio (Movimento Libertário Cubano no Exílio)
M26J Movimiento 26 de Julio (Movimento 26 de Julho)
PCC Partido Comunista Cubano
PRC Partido Revolucionario Cubano (Partido Revolucionário Cubano)
PRCA Partido Revolucionario Cubano Auténtico (Partido Revolucionário Cubano Autêntico)
SAC Sveriges Arbetares Centralorganisation (Organização Central dos Trabalhadores da Suécia)
SGT Sociedad General de Trabajadores (Sociedade Geral de Trabalhadores)
SIA Solidaridad Internacional Antifascista (Solidariedade Internacional Antifascista)
UN Umanità Nova (Humanidade Nova)

A TÍTULO DE DECLARAÇÃO

Este trabalho consiste numa breve e condensada resenha da influência que as ideias libertárias tiveram sobre o povo cubano. Acreditamos que é um dever, e até mesmo uma necessidade histórica, deixar registrada uma síntese das crônicas anarquistas em Cuba. Por mais de um século de sacrifícios e lutas em benefício das classes mais humildes de nosso país, os ácratas combateram sem descanso em defesa da liberdade e da justiça social a serviço do povo cubano.

Nos concentraremos nos atos mais notáveis e nas figuras destacadas de um grupo de homens e mulheres que – sem recursos de qualquer tipo, sem ajuda ou patrocínio de nenhuma classe, esquecidos e perseguidos –, não só foram capazes de nos legar suas ideias de liberdade e redenção social, mas também de deixar uma marca no panorama da cultura e da história de Cuba. Esses anarquistas e suas atividades mais relevantes, seus sacrifícios e perseguições, pertencem tanto aos anais das classes operária e camponesa quanto ao início e à organização do movimento operário em Cuba, ao mesmo tempo que são parte importante de nossa formação como povo e sociedade.

Com estas palavras, começa meu folheto *Cuba, the Anarchists and Freedom*, publicado em inglês em 1987, editado em várias ocasiões e incluído numa versão eletrônica na internet em 1995. Tomei este folheto como base para o presente trabalho, corrigindo-o e aumentando-o, visando divulgá-lo em espanhol e dando ênfase aos dois capítulos finais de minha obra sobre os últimos anos do anarquismo organizado em Cuba, com o objetivo de informar a outros leitores uma série de incidentes e dados que não foram incluídos, por diferentes razões, na primeira edição australiana da Monty Miller Press, publicada em Sidney e distribuída para todo o mundo de fala inglesa. Como era de se esperar, e pela difusão desta pequena obra, a crítica marxista ou pró-castrista teve o propósito de difamá-la e caluniá-la. Os menos cínicos me acusaram de fazer um "panfleto panegírico", maniqueísta e cheio de informações apologéticas em favor do anarquismo cubano, com fins propagandistas. Nada disso é verdade. Pelo contrário, entendo que cada setor social possui o direito de expor aquilo que considera "sua verdade histórica", baseada, é claro, em dados evidentes e bem interpretados, e esse foi, e continua sendo, o propósito desta obra.

O autor quer agradecer a cooperação e a paciência dos últimos sobreviventes do anarquismo cubano na diáspora, que tornaram possível a versão oral e final deste projeto. Suria Linsuaín, Claudio Martínez, León G. Montelongo e Helio Nardo colaboraram nos capítulos finais. Recebi também informações diretas dos falecidos Marcelo Salinas, Casto Moscú, Manuel Ferro, Manuel González, Agustín Castro e Abelardo Iglesias, que contribuíram com suas memórias para esta síntese.

Para finalizar, este trabalho é dedicado em sua totalidade a todos aqueles militantes anônimos, cujos nomes não aparecem neste relato mas que, com seu exemplo e humildade, deixaram uma marca inabalável em nosso destino. Sem eles, esta história nunca poderia ter sido escrita.

Capítulo I

COLONIALISMO E SEPARATISMO

1865-1898

A sociedade cubana do século XIX possuía uma série de características que a faziam única no continente americano. Desde princípios do século, a exploração econômica das riquezas cubanas havia sido obra da classe branca dominante originária do país, com títulos de nobreza espanhola. Esta aristocracia local possuía recursos e poder suficientes para influir na política colonial relativa à Ilha. Enquanto que o resto do continente decidia separar-se violentamente do domínio colonial espanhol, a plutocracia local se sentia mais espanhola que Fernando VII e se opôs deliberadamente a qualquer tipo de sentimento reformista, por mais modesto que realmente fosse.

O cultivo da cana, do tabaco e do café, que eram os três produtos mais importantes da riqueza agrícola cubana, necessitava de mão de obra barata para poder competir nos mercados internacionais, e foi desta maneira que, em aberto concubinato com a Coroa espanhola e com as autoridades coloniais, se incrementou notavelmente o tráfico de escravos negros procedentes da África, estabelecendo-se uma sociedade escravista e abusiva. Já na metade do século XIX a aristocracia local havia se transformado em uma poderosa sacarocracia (uma aristocracia açucareira) e a economia cubana dependia de forma anormal do tráfico negreiro e da deplorável instituição da escravidão.

A divisão classista cubana nesses anos era piramidal. No topo, a *sacarocracia* e os funcionários coloniais espanhóis; na base, misturavam-se artesãos, operários da indústria açucareira e tabaqueira com negros libertos, camponeses pobres e escravos africanos. Nesta divisão havia tanto diferenças raciais como sociais, e tão discriminado ou explorado podia ser um escravo negro como um camponês ou um imigrante espanhol. Deve-se ter em conta, portanto, que as diferenças classistas foram impostas pelas classes dominantes e não estabelecidas em Cuba pela base da pirâmide.

Era natural que, conscientes das ideias sociais que explodiam constantemente na Europa, os operários e artesãos cubano-espanhóis aspirassem a ter uma sociedade mais justa e mais livre. A imigração espanhola quase massiva por volta de 1850, propiciada pelo evidente temor dos brancos locais de “africanizar” Cuba, como ameaçava a Coroa de Madri, trouxe consigo em sua bagagem uma série de conceitos sociais totalmente novos a Cuba. E foi desta maneira que as ideias sociais do tipógrafo francês Pierre-Joseph Proudhon, um dos pensadores socialistas mais originais daquele século, chegaram a Cuba.

Proudhon, cujas ideias e teorias econômicas haviam causado um grande impacto na Europa, influiu decisivamente nas origens do anarquismo em Cuba. O pensador francês, que foi sem dúvida o primeiro ideólogo do pensamento ácrata moderno, teve na Ilha seguidores e discípulos entre artesãos e operários progressistas de seu tempo, sobretudo dentro do setor tabaqueiro, que foi a primeira indústria em Cuba que tomou certa consciência de classe dentro do povo trabalhador. Em 1857, fundou-se a primeira sociedade mutualista em Cuba de origem proudhoniana, com a ideia de criar uma espécie de associação trabalhista livre da influência patronal ou estatal. Foi o primeiro passo para a criação de uma sociedade civil dentro do proletariado em Cuba.

Em agosto de 1865, se declara a primeira greve em Cuba dentro da indústria do tabaco, que terminou com um acordo entre operários e patrões. No fim daquele ano, o asturiano Saturnino Martínez funda o primeiro semanário operário em Havana, *La Aurora*, em que se apresentavam algumas das ideias de Proudhon, devidas a um engenheiro mecânico chamado José de Jesús Márquez. Foi em *La Aurora*, e não por casualidade, que Márquez propôs pela primeira vez em Cuba a ideia das sociedades cooperativas. Martínez na época era influenciado pelas ideias de Proudhon em alguns aspectos de sua filosofia federalista e de ajuda mútua, apesar de suas proposições trabalhistas não serem realmente revolucionárias com relação aos operários da indústria que dizia representar. Martínez, contudo, deu o primeiro passo na proteção das associações operárias e foi o criador da leitura nas fábricas de tabaco que, de tão útil, resultou nos anos seguintes na propagação do ideário anarquista dentro dessa indústria.

Parece não haver dúvidas de que, nesses anos anteriores à Guerra dos Dez Anos (conflito que o separatismo armado iniciou contra o colonialismo espanhol), a fundação das primeiras associações e sociedades livres de tabaqueiros, compositores tipográficos, carpinteiros, peões diaristas (que recebiam pelo dia de trabalho) e artesãos, o que se poderia considerar como o incipiente proletariado cubano, esses avanços na organização popular se deveu à influência de Proudhon em Cuba. O país e o proletariado cubano devem, portanto, ao anarquista francês, entre outras coisas, a criação de centros regionais, escolas laicas, sanatórios e associações operárias de ajuda mútua. A primeira guerra separatista deteria este impulso social para a melhoria das classes mais oprimidas, ao mesmo tempo em que obrigaria a mudança das estruturas sociais cubanas, arruinaria a sacarocracia local e, eventualmente, terminaria com a escravidão em Cuba.

Durante o processo da guerra cubana de 1868 a 1878, a primeira tentativa armada dos cubanos para separar-se do colonialismo espanhol, alguns operários da indústria tabaqueira e vários exilados da Comuna de Paris participaram como combatentes. A influência de Proudhon entre alguns dirigentes separatistas é também inegável. Entre eles, Salvador Cisneros Betancourt e

Vicente García não negaram suas simpatias pelo Federalismo e a descentralização, influenciados pelas ideias do pensador francês.

Entretanto, a verdade é que foi durante os primeiros anos da década de 1880 que se pôde notar com certeza a presença anarquista em Cuba, quando um operário tipógrafo exilado em Nova York por motivo da guerra contra a Espanha, chamado J. C. Campos, iniciou em seu regresso a Havana relações solidárias entre anarquistas espanhóis e cubanos. A profusão de literatura ácrata que chegava regular e clandestinamente de Barcelona em forma de folhetos e semanários, além da onda migratória proletária que procedia da Espanha em direção a Cuba, fortaleceu o transporte das ideias e, como consequência, novos adeptos dentro da classe operária cubana com uma nova definição socialista e revolucionária que procedia diretamente da Aliança Revolucionária Socialista (ARS).

Foi nessa época que o pensamento anarquista tomou uma força inusitada entre operários e camponeses na França, Itália, Rússia e, sobretudo, na Espanha. Seu principal propulsor e organizador foi outra figura notável de seu tempo, Mikhail A. Bakunin, revolucionário e escritor russo continuador das ideias de Proudhon. Os terrenos do socialismo marxista de caráter absolutista e do socialismo revolucionário ou anarquista já estavam delimitados nos congressos de Haya e St. Imier com a fundação da ARS em 1864 e, mais adiante, em 1868, da Aliança Internacional da Democracia Socialista. Além disso, a bem conhecida *Declaração de Princípios* redigida pelo próprio Bakunin estabeleceu as diferenças entre o chamado socialismo autoritário representado por Marx e o socialismo libertário ou revolucionário auspiciado pelos ácratas.

Estes conceitos sociais, que procediam diretamente da *Federación Regional Española* (Federação Regional Espanhola, FRE) acordados no Congresso de Barcelona de 1881, foram, sem sombra de dúvida, os que tiveram um impacto definitivo entre os elementos operários mais revolucionários e militantes dentro de Cuba, suplantando no campo sindical as ideias de Proudhon. Foi desta forma que o proletariado cubano começou a tomar uma consciência classista com relação aos abusos patronais e às reivindicações sociais.

Em 1882 os anarquistas começam uma luta contra o reformismo preconizado dentro das associações operárias por Saturnino Martinez, já numa etapa diferente de sua extensa vida, desta vez mais a favor dos interesses patronais que da causa operária. Este tipo de ideia reformista de acordo com os interesses capitalistas por parte da classe operária foi combatido pelos anarquistas, que se negavam a este tipo de colaboracionismo. As ideias combativas dos ácratas tiveram ressonância dentro do proletariado cubano, e desta forma o anarquismo em Cuba começou a destacar-se e ganhar adeptos. Roig San Martín considerava que nenhum grêmio ou organização operária deveria estar atado aos "pés do capital". Seguindo este tipo de princípio, se estabelece em

1885 a *Junta Central de Artesanos* (Junta Central de Artesãos) com a ideia de organizar e unir os trabalhadores e federações. Nesse mesmo ano se havia fundado o *Circulo de Trabajadores de La Habana* (Círculo de Trabalhadores de Havana), entidade cultural e educativa, mas que na prática respondia ao ideário dos anarquistas.

Já desde 1883, surgia a figura mais prestigiosa do anarquismo cubano de seu tempo, e provavelmente de toda sua história, na personalidade carismática de Enrique Roig San Martín (1843-1889), pensador e escritor que, primeiro por meio de *El Obrero* e mais tarde por *El Productor* de Havana, se transforma no ideólogo e organizador do anarquismo em Cuba. As greves que se produzem quase sem descanso no setor tabaqueiro já no fim da década são todas de inspiração e organização ácratas, sustentadas e orientadas através do porta-voz de um "semanário consagrado à defesa dos interesses econômico-sociais da classe operária". Este esforço foi respaldado por um "comitê" no qual participavam alguns operários influídos pelas ideias da ARS, entre os que se encontravam Pedro Merino, Francisco Domenech, Gervasio García Purón, Eduardo González Boves, Enrique Messonier e Enrique Creci.

Para facilitar o trabalho entre as distintas associações operárias e *El Productor*, criou-se uma organização revolucionária chamada *Alianza Obrera* (Aliança Operária), de evidente raiz anarquista. Esta Aliança, composta especialmente pelos operários acima mencionados, foi a primeira prova do protagonismo ácrata nos meios proletários. Já em agosto de 1887, depois da fundação deste organismo trabalhista, e com o total apoio de Roig San Martín por meio de *El Productor*, celebra-se o que se pode considerar o primeiro Congresso Operário de Cuba, propiciado por outro organismo de recente criação, a *Federación de Trabajadores de Cuba* (Federação de Trabalhadores de Cuba), orientada também pelo socialismo revolucionário. Trata-se da primeira assembleia, em Cuba, formada por operários reunidos de forma permanente para realizar suas aspirações sociais.

Este Congresso, de 11 de novembro de 1887, proclama uma resolução de seis pontos opondo-se a "todo vestígio de autoridade" nas coletividades operárias, uma unidade entre estas coletividades através de um "pacto federativo" influenciado pelos acordos da FRE, completa liberdade de ação, cooperação mútua, uma efetiva solidariedade entre seus componentes e, finalmente, o ponto mais discutido naqueles anos e nos seguintes: a proibição dentro das coletividades e da federação de qualquer doutrina política ou religiosa, expressando no fim os "princípios da emancipação... confraternização... de todos os produtores... que povoam a terra". Os trágicos acontecimentos de Chicago, onde sete anarquistas são condenados à morte pelas autoridades de Illinois, têm uma profunda repercussão em Cuba, onde se constitui em torno de *El Productor* um comitê para arrecadar fundos em defesa deles.

Já mais seguros por uma organização que os respaldasse, em outubro de 1887 os operários do grêmio tabaqueiro entram em greve protegidos pelo guarda-sol anarquista formado pela Federação, a Aliança e *El Productor*, greve essa que os operários venceram em dezembro. Em julho de 1888, outra greve se inicia também no setor do tabaco e, desta vez, a indústria se paralisa. Em Cayo Hueso, a cidade mais ao sul dos EUA e muito próxima de Havana pelo mar, uma delegação de operários tabaqueiros orientados pelos anarquistas dessa cidade apoiam a paralisação em Havana e enviam auxílio econômico aos grevistas. Roig San Martín, por meio de *El Productor*, orienta e apoia os operários em greve e lhes sugere que em circunstâncias difíceis se desloquem a Tampa ou Cayo Hueso, nos EUA, ou a Mérida, na península de Yucatán, onde também existiam núcleos anarquistas solidários.

Depois de desafiar os patrões por vários meses, os operários regressam ao trabalho e a greve fracassa. Apesar do descalabro, os anarquistas foram capazes de organizar em menos de um ano duas greves importantes no mesmo setor, colocar em prática suas ideias, estabelecer laços solidários com outros companheiros no estrangeiro e declarar pela primeira vez em Cuba a luta de classes.

A Aliança Operária tem também ampla acolhida nos centros operários da indústria tabaqueira de Tampa e Cayo Hueso, onde em 1887 se organiza a primeira Federação Local de Tabaqueiros, substituindo uma associação anterior conhecida como a União, de caráter reformista, que reunia quase todos os tabaqueiros daquela cidade. Seus organizadores e responsáveis foram dois anarquistas destacados daqueles anos, Enrique Messonier e Enrique Creci, que junto com Enrique Roig San Martín constituíram um trio de anarquistas conhecidos nesses anos como «Os três Enriques». Se Roig San Martín era um escritor muito lido entre os operários e sua pluma teve influência decisiva na chamada Questão Social cubana, Messonier se destacava como orador e organizador, enquanto que Creci era um homem de ação, além de escrever sobre problemas trabalhistas e organizativos com certo talento.

Tanto em Tampa como em Cayo Hueso, cuja indústria mais importante era a produção de charutos e cigarros, a organização trabalhista ficou em mãos dos anarquistas que chegavam de Cuba ou que iam naquela direção. Destacam-se por sua responsabilidade Carlos Baliño, Segura, Leal, Palomino e Ramón Rivero y Rivero, que naquele tempo militavam de acordo com as ideias ácratas. Em 1889 se declara uma greve geral em Cayo Hueso, dessa vez com o apoio dos operários de Havana. Apesar da violência e ameaças por parte de patrões e autoridades daquela cidade, expulsando vários operários conhecidos, tais como Messonier e Crecci, a greve teve êxito com o triunfo dos operários em suas demandas já em janeiro de 1890.

A prematura morte de Roig San Martín aos quarenta e seis anos, em 29 de agosto de 1889, devido a um coma diabético, poucos dias depois de ter sido solto pelo governo colonial, foi um

duro golpe para os anarquistas em Cuba. Sua morte foi lamentada por todos os operários tanto em Cuba como em Mérida, Tampa, Cayo Hueso e Nova Orleans, onde as palavras que escrevia não só eram divulgadas pelos "leitores de tabacaria" em seus centros de trabalho, mas também dentro da classe operária de seu tempo. Seu funeral foi uma demonstração enorme de dor que surpreendeu tanto os governantes coloniais quanto os capitalistas. Havia morrido o anarquista mais notável daqueles anos e sem dúvidas seu ideólogo mais influente.

Roig não havia tido, em seus poucos anos de notoriedade, paz com ninguém. Sua defesa dos trabalhadores, suas opiniões sociais e seus conceitos econômicos chocavam com todos e contra todos. O Partido Autonomista, que ganhava adeptos dentro do campo trabalhista cubano, sofreu os ataques de Roig, e suas ásperas acusações contra o autonomismo local ficaram famosas. O colonialismo espanhol era, segundo Roig, a causa principal de tantos abusos e de tanta ignorância, e não poupou ataques ao governo colonial, o que lhe custou a prisão. Quanto ao separatismo, com o qual era lógico pensar que haveria algum tipo de afinidade, se não no campo social, ao menos no político, Roig mostrou-se hostil e atacou sem muita consideração o ideal republicano declarando que o exemplo dos países latino-americanos e até dos EUA, ao que denominou ironicamente como «A República Modelo», não eram de se desejar na sociedade operária cubana, pois continuariam com a perseguição estabelecida contra a classe proletária da mesma forma que o fazia o governo colonial da Espanha.

O choque com as ideias separatistas de Roig e, por outro lado, os conceitos que alguns destacados líderes do ideal republicano tinham sobre o pensamento anarquista dividiam Cuba em dois setores que se podiam considerar sociopolíticos e enfraqueciam a oposição de ambos os grupos com relação à Espanha.

Os escritores marxistas de nossos dias atribuem a Roig o delito de não simpatizar com a causa separatista, ao mesmo tempo em que tratam de incluí-lo no saco ideológico do pensamento marxista declarando muito seriamente que Roig San Martín estava "em transição para o marxismo". Entendemos que esta "transição" seria por haver lido e citado Marx, fato realmente de caráter circunstancial, e como qualquer anarquista de sua época (Cafiero, Bakunin, Reclus, etc.) ele era obrigado a informar-se sobre tudo o que estivesse relacionado com o socialismo.

Que esses sectários do pensamento de Marx acusem aqueles anarquistas de "niilistas nacionais", de "apoliticistas", entre outras difamações semânticas, esquecendo-se da contribuição que fizeram em sua época em organizar e protagonizar lutas operárias, greves gerais, boicotes, etc., tanto em Havana quantos nos EUA, em defesa da base proletária mais humilde de finais do século XIX, é uma canalhice histórica e nos dá uma ideia de até que ponto querem mudar a História, embriagados por um nacionalismo decadente. Alguns anarquistas em Cuba, como Roig e San

Martín, agiam de acordo com suas ideias; praticaram e propuseram manter o movimento operário fora da luta eleitoreira e pactos governamentais, pois entendiam corretamente que os representantes do Estado, fossem de uma cor ou de outra, não haveriam de tratá-los melhor. Infelizmente, para o povo cubano os pesadelos proletários de Roig logo virariam realidade.

Durante esta etapa organizativa e de luta, as relações entre os anarquistas em Cuba e as autoridades coloniais foram se agravando. O governo espanhol tolerava até certo ponto as atividades sindicais, e como os ácratas haviam decidido não intervir na política da ilha e se manterem à margem dos debates separatista, colonial e autonomista, se estabeleceu um sistema de "tolerância vigiada" por parte do governo. Aproveitava-se também a situação de mudança dos Governadores militares e sua interpretação das leis de associações e de imprensa. Capitães Gerais como Manuel Salamanca foram pacientes com essas atividades ou no interregno entre a substituição e tomada de poder de governadores militares. Esse foi o caso da noite de 20 de abril de 1890.

Reunidos numa assembleia na sede do Círculo de Trabalhadores, um grupo de operários, entre os quais se encontravam Cristóbal Fuente, Ramón C. Villamil, Eduardo Pérez, José Fernández, Juan Tiradas, José Ortega, Pedro Blandín, José C. Hernández, Adolfo Horno, Melquíades Estrada, Federico Aguilar, Ángel Patiño, José F. Pérez, José R. Cobo e Victoriano Díaz, decidiu celebrar uma manifestação e um ato na data do Primeiro de Maio, de acordo com a decisão da Segunda Internacional reunida em Paris com o propósito de comemorar pela primeira vez em Cuba esta data que recordava os Mártires de Chicago. Esta manifestação operária consistiria numa "[...] manifestação pública e pacífica [...]" com a ideia de "[...] que o governo, as classes altas e o público em geral [...] saibam quais são as aspirações deste povo operário". Redige-se então um Manifesto firmado pelos antes mencionados, fazendo-se pública a convocatória.

E, efetivamente, no Primeiro de Maio de 1890, mais de 3.000 operários, ao compasso da *Marselhesa*, desfilaram pelas ruas de Havana, comemorando pela primeira vez em Cuba o dia dos trabalhadores. Para a surpresa geral os anarquistas começaram um ato sem precedentes que terminaria numa reunião nessa mesma noite no salão do Skating Ring, "explodindo de tanta gente". Fizeram uso da palavra 23 oradores entre os quais se encontravam, segundo relatava o jornal liberal *La Lucha*, Sandalio Romaelle, Cristóbal Fuente, Juan Tiradas, Prendes, Victoriano Díaz, Ramón Villamil, Enrique Messonier, Pablo Guerra, Manuel M. Miranda, Enrique Creci, Anselmo Álvarez, Eduardo González Boves, Eduardo Rey García, Velarmino, Gerardo Quintana, Ramón Otero, Adolfo Horno, Jenaro Hernández, José Joaquín Izaguirre, Ruz, Francisco Veja e, fazendo a ata, Maximino Fernández. Este ato serviu para atacar as condições sócio-morais e econômicas de Cuba e demonstrar que já havia uma presença e um protagonismo ácrata dentro do proletariado cubano.

Após o êxito desse evento público, os componentes do Círculo fizeram várias greves e o ambiente social começou a esquentar-se rapidamente. Essa organização começou a agrupar não só os operários da indústria do tabaco, mas também outros grêmios, tais como: foguistas, cocheiros, estanhadores, toneleiros, pintores, construtores civis, pescadores, alfaiates, carpinteiros, tipógrafos, trabalhadores de hotéis e restaurantes etc. Ou seja, quase todos os trabalhadores de Havana e uma parte dos do interior da Ilha se organizavam pela primeira vez em forma federativa. Obviamente, seria exagerado proclamar que estas associações operárias eram compostas em sua totalidade por militantes do anarquismo em Cuba, porém, sem dúvida, seus orientadores e seus acordos respondiam àquele ideário. Tratava-se também do primeiro passo do que nos anos seguintes seria conhecido como o anarcossindicalismo. Havana, naqueles anos, apresentava uma organização operária de primeira ordem em todo o continente, que nada tinha a invejar a FRE, e que segundo Moreno Fraginals "[...] o movimento operário em Havana era o mais desenvolvido e de maior consciência de classe na América Hispânica".

Depois da misteriosa morte do General Salamanca e de um governo colonial de transição, o General Camilo García Polavieja, um militar já conhecido em Cuba e nas Filipinas por seus métodos arbitrários e despóticos, assumiu o mando da Capitania Geral. Enquanto as greves se sucediam e o mal-estar social aumentava, a Questão Social tornou-se violenta com a morte a punhaladas de um dirigente sindical tabaqueiro do grupo reformista União Operária, chamado Menéndez Areces. Este personagem, que havia insultado e acusado Roig San Martín, instigando que fosse preso já no final de sua vida, era, além disso, considerado um informante da polícia.

Como as autoridades coloniais pensaram que os únicos beneficiados com a morte deste sujeito eram os anarquistas do Círculo, decidiram deter e acusar de assassinato onze trabalhadores que pertenciam a essa organização operária. Os operários, depois de serem levados a julgamento e haver-se provado sua inocência, foram finalmente absolvidos. Não satisfeito com o veredito, García Polavieja, em dezembro de 1890, ordenou suspender a publicação de *El Productor*, multar e prender seus redatores, dando por terminada assim essa segunda etapa da voz anarquista em Havana. A repressão do "general cristão" intensificou-se em seguida contra a Aliança Operária, que foi também suspensa e teve suas atividades canceladas.

Essas perseguições por parte do Capitão Geral, seja porque não tinha muita simpatia pelos ácratas, seja por ordens que vinham do Ministério Ultramarino em Madri, não amedrontaram os anarquistas que, já quase submersos na clandestinidade, continuavam trabalhando a favor de suas ideias. Por sua vez, o capitalismo cubano-espanhol, fabricantes, industriais e comerciantes, enriquecidos cada dia mais com o suor dos operários que eram tratados quase como os antigos escravos africanos, temiam as organizações operárias em geral e odiavam com furor os anarquistas,

usando toda a sua influência para criar associações operárias de caráter reformista e pressionar o governo de turno em Madri para que, em Cuba, assim como na Espanha, suas atividades fossem reprimidas.

Desta maneira, com uma boa dose de segredo durante a celebração do Primeiro de Maio de 1891, foi acordada a convocatória de um Congresso para princípios de 1892, que ocorreu em janeiro, depois que as autoridades passassem a exercer uma atitude mais tolerante com relação aos ácratas devido ao fim do mando de García Polavieja como Capitão Geral.

Recebida com júbilo, a convocatória de 15 a 19 de janeiro daquele ano para o chamado Congresso Regional Cubano evitava a palavra "nacional", não só porque Cuba era considerada uma região espanhola, mas também porque a semântica anarquista daqueles anos já repudiava este conceito nacionalista. Na assembleia operária se reuniram 74 delegados das diversas associações ou grêmios que existiam na época em Cuba, e entre seus acordos, discutidos apaixonadamente pelos delegados, se insiste no ponto de "que a classe trabalhadora não se emancipará até que não abrace as ideias do socialismo revolucionário", ou seja, até que se adotem as ideias do anarquismo libertário, que por aqueles anos expressavam os mesmos conceitos e estavam em perfeita harmonia. Mais adiante se declara que os integrantes do Congresso se consideravam "[...] ligados a todos os oprimidos da terra [...]" e tinham "simpatia... com todo passo de avanço em direção à liberdade".

Finalmente, com relação ao latente problema político que se abordava na Ilha entre integristas, autonomistas e sobretudo o separatismo, o ponto dois manifesta:

> ... a massa trabalhadora de Cuba não é, não pode vir a ser um obstáculo para o triunfo das aspirações de emancipação deste povo, porquanto seria absurdo que o homem que aspira a liberdade individual se opusesse à liberdade coletiva de um povo, ainda que a liberdade a que este povo aspire seja a liberdade relativa que consiste em emancipar-se da tutela de outro povo.

É necessário ressaltar neste parágrafo, que é sem dúvida chave nas relações que determinarão o futuro entre anarquistas e separatistas, o fato de que os ácratas estabelecem fronteiras entre a liberdade social e a emancipação política. A liberdade da tutela exterior era um dilema contemplado pelo separatismo desde princípios do século e que ainda demoraria algumas décadas mais para realizar-se. Havia por parte deste setor uma decisão unânime de romper violentamente com a Espanha empregando todo o empenho de sua vontade, poder, riquezas, família e até a própria vida para alcançar a República. Os anarquistas, por sua vez, entendiam, conforme os acordos coletivos do Congresso de 1887, sob a notável influência de Roig San Martín e de seu discurso, a necessidade de conscientizar-se de que a liberdade social era mais importante que a república proposta pelo separatismo e que este sistema não lhes traria nenhum benefício, como

havia colocado Roig. Entretanto, neste Congresso de 92 se admite claramente que a classe proletária não devia opor-se ao propósito independentista de muitos cubanos.

A tentação separatista havia ganhado adeptos entre muitos operários cubanos na Ilha, mas sobretudo entre os emigrantes residentes em Tampa e Cayo Hueso. Os conflitos sociais, as diferentes greves operárias e a tensão que existia entre patrões e operários em toda a década anterior criaram uma crise entre os anarquistas que representavam os operários na indústria do tabaco e os donos de fábricas, patrões e demais capitalistas implicados neste setor. A esses últimos se uniram os representantes mais notórios do separatismo no exílio por motivos meramente econômicos de contribuições e doações para a causa independentista. Deste modo, se estabeleceu uma divisão perigosa entre anarquistas em prol dos operários e separatistas a favor do capitalismo tabaqueiro. A Questão Social havia tomado nessas duas cidades um giro dramático na direção da questão política.

Contudo, no começo da última década do século, a situação começou a mudar radicalmente. Tanto anarquistas quanto separatistas compreenderam que a fragmentação dos opositores ao colonialismo espanhol e ao sistema abusivo empregado no campo social só beneficiaria a estes últimos e foram precisamente os representantes civilistas e progressistas em sua época os que deram o primeiro passo para evitar esta inútil divisão entre ambos os setores.

A análise do Congresso de 92 é uma prova de que os ácratas estavam em condições de chegar a um acordo e assim evitar continuar sendo usados pelo integrismo espanhol como elemento divisionista em franca pugna com o setor independentista. Isto, obviamente, não implicava a renúncia à causa revolucionária que os anarquistas mantinham, nem muito menos a seus ideais. Entretanto, a interpretação do ponto número dois do acordo do Congresso de 92 desatou nos anos seguintes uma amarga polêmica entre os ácratas.

A resposta das autoridades espanholas, assim que conheceram os acordos do Congresso de 92, foi a suspensão final da assembleia, multa e fechamento temporário de *El Productor*, proibição de reuniões operárias, intervenção no Círculo de Trabalhadores e na Junta Central de Trabalhadores, antiga Junta Central de Artesãos. Quase todos os organizadores responsáveis pelo Congresso foram presos, sendo alguns finalmente desterrados, obrigando assim os anarquistas a retornarem à clandestinidade. Nas palavras de Aleida Plasencia: “A partir de 1892, os operários foram perseguidos mais por atividades classistas do que por sua atividade a favor da independência”. Essa frase, que reflete uma verdade ao relatar os fatos, indica também a surpresa e a reação violenta das autoridades coloniais quando da divulgação do Manifesto do Congresso de 92.

Os cubanos que continuavam preparando a luta separatista operavam majoritariamente a partir das costas da Flórida, precisamente nas antes mencionadas cidades de Tampa e Cayo Hueso, verdadeiros focos proletários e onde residia nessa época o maior número de cubanos no exterior, já

organizados sindicalmente, que eram verdadeiros enclaves de patriotas, ácratas, separatistas e inimigos da Espanha em geral. É precisamente nesses anos que José Martí, o patriota cubano mais notável daquelas duas décadas de oposição à Metrópole, busca adeptos e seguidores com o propósito de criar uma unidade de critérios e posterior luta armada entre os diferentes setores do separatismo emigrado nos EUA.

Por outro lado, os operários cubanos e espanhóis reunidos dentro dos diferentes ramos da indústria do tabaco contemplam a Questão Cubana de um ponto de vista social ou internacionalista. Martí, com seu verbo eloquente, lhes dirige a palavra em seus locais de trabalho, fazendo-lhes ver as vantagens sociais que lhes trará a república sonhada, que ele próprio oferece, com a intenção de atraí-los à bandeira da insurreição, prometendo-lhes ao mesmo tempo, e em contraponto às ideias de Roig San Martín, em vez de uma república cheia de ódio e sangue uma pátria com um sentido de liberdade e justiça social, "[...] com todos e para o bem de todos".

A maioria dos ácratas na emigração, influenciados pela oratória persuasiva de Martí, começa a apoiar a causa da independência. Como afirmaria uns anos depois o anarquista Pedro Esteve em sua *Memoria de la Conferencia Anarquista Internacional* celebrada em Chicago, referindo-se aos operários que em público respaldavam "[...] nossos ideais [e que] eram bem aceitos [...]", mas que "infelizmente" isto não acontecia "[...] nas relações particulares. Nelas descobria-se que não estava extinto todo o fogo pátrio. Debaixo de suas cinzas existia ainda uma potentíssima brasa... e ao assoprar-se estas cinzas, [...] a brasa se transformaria em devastadora chama". A versão de Esteve não pode ser mais correta e foi precisamente a oratória de Martí que assoprara estas cinzas e produzira o fogo separatista.

Martí, por sua vez, conseguiu influir decisivamente com sua palavra muitos anarquistas responsáveis, tais como Creci, Messonier, Rivero y Rivero, Sorondo, Rivera Monteserri, Palomino, Segura, Miranda, Baliño, etc., que aceitaram suas teses revolucionárias. A maioria, entretanto, se manteve dentro de suas ideias de liberdade política e de Socialismo Revolucionário, com exceção de Rivero y Rivero e Baliño, que passaram totalmente ao campo da independência. O apoio desses elementos anarquistas dentro do setor tabaqueiro é imenso, tanto na questão moral como na político-econômica. Martí recebe jubiloso o acordo do Congresso de 92 e quase ao mesmo tempo decide fundar um partido separatista de caráter *revolucionário*, composto em sua base majoritária por operários tabaqueiros fora e dentro de Cuba, os quais já podem conciliar seus sentimentos anarco-separatistas depois dos acordos do Congresso de 92.

Precisamente quando da fundação do *Partido Revolucionario Cubano* (PRC), em princípios de 1892, em que Martí atua como Delegado, sua composição consistia, desde sua base, em diferentes clubes revolucionários, autônomos, descentralizados e com uma mecânica e estatutos de

"democracia direta", ou seja, não se trata de outro partido político no sentido eleitoral, senão de um movimento revolucionário, um caminho para a independência. Os anarquistas que se agruparam sob as consignas do separatismo o fizeram principalmente em dois clubes, o primeiro chamado, não sem certa ironia, Clube Roig San Martín, e o segundo denominado Fermín Salvochea, em honra ao apóstolo do anarquismo andaluz, apreciado por Martí e grande defensor da causa cubana na prisão.

Com relação à unidade tática entre anarquistas e separatistas, antes e durante a guerra de 95, é necessário fazer um esclarecimento pertinente. Martí tinha ideias *sui generis* das proposições anarquistas. Considerava-as apropriadas e justas no cenário trabalhista, mas curiosamente o aborrecia a violência que a luta de classes operário-patronal criava. Possuía, em contraste com seus contemporâneos, uma forte consciência social, mas tendia a diferenciar equivocadamente o anarquismo em Cuba do europeu. Deplorava as disparidades classistas e estava convencido de que a futura república seria a solução imparcial dos problemas sociais: "[...] para o benefício equitativo de todas as classes [...]", sem imposições violentas de uma parte ou outra.

Os anarquistas tanto em Cuba quanto na emigração, aliados ou não politicamente ao separatismo, possuíam por sua vez uma agenda social diferente da sustentada por Martí. Prevenidos anteriormente por Roig San Martín, tanto os ácratas da Ilha como de fora dela aspiravam à meta de obter para os operários uma república que lhes concedesse um espaço mais amplo de liberdade social que o assédio importado da Espanha. Porém, na verdade, nem o consenso político com o separatismo, nem as virtudes democráticas de Martí, nem o ideal de um governo republicano justo eram naqueles anos empreendimentos anarquistas, nem sua agenda social era revolucionária. Na verdade, se aspirava e se lutava persistentemente para obter o que seria encontrado pelo proletariado cubano dentro desse regime republicano. Uma "maior liberdade de ação e movimento", na busca e na materialização de reivindicações operárias, de que serviria ou que benefício traria aos trabalhadores da república por vir? Enquanto Martí sonhava com a república como fim, os anarquistas a viam como meio.

Por volta de 1893, segundo Esteve, existia em Cuba uma "tirania mansa", ou seja, outro período de calma e reajuste no governo colonial, o que é evidentemente aproveitado pelos anarquistas em Havana para agrupar-se e abrir em meados de maio o Círculo de Trabalhadores em outra sede, mudando o nome da entidade para *Sociedad General de Trabajadores* (Sociedade Geral de Trabalhadores, SGT). Nesse ano a comemoração do Primeiro de Maio teve lugar "[...] em condições excepcionais e celebraram-se encontros em alguns povoamentos do oeste [...]", segundo relata Casanovas Codina.

A crise econômica que ocorreu nos EUA naquele mesmo ano afetou de forma decisiva a indústria tabaqueira, tanto em Cuba quanto nas cidades norte-americanas que dependiam desse

produto para subsistir, e sofreram as consequências dessa anomalia capitalista. Os donos das fábricas, em vista da queda das vendas, deixaram sem trabalho centenas de operários e decidiram arbitrariamente baixar o salário dos que ficaram empregados. Os desempregados decidiram voltar a Havana, onde as condições de trabalho também não eram muito propícias.

Essas ações por parte da patronal na cidade de Cayo Hueso provocaram uma situação crítica, aliada a alguns atos de violência nos quais participam as autoridades e elementos do baixo mundo pagos pelos patrões contra os operários. O recrudescimento dessa situação tensa é aproveitado pelas autoridades espanholas em Cuba para debilitar o nascente movimento separatista em Cayo, facilitando o retorno dos desempregados, quase todos num estado lamentável de miséria. Deve-se recordar que o separatismo recebia fundos coletados entre os operários que, ao originarem-se estes acontecimentos, perderiam substancialmente seu poder econômico. Com a ideia de dividir os elementos separatistas do setor anarquista, o Capitão Geral interino, José Arderius, tenta transformar um problema social numa causa política. Não teve muito êxito. As condições em Havana não eram melhores que as de Cayo Hueso e os operários continuaram na miséria apesar de seu deslocamento a Cuba.

Mas o desemprego em massa na indústria tabaqueira não ajudava os responsáveis anarquistas da SGT a encontrar uma solução para o dilema, e aquela organização sofreu os embates dessa terrível situação. Por outro lado, nas palavras de Casanovas Codina, "[...] a chegada a Cuba de trabalhadores [...] sem dúvida contribuiu para [...] a divulgação da campanha do PRC [...] para desencadear a guerra [...]". Esse transtorno deixou como consequência um enfraquecimento do processo social no qual os anarquistas trabalhavam. Entretanto, já em finais em 1893 estoura uma greve em Cayo Hueso, na fábrica de tabacos "La Rosa Española", pela contratação de operários trazidos de Cuba. A resposta patronal não se faz esperar e ordenam importar de Havana "[...] 300 peninsulares" para substituir os operários cubanos que haviam declarado a paralisação.

Nomeia-se uma Comissão de patrões para que vá a Havana e se reúna com o Tenente General Callejas e "com dois jovens dirigentes da SGT, [...] Sabino Muñiz e José González Aguirre", com a ideia de que recrutassem entre seus associados elementos fura-greves para trabalhar em Cayo Hueso. É claro que tanto Muñiz quanto González Aguirre se negaram à proposta da Comissão e, mesmo que esta manobra finalmente se efetivasse apesar da firmeza de ambos os responsáveis, a atitude dos anarquistas foi bem clara em solidariedade com seus companheiros grevistas de Cayo Hueso. O plano das autoridades espanholas em concubinato com os patrões era agora fragmentar o debate entre anarquistas e separatistas agregando o ingrediente nacionalista de cubanos contra espanhóis.

Os que perderam nessa crise foram os anarquistas que, por se manterem firmes em suas convicções, não aceitaram o pacto com a Comissão e o Capitão Geral, enquanto que o separatismo se beneficiava ao se delinearem os campos entre cubanos e espanhóis. Em Cayo Hueso, enquanto isso, a greve chegava ao fim com uma derrota patronal. Os fura-greves foram recebidos a paus por parte de separatistas e anarquistas, unidos pela primeira vez numa luta social a favor dos operários. Os distúrbios em Cayo Hueso repercutiram em Washington pela gestão de Horatio Rubens, o advogado do PRC que conseguiu das autoridades norte-americanas a proibição de contratar operários estrangeiros procedentes de Cuba. Enquanto em Havana as ideias anarquistas eram derrotadas temporariamente, em Cayo Hueso se beneficiavam.

Foi fácil para as autoridades proibir a comemoração do Primeiro de Maio em 1894, dada a debilidade da SGT. Pedro Esteve relata que nesses anos esteve em Havana por três meses, publicou o semanário de curta duração *Archivo Social*, se reuniu com Creci e voltou a Patterson, em Nova Jersey, para trabalhar em *El Despertar*. Esteve, que viu surgir a guerra em Cuba, não sentia nenhuma simpatia pelo separatismo, apesar de sua amizade com Creci; pensava, como Roig San Martín, que a guerra não ia beneficiar ninguém, muito menos os ácratas, e no futuro se oporia à participação dos anarquistas no conflito, tanto a favor do separatismo quanto do integrismo espanhol e colonial, ou seja, uma atitude apolítica de neutralidade.

Em fevereiro de 1895, a guerra convocada por Martí estoura em Cuba e os anarquistas mais comprometidos se transformam em combatentes pela liberdade. Entre eles se destaca Creci em Tampa, onde funda *El Esclavo* em 1895, justificando a independência de Cuba contra a Espanha e debatendo o tema com Esteve em Patterson e Cristóbal Fuente em Havana. Finalmente Creci volta a Cuba em 1896 e perece a golpes de machado num hospital de campanha em Matanzas, depois de ser ferido em combate contra tropas espanholas. Messonier, expulso de Cuba em 1893 depois de pronunciar um discurso no teatro Payret a favor da independência, se dedica a combinar sua vida numa luta dupla pelo anarco-separatismo e a debater o tema da independência com o resto do mundo ácrata.

Lamentavelmente para todos, as promessas e mudanças sociais propostas por Martí desaparecem com a morte do líder civil do PRC quando cai prematuramente frente às tropas espanholas em 1895. Neste processo bélico, os ácratas de Cuba e os da emigração tenderam a situar-se mais de acordo com seus princípios do que com sua nacionalidade. Enquanto em Tampa e Cayo Hueso as simpatias a favor da insurreição estavam junto com Creci, Messonier e Miranda, em Havana se pronunciavam ora a favor da independência, ora na direção de uma neutralidade antibelicista. Dessa maneira, na emigração os operários anarquistas se uniam ao separatismo ou

colaboravam economicamente com a causa. Em Havana muitos ácratas opinavam que a calamidade de uma guerra civil, à qual se opunham por princípios, não lhes facilitaria o caminho ao seu destino.

As diferenças existentes entre ambos os setores durante a guerra em nenhum momento foram um fator de divisões, especialmente em Cuba, onde os anarquistas cooperaram com o separatismo tanto nas cidades como nos campos. Quando da chegada de Valeriano Weyler, novo Capitão da Ilha e velho conhecido tanto em Cuba como em Barcelona por sua carência de escrúpulos e abundância de crueldade, foi recebido com um atentado a dinamite na Capitania Geral, do qual por desgraça saiu ileso, ato no qual colaboraram três ácratas e um separatista cubano que procedia de Cayo Hueso.

Em Havana circularam panfletos entre as tropas espanholas destacadas em Cuba e entre os Voluntários para desertarem de seus postos e unirem-se à insurreição. Também se produziu uma série de atentados a dinamite "[...] em vários lugares de Havana... como pontes ou tubos de gás [...]", segundo a versão de Casanovas, que atribui tais atos aos anarquistas. A perseguição não se fez esperar e Weyler "[...] reprimiu duramente o movimento operário, [...] proibiu a leitura nas fábricas, fechou a SGT e deportou muitos anarquistas [...]".

Ainda que, segundo este autor, "a contribuição do movimento operário à causa separatista fosse enorme", ela não foi universal. Muitos ácratas opinavam que a calamidade de uma guerra civil, à qual se opunham por princípios e para seguirem seus ideais e acordos, não lhes facilitaria o caminho a um destino de liberdade social. Opinavam que uma república em Cuba não mudaria a situação social do país e davam como exemplo as demais *repúblicas* do continente. Seguiam, deste modo, ressoando as palavras de Roig San Martín. Do Alasca até a Patagônia os anarquistas eram perseguidos com o mesmo esmero que o fazia a Espanha. Como era de se esperar, essas ideias de *neutralidade* geraram amargas discussões entre os anarquistas da época, apesar de os antibelicistas não se considerarem aliados da Espanha.

À violência desatada pela rebelião separatista, o governo de Cánovas del Castillo respondeu com sua tradicional guerra sem quartel, criminosa e repressiva, que tinha poucos paralelos no Continente. Weyler havia sido enviado com ordens explícitas de terminar com a insurreição usando qualquer método expeditivo. O *"Bando de Reconcentración"* (Bando de Reconcentração) causou mais baixas na população camponesa do que a arma espanhola. A fome e as enfermidades liquidaram em menos de três anos toda uma geração de cubanos e causaram mais de 300.000 vítimas. O separatismo armado, que também não era adepto de *insignificâncias*, respondeu ao horror com terror, e já em agosto de 1897 nem os cubanos haviam feito progressos substanciais, nem Weyler havia podido pacificar Cuba.

Enquanto a guerra assolava os campos de Cuba e se cometia por parte do governo espanhol um genocídio sem precedentes, o debate entre os anarquistas de Tampa e Cayo Hueso, Messonier e Miranda, aliados agora com a publicação ácrata de La Coruña *El Corsario* em defesa da insurreição, e seu contraponto em Patterson por parte de *El Despertar*, de Pedro Esteve, terminou abruptamente. Adrián del Valle (Palmiro de Lidia), anarquista da Catalunha e bem conhecido de Esteve em Barcelona, havia ido a Cuba primeiro em 1895, de onde foi expulso com celeridade, e aos Estados Unidos mais adiante. Refletindo sobre esta inútil disputa, começou uma campanha em busca da saída deste labirinto entre os anarquistas a favor e contra a guerra.

Era a primeira vez que se discutia internacionalmente entre os anarquistas uma questão de princípios entre operários e patriotas, e não seria a última: apoiar ou não uma guerra de independência. Del Valle considerava que era melhor não combater com aspereza companheiros valiosos que acreditavam nas vantagens da independência, alegando que os únicos beneficiados nessa polêmica seriam as autoridades espanholas que tanto dano faziam aos anarquistas em Cuba e na Espanha. Finalmente Del Valle preconizou com êxito uma moratória no debate.

A crueldade da guerra e as enormes consequências de um futuro incerto criaram dentro da Espanha uma situação de tensão social que produziu uma ácida crítica ao governo de Cánovas por parte dos anarquistas locais e que foi favorecida no momento pelos ácratas que apoiavam o separatismo cubano, tais como Salvochea e Pedro Vallina, entre outros, além da publicação *El Corsario*. De Paris, por sua vez, o Dr. Ramón Emeterio Betances, Delegado do PRC, ajudou a fomentar greves e protestos dentro da Espanha contra a guerra em Cuba. Além disso, o federalismo republicano de Pi y Margall e Salmerón também propunha a independência como solução para o conflito.

Segundo o relato de Paul Estrade, em janeiro de 96 constituiu-se em Paris o Comitê Francês de Cuba Livre, sob a direção de Betances e o trabalho de Charles Malato. É necessário destacar que este Comitê foi composto principalmente por anarquistas franceses, tais como Achille Steens, Élisée y Eli Reclus, Louise Michel, Léopold Lacour, Jean Grave, Sébastien Faure, Paul Adam e o próprio Malato, grupo que trabalhou a favor da independência de Cuba. Como contraste, em Londres Piotr Kropotkin mantinha uma atitude de neutralidade, e nos EUA Emma Goldman fazia o mesmo.

O princípio e causa fundamental do que depois se chamou "O Desastre" foi o atentado a Cánovas em Santa Águeda em agosto de 1897, em resposta às vítimas de Montjuic e aos horrores coloniais em Cuba e nas Filipinas. A morte do autor principal da política exterior espanhola nos 20 anos anteriores foi o golpe final ao já decadente Império espanhol. O magnicídio de Cánovas cometido por Michele Angiolillo, em coordenação com Betances de Paris, mudou o destino de

cinco países. O sucessor de Cánovas, Práxedes Mateo Sagasta, velho e incompetente, propiciou uma política equivocada para Cuba, decretando uma autonomia que não satisfazia ninguém; e como sempre, foi muito pouco e tarde demais, o que demonstrava a enorme debilidade colonial. Isto foi muito oportunamente aproveitado pelos EUA para suscitar uma guerra contra a Espanha em abril de 98; invadir e ocupar Cuba, Filipinas e Porto Rico, forçando o decadente império colonial a firmar a paz em agosto daquele ano. A guerra terminava com a inevitável derrota e humilhação do governo espanhol no Tratado de Paris, assinado em dezembro, com a perda de todas as suas colônias ultramarinas, um inequívoco descalabro que sem dúvida era bem merecido.

Pelo Tratado de Paris, ao mesmo tempo que a Espanha entregava suas colônias ao governo norte-americano, eram garantidos ao governo de Madri as propriedades, indústrias, bancos, negócios e terras em possessão dos cidadãos espanhóis em Cuba. Ironicamente, o separatismo cubano que, aliado aos ianques, havia ganhado a guerra, perdia a paz. Passava-se, assim, apesar dos trinta anos de luta pela independência, da autonomia tutelada pela Espanha ao protecionismo autonômico norte-americano.

Capítulo II

INTERVENÇÃO E REPÚBLICA

1899-1933

Depois do término das hostilidades contra a Espanha, os Estados Unidos se encontravam numa posição predominante ao norte do continente americano. Concluído seu expansionismo em direção ao oeste, em princípios da década de 1890, esgotadas suas fronteiras naturais, a ambição político-econômica que sustentava o governo de Washington fez com que os olhos da águia se voltassem para o Mar do Caribe. Cuba representava desde a época de Colombo um ponto geoestratégico crucial, não só das comunicações norte-sul do continente, como também a chave do já planejado canal interoceânico do Panamá. A ideia de apossar-se de Cuba, fosse de forma violenta ou por meio da compra da Espanha, havia sido contemplada pelos regentes do Potomac desde o princípio do século. Não era de se estranhar que qualquer desculpa seria suficiente para intervir em Cuba, e o governo espanhol, com sua conhecida incapacidade colonial, não tardou em proporcioná-la.

Entretanto, entre o povo norte-americano existiam simpatias por Cuba e sua independência da Espanha. Esta atitude, unida a um setor político nos Estados Unidos que se opunha à anexação de Cuba, fez com que os elementos imperialistas que influíam nas decisões da política exterior americana vacilassem primeiro e refletissem depois. Buscou-se uma solução que fosse do agrado de todas as partes envolvidas na guerra de 1898 e se encontrou uma saída que parecia satisfazer a todos. A ocupação norte-americana começa em primeiro de janeiro de 1899 e o Governador militar, general John Brooke, cumprindo ordens do governo de McKinley e de acordo com o Tratado de Paris, tranquiliza os antigos integristas, ex fanáticos de Weyler, com promessas de mão dura; oferece postos na nova administração pública tanto aos ex autonomistas como aos outrora separatistas; desarma o exército de Máximo Gómez, assim como os índios apaches, a tantos dólares por rifle; e promete a comerciantes e industriais um firme auge econômico e uma "paz social".

Os patriotas do separatismo, que pareciam haver perdido a batalha política com esta desejada intervenção de última hora por seus aliados do Norte, fosse por incapacidade política ou cobiça pelo poder, tiveram que conformar-se com uma promessa de independência futura, condicionada ao talento para governar, sua boa conduta e intenções honestas no período em que fossem colocados à prova. É claro que, se lhes concediam o direito de ser independentes, o separatismo domesticado teria que respeitar as regras que fossem impostas por Washington.

É assim que, durante a primeira ocupação norte-americana, se produzem alguns fatos que merecem nossa atenção. Nosso primeiro sintoma de mal-estar social é motivado pela exumação dos

restos de Enrique Creci. Ao transportar seu cadáver para Havana, um grupo de oficiais e veteranos da guerra participantes do cortejo fúnebre entrou em conflito com a recém criada Polícia pelo simples motivo de que um operário foi proibido de hastear uma bandeira vermelha, e começa um tumulto entre veteranos e anarquistas de um lado, contra os mantenedores da ordem pública do outro. Relata Antonio Penichet: "[...] e o sangue se derramou, apesar de que na comitiva se encontrassem [...] Salvador Cisneros Betancourt, Juan Gualberto Gómez, o Dr. Falco e outros revolucionários [...]".

Francesco Federico Falco chegou a Cuba procedente da Itália, quase no final da guerra. Seguia os passos de Orestes Ferrara, seu compatriota, que em gesto solidário se agrupava com o separatismo, consciente de sua filiação inicial como anarquista. Ferrara, que alcançara o grau de Coronel, foi nomeado governador civil interino da província de Las Villas; e em suas *Memórias* relata como, numa greve que estoura em Sagua la Grande entre operários de um lado e comerciantes, industriais e a companhia de estradas de ferro do outro, decide ficar ao lado dos grevistas. "Seria preciso redimir Cuba aumentando os salários [já] que os ganhos dos capitalistas [...] haviam aumentado em 200% [...]". Esta atitude lhe cria problemas com as autoridades de ocupação e Ferrara é forçado a renunciar de seu posto e sair de Cuba temporariamente. Falco seguiu seus passos.

Durante o ano de 1899 começa um novo processo da luta social em Cuba. O primeiro é a chamada Greve da Rede de Esgoto, por tratar-se de uma paralisação iniciada pelos empregados desse projeto, em 20 de agosto do mesmo ano. A greve se estende a todo o setor da construção, organizada e respaldada pelos anarquistas que se haviam reagrupado numa organização chamada *Alianza de Trabajadores* (Aliança de Trabalhadores). Em setembro, depois de uma encontro público e um *Manifesto* onde se alude à "luta internacional pelas 8 horas, à bandeira vermelha dos trabalhadores, aos Mártires de Chicago [...]", a polícia prende seus principais organizadores, Francisco de Armas, Serafín Busto, Juan Aller, Francisco Carballeda e Evaristo Esternoz, este último assassinado em 1912 durante a guerra racial que estourou na província de Oriente. O governador de Havana, William Lodlow, prometeu o castigo adequado "aos inimigos da Sociedade que hasteassem a bandeira vermelha da anarquia [...]".

A greve de 1899 terminou com um aparente fracasso proletário. Os operários não receberam o apoio total da população que, intimidada e coagida, se tornava pessimista. Apesar desse revés, duas semanas depois do término da greve, os construtores receberam um aumento de salário e a promessa de "estudo" do requerimento da jornada de 8 horas de trabalho, demanda que se cumpriu trinta e quatro anos mais tarde. Esta paralisação, repressiva e violenta, foi respaldada e divulgada amplamente por duas novas publicações anarquistas: *¡Tierra!*, dirigida por Abelardo Saavedra; e

Tiempos Nuevos, de curta duração, dirigida por Adrián del Valle, que voltava do exílio para estabelecer-se definitivamente em Cuba.

Em setembro de 1899 se funda uma nova organização operária, a *Liga General de Trabajadores* (Liga Geral de Trabalhadores), de caráter moderado, mas com notável influência libertária. Seus organizadores são: Enrique Messonier, Ramón Rivero y Rivero; Ambrosio Borges e José Rivas. Uma nova publicação respalda a Liga, dirigida pelo próprio Messonier, chamada *¡Alerta!* Esse grupo de anarquistas procedia da emigração de Tampa e Cayo Hueso, agrupados dentro do setor separatista e ainda com reservas com relação a seus antigos companheiros de Havana, pelo que decidiram abrir uma sede independente da Aliança. Em dezembro, Mc Kinley muda de Capitão Geral, substituindo Brooke por Leonard Wood, ainda mais duro e autoritário. É precisamente durante o começo deste proconsulado que Errico Malatesta decide, em fevereiro de 1900, visitar Havana.

Malatesta, pensador e escritor anarquista nascido na Itália, era nessa época um dos teóricos das ideias mais avançadas e, logicamente, residindo em Patterson, Nova Jersey, era bem conhecido pelas autoridades de ocupação. Suas variadas e célebres conferências no Círculo de Trabalhadores e no povoado vizinho de Regla foram acolhidas por um numeroso público que lotou os locais para ouvir suas palavras. Foi entrevistado por vários jornais, nos quais também fez declarações a favor das ideias anarquistas, mas sofreu atrasos e suspensões temporárias de várias palestras, até que finalmente o Governo Provincial decidiu suspender a permissão de conferências ao anarquista, que foi prevenido com antecedência a não mencionar a palavra *anarquia* em seus discursos.

A última suspensão dessas palestras anarquistas foi definitiva, o que forçou seus companheiros cubanos que o haviam convidado a Cuba e, "[...] a requerimento do grupo que editava *El Nuevo Ideal* [...]", que era dirigido pelo mesmo autor dessas recordações, Adrián del Valle [a cancelar os encontros públicos]. Por iniciativa do próprio Malatesta, Del Valle decide marcar uma reunião com o governador civil, o general Emilio Núñez, antigo traficante de expedições militares entre os Estados Unidos e Cuba a favor da independência, muito conhecido pelos anarquistas da emigração, responsável por negar a Malatesta a permissão para falar em público, direito que tinha qualquer um a quem se considerasse um homem livre, até nos Estados Unidos. Em dita reunião, Núñez declara que "[...] existia uma lei do tempo da Espanha que proibia a propaganda anarquista [...]", ao que, segundo Del Valle, Malatesta lhe responde: "[...] com toda finura [e lhe faz] observar que quando o general Núñez combatia o governo da Espanha não lhe importava desobedecer as leis espanholas que agora tanto empenho tinha em acatar".

Apesar da ironia não ter passado desapercebida por Núñez, é provável que não a tenha apreciado e, como era de se esperar, Malatesta teve que deixar Cuba ao não poder seguir fazendo

propaganda. Por sua vez, Manuel M. Miranda, "[...] que durante a guerra [havia sido] deportado a Chafarinas, não por ser insurreto, mas por ser anarquista [...]", segundo relata Del Valle, escreveu vários artigos no periódico liberal *La Discusión* "[...] ridicularizando o governador [...] e os elementos político- nacionalistas [...]" que haviam influído e pressionado Núñez a tomar essa arbitrária decisão.

Antes de voltar aos Estados Unidos, Malatesta escreve um artigo que publicou também em *La Discusión*, no qual expõe suas ideias com relação a Cuba. Adrián del Valle nos recorda que Malatesta havia deixado constância de seu pensamento numa declaração feita durante a guerra: "[...] nenhum indivíduo que lute contra toda classe de tirania pode deixar de lutar a favor da independência de Cuba". Malatesta coincidia nessa época mais pragmaticamente com Messonier, Creci e Miranda do que com Roig San Martín, o que obviamente não lhe impedia de ser um dos ideólogos mais notáveis do anarquismo. Em dito trabalho jornalístico, Malatesta admite uma "potente simpatia" por "esses valentes trabalhadores cubanos, brancos e negros [..] que me deram uma acolhida tão cordial". Ele tem certeza de que os anarquistas saberão "[...] tomar seu posto entre os elementos mais adiantados [...], lutar pela emancipação integral da humanidade".

Malatesta lamenta a imposição "ao povo cubano das mesmas leis espanholas [contra as quais lutaram e] morreram Martí, Maceo, Creci e milhares de cubanos". Opina que a luta de classes não pode cessar por declarar-se uma república em Cuba, e recorda a seus companheiros que a Questão Social segue tão vigente em Cuba como nos tempos coloniais, pois suas leis não mudaram. A república futura, espera Malatesta, deverá conceder aos anarquistas mais espaço social onde poder atuar; do contrário, e isso é lamentável, o panorama social continuará deteriorando-se.

Como se pode ver, a situação dos anarquistas com relação ao governo de ocupação ianque era a mesma que existiu com a Espanha, com o agravante de que os remanescentes do separatismo não pareciam entender agora as ideias libertárias, e o ideário do PRC havia sido enterrado com Martí. A sociedade cubana de princípios desse século era uma composição, dentro de um esquema classista, de dois grupos polarizados: um minoritário e poderoso que representava o capital e os interesses estrangeiros, respaldados pela nova Constituição de 1901, o governo de turno e empresários, comerciantes e industriais tanto cubanos como espanhóis; e um grande setor majoritário de uma população operária e camponesa submersa na pobreza, que tratava de recuperar-se da fome e da miséria deixadas pela guerra de extermínio entre a Espanha e o separatismo.

A Ilha se encontrava num estado de prostração total, e por conseguinte era muito difícil para os ácratas daquela época organizar quase sem recursos uma luta social contra o deplorável estado de abusos que existia em Cuba. Ainda assim, organizaram e orientaram, como vimos, greves

importantes que se ganhavam ou perdiam, e se manteve com firmeza a orientação operária naqueles anos terríveis.

Antes da inauguração da sonhada república, é imposta aos cubanos por parte do nascente imperialismo norte-americano a Emenda Platt, segundo a qual qualquer governo dos Estados Unidos se outorgava o direito a intervir em Cuba cada vez que uma situação política desagradável pusesse em perigo tanto os seus interesses políticos imperiais como os econômicos dos outrora súditos da Espanha, em cumprimento do Tratado de Paris. Esta Emenda, execrada energicamente pelos libertários em suas publicações e por alguns separatistas de caráter ultraliberal, era tanto um insulto para o povo de Cuba como também uma medida onerosa, pois além disso Cuba teria que pagar do seu bolso o custo de qualquer expedição militar, ocupação e consabida burocracia.

O povo de Cuba recebeu com alegria sincera o dia 20 de maio de 1902 como o começo da Primeira República, apesar do apêndice constitucional da Emenda Platt como parte da Constituição de 1901. O novo presidente, Tomás Estrada Palma, havia atuado como delegado do PRC em Nova York e era um ancião de 70 anos que não sentia nenhuma simpatia pelos anarquistas, apesar do apoio que estes haviam dado à causa separatista. O segundo homem em importância era o general Máximo Gómez, um patriota que havia lutado com êxito na guerra contra a Espanha, também de idade avançada, de caráter autoritário e refratário a qualquer concessão social, que tampouco entendia as ideias dos ácratas.

Em 4 de novembro de 1902 estoura no setor tabaqueiro uma paralisação conhecida como a Greve dos Aprendizes, devido à discriminação que existia com relação a empregar espanhóis em vez de cubanos. A greve se estendeu aos povoados adjacentes de Havana e ocorrem choques com a polícia. A paralisação se estende então a outros setores e a violência cresce. Apesar das simpatias de muitos patriotas vinculados aos anarquistas, o governo de Estrada Palma-Gómez se opõe a negociar e ocorrem choques violentos com a nova força repressiva do governo, a Guarda Rural. Por fim, ao faltar o respaldo popular esperado, os responsáveis pela paralisação a dão por terminada. O espírito de liberdade do cubano se converte em pessimista e conformista, temendo que qualquer distúrbio social fizesse fracassar a primeira tentativa dos cubanos de governar e serem governados. Os anarquistas respaldam, seguem e orientam essa greve através dos sindicatos e suas publicações.

É evidente o fracasso dessa greve, na qual os componentes da Liga estão mais comprometidos que os anarquistas do Círculo; sendo que os primeiros tentam, sem muito êxito, chegar a uma solução de compromisso frente a Estrada Palma, esperando algum respaldo de seus antigos aliados na emigração. Esse fiasco lhes faz perder muito terreno no campo proletário, ao extremo de terem que dissolver-se, em contraste com os elementos do Círculo, que exigiam uma solução radical. Isso obriga seus dois dirigentes principais, Rivero y Rivero e Messonier, a retirar-se

das lutas operárias. Rivero y Rivero termina às sombras da morte na pobreza e Messonier se insere definitivamente no campo político, no Partido Nacional Cubano primeiro e no Liberal mais tarde, sem renunciar aos postulados de sua juventude, apesar de haver deixado de lado a causa proletária.

No campo os anarquistas começam a organizar seus militantes do setor açucareiro. É a primeira vez em Cuba que se realiza um trabalho nessa direção e dentro da maior e mais rica indústria da Ilha. A resposta patronal na zona de Cruces, no centro de Cuba, é violenta. Dois trabalhadores responsáveis, Casañas e Montero, são assassinados, o que provoca um protesto geral por parte de *¡Tierra!* e *¡Alerta!* O crime fica impune e o ano de 1902 termina com duas vítimas do campesinato. Em 1903 se frusta outra greve de protesto por esses crimes, coincidindo com a celebração do Primeiro de Maio.

A segunda intervenção norte-americana acontece em 1906 devido a uma crise política motivada por Estrada Palma em seu desejo de reeleger-se como presidente e ao consequente esforço de guerra civil entre o governo e o Partido Liberal. No final do governo de Estrada Palma, várias greves estremecem o país em Havana, Ciego de Ávila e Santiago de Cuba. Encontram-se envolvidos nestes conflitos os setores ferroviários, tabaqueiros, de construtores e transportes urbanos. O clima social segue deteriorando-se. O governo interventor soluciona de forma favorável aos trabalhadores a chamada Greve da Moeda, na qual se demandava o pagamento de bens em moeda norte-americana e não espanhola, já que não circulava uma moeda nacional.

Como se diria em *Solidaridad Gastronómica* muitos anos depois, em 1956, "em 1907 se efetua a primeira caravana de propaganda nacional de que temos notícia, e fazem parte dela Francisco González Sola, Abelardo Saavedra, Vicente López e Domingo Germinal, todos oradores de verbo inflamado". Marcelo Salinas, por sua vez, lembra-se nessa mesma atividade de G. Campos "[...] de relevantes qualidades oratórias [...] e outros propagandistas valiosos como Pedro Irazozqui, Isidoro Ruiz [...]". Também em palavras de Salinas: "[...] quando, em 1909, Francisco Ferrer Guardia é fuzilado em Barcelona [...] o crime repercute em Cuba com a organização de numerosos atos públicos [...], que como era de se esperar, são reprimidos violentamente pelas autoridades".

O panorama social da primeira década do século em Cuba não poderia ser mais frustrante. O novo presidente, José Miguel Gómez, provinha do Partido Liberal e havia sido general na guerra. Durante seu mandato, a situação de operários e camponeses não mudou muito, apesar da melhora das condições econômicas da Ilha e da recuperação do preço e dos mercados do açúcar. A política cubana se dividia em dois bandos: liberais e conservadores, tal como na Espanha de Cánovas e, em qualquer caso, o partido que ganhasse o poder, ou as tribos governantes de "generais e doutores", como se dizia naquela época, não tinha a mais mínima consciência social. O problema operário ou camponês era tão distante ou desconhecido para esses patrícios como a Sibéria. Dividiam os

conterrâneos em dois grupos: os que apoiavam seu governo e os que se opunham. Quando aos anarquistas, antiestatistas por princípio, eram considerados inimigos jurados.

A única diferença era que, quando a oposição era representada por elementos mais progressistas dentro do Partido Liberal, estes tratavam de atrair os ácratas com pequenos favores, tais como defesas legais ou deferência em sua imprensa, mais com o propósito de manipulá-los criando problemas sociais contra o governo do que por verdadeiras simpatias. Por sua parte, os conservadores se dedicavam à perseguição do anarquismo.

O começo da revolução no México, em 1910, provoca um sério impacto entre os operários e camponeses cubanos. A prédica de Ricardo Flores Magón e de Práxedis Guerrero, por meio do jornal *Regeneración*, e os fuzis de Emiliano Zapata são um catalisador na consciência dos esquecidos trabalhadores da cana-de-açúcar, principal indústria do país. Existiam relações anteriores com Flores Magón por parte da direção de *¡Tierra!*, publicação que atacava sem cessar a ditadura de Porfirio Díaz, o que gerou a seu diretor, Abelardo Saavedra, um processo e uma multa por parte do governo.

Em 14 de julho de 1911, o novo governo liberal de Gómez tem que fazer frente a várias greves entre os operários tabaqueiros, carreteiros e padeiros, com a consabida cobertura de *¡Tierra!*, que apoia sem reservas as gestões trabalhistas de Alejandro Barreiro e Antonio Acebal. Essas greves, apesar de terem demandas justas, fracassam rotundamente, motivadas pela política repressiva do novo Secretário de Governo, Gerardo Machado, que deporta os anarquistas como “estrangeiros indesejáveis” e encarcera os libertários nativos. Esta política do governo, consagrada em “Decretos-lei”, continuaria por mais de vinte anos. A campanha propagandista consistia, além disso, em indispor a opinião pública contra os anarquistas, dividindo o movimento operário em dois grupos: “operários estrangeiros perniciosos” e “operários nativos submissos”. Esse tipo de repressão foi combatido por todas as organizações operárias e pelo povo trabalhador.

O general Mario García Menocal, de caráter ainda mais autoritário que o de Gómez, assume a presidência e se transforma no primeiro ditador da República. Em 1913 são retomadas as lutas camponesas em Cruces, respaldadas pela Federação Local de Villaclara, que agrupava todos os setores camponeses daquela região, tais como Sagua la Grande, Cienfuegos e Caibarién. Também se renova a Associação de Tipógrafos, antigo grêmio libertário, e continua a publicação de seu jornal, *El Memorándum Tipográfico*. Os operários de quase todas as publicações em Cuba, desde tempos coloniais, representavam um dos sindicatos mais combativos da Ilha. De suas filas haviam saído J. C. Campos e Enrique Creci. Nessa época as figuras mais destacadas da luta operária são Alfredo López, Antonio Penichet e Pablo Guerra. Realizam-se greves em Santa Clara e violência em Camagüey. O governo acusa os redatores de *¡Tierra!* de cumplicidade.

No início de 1915, Juan Tenorio, Vicente Lípiz e Román Delgado são deportados à Espanha, de acordo com as leis antianarquistas, acusados de promover greves no setor açucareiro em Camagüey, apoiar manifestações em Havana e provocar uma greve de operários açucareiros em Guantánamo. O jornal *¡Tierra!* é tirado de circulação e posteriormente suspenso. Por sua vez, os anarquistas que orientavam os trabalhadores de Cruces trouxeram à luz um documento conhecido como *Manifiesto de Cruces* que representou, por sua redação literária, um impacto e um poema de combatividade anarquista. "Sustentemos nosso grito com a força de nosso braço" e "Calar é transigir" são a melhor mostra de um grupo de trabalhadores que tinham direito a melhores destinos e não à fome hereditária de que padeciam por gerações, quando eram a força produtiva da indústria mais rica e importante da Ilha.

Fernando Iglesias assinou esse Manifesto, que circulou profusamente entre os operários do açúcar e expunha o direito à rebelião, com todas as suas consequências, contra a exploração e o abuso de latifundiários e capitalistas. Laureano Otero, Manuel López, José Lage, Benjamín Janieros, Luis Meneses, Santos Garós, Miguel Ripoll, Francisco Baragoitia, Andrés Fuentes, Tomás Rayón e Francisco Ramos foram solidários ao documento, exigindo as 8 horas diárias de trabalho e um aumento salarial de 25%. Iglesias foi detido alguns dias depois. A abusiva situação social nos engenhos de cana era cometida pelas empresas norte-americanas e espanholas, que controlavam a maior parte da produção do país.

O preço do açúcar no mercado mundial superou a cotação estabelecida durante um século devido à Primeira Guerra Mundial, o que beneficiou em grande medida proletários e colonos, enquanto a situação dos camponeses era como nos tempos da Espanha. O governo de García Menocal reprimiu violentamente qualquer protesto, usando o Exército Pretoriano e a Guarda Rural para assassinar, perseguir e deportar os anarquistas. Em Santiago de Cuba o jovem ácrata Adolfo Pérez Rizo foi impunemente assassinado por haver atacado literariamente García Menocal em *¡Tierra!*. Em abril de 1917, Cuba declara guerra aos Poderes Centrais, um dia depois dos Estados Unidos, o que afeta favoravelmente o preço do açúcar. Começa em Cuba um período chamado "As vacas gordas". Os anarquistas em Cuba decidem manter-se neutros, apesar da mudança a favor dos aliados que Kropotkin propõe, em Londres, em contraste com o *neutralismo* que ele propunha para Cuba em 1897. Como consequência, os anarquistas são acusados de *germanófilos*.

García Menocal decide ganhar pela força as eleições presidenciais e os liberais recorrem às armas, iniciando-se um período ditatorial na Ilha. Nesse ano de 1917 se estabelece na Rua Egido, número 2, em Havana, o *Centro Obrero* (Centro Operário), que logo seria o espaço anarquista mais notável de sua época e onde se planejaram e executaram por mais de uma década greves, boicotes, atividades e decisões para todo o país. O clima de agitação social de 1917-1919 teve aspectos

dramáticos. Os interesses econômicos espanhóis e norte-americanos, aliados à cumplicidade do governo, consideravam que qualquer protesto de tipo social era uma ameaça de guerra civil. O olho da águia do norte observava-nos cauteloso. Foi uma época criminosa e despótica a favor do sustento da economia a serviço dos poderosos.

Entre 1918 e 1919 estouraram quatro greves gerais somente em Havana; o Estado repressivo recebeu uma resposta adequada com a explosão de várias bombas e os principais organizadores anarquistas da época foram encarcerados e condenados à morte: Marcelo Salinas, Antonio Penichet, Alfredo López, Alejandro Barreiro e Pablo Guerra. O assassinato em plena via pública do anarquista Luis Díaz Blanco foi o detonador de uma série de acontecimentos violentos que culminaram, em seu funeral, com uma demonstração massiva contra o governo por parte do povo de Havana. No fim, as garantias constitucionais foram suspensas com o objetivo de criar um clima de terror na opinião pública, e foram deportados cerca de 77 operários qualificados como "corja anarcossindicalista", foram proibidas as publicações ácratas e o Centro Operário foi fechado. Tudo como nos melhores tempos de Cánovas e Weyler.

Uma calma temporária se inicia em 1920, devido à normalização do preço do açúcar, etapa conhecida como "As vacas magras". Os orientadores anarquistas aproveitam a oportunidade para celebrar, em abril, um congresso operário que ataca "a carestia de vida" e propõe uma série de medidas de caráter econômico "imediato e transitório" para resolver o problema. Decide-se pela formação da *Confederación Nacional del Trabajo* (Confederação Nacional do Trabalho) e propõe-se a criação de um comitê para que "formule um projeto de organização, estudando as opiniões de todas as coletividades". Finalmente o Congresso "envia uma fraternal saudação aos irmãos que na Rússia estabeleceram a República Socialista dos Sovietes".

Não parece haver dúvidas de que, no princípio, a revolução de outubro, na Petrogrado de 1917, da qual os anarquistas russos haviam participado de forma bem visível, foi uma notícia bem recebida pelos operários cubanos. Com a tomada do poder pelos sovietes na Rússia, parecia que o sonho de três gerações de lutas contra todas as injustiças do capitalismo e do Estado haviam chegado ao fim. A atitude dos anarquistas em Cuba foi de júbilo e solidariedade durante sua própria ação social na Ilha, da qual alguns poucos elementos social-democratas e marxistas haviam participado ativamente de forma solidária, seguindo os princípios ácratas. Poucas notícias da perseguição que Lenin estava levando a cabo contra os anarquistas russos haviam chegado de Nova York ou Barcelona nesses anos. Não é, portanto, estranho que o Congresso de 1920 em Havana respondesse favoravelmente ao governo bolchevique de Lenin e Trotski, atitude que teve eco em todo o mundo proletário. Contudo, essa solidariedade mudaria muito logo.

Ao término do Congresso de 1920, retomaram-se com mais forças as demandas proletárias, com a inevitável repressão do governo. Bombas e explosivos estremeciam Havana e no Primeiro de Maio houve outra paralisação geral. Penichet e Salinas foram de novo presos, e no protesto por sua detenção houve a detonação de um explosivo no Teatro Nacional, quando Enrico Caruso cobrava $10.000.000 para cantar *Aida*. Radamés fugiu, acovardado, pelas ruas de Havana. Salinas e Penichet, depois de serem condenados à morte, foram postos em liberdade no começo de 1921, com o fim do governo menocalista. Com o novo governo *moderado* de Alfredo Zayas, inicia-se a etapa mais construtiva do anarquismo em Cuba. A semente plantada pelos ácratas do fim da década de 1880 se transforma na "Árvore da Liberdade" que mencionara Roig San Martín, e começava a dar frutos.

Proliferam as publicações libertárias: *¡Tierra!* começa uma segunda etapa e se editam folhetos e livros. Regularmente se publicam *La Batalla*, *Nuevos Rumbos*, *Vía Libre*, *El Memorándum Tipográfico*, *Espartaco*, *Nueva Luz*, enfim, um verdadeiro renascimento cultural proletário, no qual até os mais modestos grêmios passam a ter uma folha informativa. Fundam-se ateneus libertários, centros operários, clubes naturistas, a propaganda do Ideal circula por toda a Ilha e o trabalho de organizadores, escritores, oradores, sindicalistas e orientadores sociais é de uma natureza exuberante. São os anarquistas, nesses anos turbulentos, os primeiros que, sem ajuda de ninguém, organizam, agrupam e orientam a maioria dos trabalhadores do campo e da cidade, num esforço sem paralelo em nossa história.

Uma nova geração de cubanos emerge nesses anos em meio a uma sociedade cheia de marcas coloniais, separação classista e racial, governos autoritários e intervenção norte-americana. Promete mudanças radicais nas estruturas sociais e políticas e começa uma luta sem quartel contra todos os parasitas nativos ou estrangeiros. Os anarquistas dessa geração são conscientes da agenda cubana e tomam o caminho das tortuosas mudanças definitivas nas infraestruturas econômicas e sociais. Serão os porta-bandeiras da liberdade e da justiça social para as classes mais esquecidas, transformando as ideias do anarcossindicalismo nas majoritárias do mundo proletário.

O homem que parece carregar nos ombros toda uma série de responsabilidades trabalhistas se chama Alfredo López. De filiação nitidamente anarquista, apesar da "revisão marxista da história cubana", segundo escritores contemporâneos, López recebe as ideias libertárias pela influência de Pablo Guerra, um operário negro do mesmo sindicato tipográfico a que López e Antonio Penichet pertenciam. Destacado orientador dentro de seu sindicato, López emerge como figura proeminente durante o Congresso de 1920 e seu trabalho unitário dentro do operariado cubano não termina até seu assassinato em 1926. Como a maioria de sua geração operária, López é profundamente anarcossindicalista. Por seus escritos, sua breve e concisa oratória, sua atuação sindical, seus

procedimentos pragmáticos e os acordos tomados sob sua responsabilidade, é muito difícil situá-lo dentro de outro campo que não seja o anarquista. Sem sectarismos, seu trabalho numa sociedade que havia deixado os operários sozinhos foi intensamente unitário, e ele soube ganhar os elementos marxistas dentro da luta operária em Cuba. Também agrupou dentro das filas proletárias elementos reformistas, ação afirmativa da que pouco se conhece ou se quer ignorar.

A fundação da *Federación Obrera de La Habana* (Federação Operária de Havana –FOH) em 1921, na qual López é o elemento aglutinante, dá início a uma campanha de caráter evidentemente anarcossindicalista com relação a todo o movimento operário em Cuba. O pragmatismo trabalhista é a ordem do dia com a ideia de federar numa só organização, em âmbito nacional, todos os operários e camponeses da Ilha. A FOH não é formada por sindicatos anarquistas exclusivamente, ainda que esses sejam os mais numerosos ou suas ideias libertárias sejam as mais populares. Essa política sindical se choca com o ideário de alguns anarquistas que aspiram a uma organização maciçamente anarcossindicalista, parecida com a *Confederación Nacional del Trabajo* (Confederação Nacional do Trabalho – CNT), criada na Espanha em 1910, e expõem seus argumentos sobre isso. Por fim se aceita a tese unitária de Alfredo López, diante do risco de se cair na fragmentação. Essa disputa é tomada como base pelos historiadores marxistas para afirmar que López não era anarquista, o que é uma falácia.

Em 1923, à raiz de um movimento de reforma dentro da Universidade de Havana, Julio Antonio Mella aparece como um dos líderes daquela gestão. López lhe oferece seu apoio e consegue persuadir Mella a colaborar com alguns estudantes na recém fundada Escola Racionalista Noturna, a serviço dos operários e seguindo a tradição do professor libertário Francisco Ferrer. No fim daquele ano se funda a Universidade Popular José Martí, primeiro passo que se toma em Cuba para o ensino das diferentes ideias políticas e sociais daquele tempo. A relação direta entre o futuro fundador do *Partido Comunista Cubano* (PCC) e Alfredo López serviu também como base para formular uma série de hipóteses sobre a influência das ideias de Mella em López, quando ocorreu exatamente o contrário, segundo declararia Mella anos depois. Durante todo o ano de 1924, com a inegável tolerância do Presidente Alfredo Zayas, se produzem alguns movimentos grevistas dentro dos sindicatos ferroviários e açucareiros. Outro anarcossindicalista de primeira ordem começa a destacar-se no sindicato ferroviário-açucareiro da província de Camagüey: Enrique Varona.

Em fevereiro de 1925 é celebrado em Cienfuegos o Segundo Congresso Nacional Operário, com a participação de mais de 105 delegados, que representavam 75 organizações operárias. Entre seus orientadores estavam López, Penichet, David Antes, Carmelo García, Alejandro Barreiro, Rafael Serra, José Rivero Muñiz, Manuel Deza, Manuel Landrove, José Villasus e Emilio

Rodríguez, entre muitos outros. O acordo principal foi o de celebrar um terceiro congresso na cidade de Camagüey com o objetivo de fundar uma confederação operária em âmbito nacional.

Em agosto, respaldados por dois Congressos Operários, se realizou em Camagüey o Terceiro Congresso Operário, onde se decide pela criação da *Confederación Nacional Obrera de Cuba* (Confederação Nacional Operária de Cuba – CNOC), a qual reúne todos os sindicatos, irmandades, uniões, grêmios e associações proletárias de Cuba, somando 128 coletividades e mais de 200.000 operários, representados por 160 delegados. Entre eles, além de López, participaram Nicasio Trujillo, Pablo Guerra, Pascual Núñez, Bienvenido Rego, Nicanor Tomás, José M. Govín, Domingo Rosado, Florentino Pascual, Luis Trujeda, Paulino Díez, Venâncio Rodríguez, Rafael Serra, Juana María Acosta, Margarito Iglesias, Antonio Penichet, Enrique Varona, Venancio Turón, Manuel Castillo e Miguel Contreras. O Congresso, em sua mecânica, seus procedimentos e seus acordos, é sem dúvida fortemente influenciado pelas teses anarcossindicalistas que predominavam no pensamento dos participantes. O sentido e as disposições, as proposições, as regulamentações, as táticas, os princípios, enfim, tudo que é relacionado à questão social tem a forma e o fundo anarquista.

Nas Atas do Congresso da Fundação da CNOC, os acordos mais importantes foram “o rechaço total e coletivo frente à ação eleitoral”, a demanda de oito horas, o direito à greve e o desejo mais unânime de não burocratizar o organismo recém criado. Pela primeira vez em nossa história, Juana María Acosta, da *Unión de Obreros de la Industria de Cigarrería* (União de Operários da Indústria de Cigarros), é nomeada como Presidenta Provisória de uma organização dessa natureza e se insiste em que “o trabalho da mulher seja retribuído igual ao do homem”.

Poucos dias depois de terminado o Congresso, o PCC é fundado em Havana por militantes marxistas como Julio Antonio Mella ou por ex-anarquistas como Carlos Baliño, com o apoio do representante da III Internacional, procedente do México, Enrique Flores Magón, irmão de Ricardo. Os militantes do PCC se transformariam numa minoria disciplinada e abnegada que, se num princípio seguiriam as consignas anarquistas, no futuro, obedecendo as ordens que o *Komintern* enviava do México, eram encaminhados para suplantar e liquidar qualquer vestígio do anarcossindicalismo, que durante muitas décadas havia sido o motor propulsor da classe operária.

O triunfo eleitoral do Partido Liberal, cujo representante máximo era Gerardo Machado, determinou de forma repentina uma grande crise das ideias anarcossindicalistas em Cuba. Machado já era bem conhecido por eles e representava o pior da República autoritária. Logo o novo presidente se deu conta de que o movimento operário da CNOC, recentemente organizado, poderia ser um colaborador ou um inimigo de seus conceitos políticos. Dentro da CNOC existia um grupo reformista que atuava de acordo com as organizações operárias norte-americanas, a *American*

Federation of Labor (Federação Americana do Trabalho – AFL), que era dirigida por Samuel Gompers. Machado conseguiu atraí-los com benefícios governamentais, enquanto que os amigos com que outrora os anarquistas contavam dentro do Partido Liberal se fizeram invisíveis. Por sua vez, os marxistas, com seu flamante partido político em franca contradição com os acordos da CNOC, mantiveram seu rumo esperando tempos melhores.

Começando com parâmetros repressivos, o governo fechou arbitrariamente o Sindicato da Indústria Fabril, por causa de uma greve, prendendo seu orientador, Margarito Iglesias, de procedência ácrata, e deportando alguns operários. Alfredo López protesta energicamente, mas de nada serve. Em setembro se faz outra greve no setor açucareiro de Camagüey e Enrique Varona, outro orientador anarcossindicalista, é preso primeiro e depois covardemente assassinado. Varona representava a *Unión de Ferrocariles del Norte* (União de Estradas de Ferro do Norte) que agrupava nesses anos os operários açucareiros. De novo se protesta com força contra ao governo e seus tribunais. Nada ocorre.

Em outubro Alfredo López é preso quando uma campanha de provocação por parte do governo se inicia, fazendo estourar vários explosivos em Havana, acusando os anarquistas desses fatos. Em dezembro, os anarquistas mais comprometidos são presos ou escapam ao exílio na Flórida ou Yucatán. A intimidação, o assassinato e a provocação são as armas de Machado em finais de 1925. López e alguns anarquistas são postos em liberdade em janeiro de 1926 e são "aconselhados" a se colocarem a serviço do governo. Numa entrevista entre o Secretário de Governo, mensageiro de Machado, Rogério Zayas Bazán e López, ele oferece ao lutador anarcossindicalista benefícios e dinheiro em troca de cooperação. López as rechaça e continua em seu posto. É detido de novo pela polícia, desta vez é ameaçado de morte. López não se importa e se mantém firme.

No Primeiro de Maio se celebra no Centro Operário uma vigília comemorativa, e na tribuna López denuncia a ação repressiva de Machado e insta os operários a resistir. Por fim, em 20 de julho de 1926, López é sequestrado e desaparece para sempre. Seus restos foram encontrados sete anos mais tarde, alguns dias depois da caída de Machado. Com López e Varona assassinados, os anarcossindicalistas perdiam dois de seus mais valiosos orientadores num momento chave de nossa história, e a classe operária perdia dois lutadores serenos e valentes.

A política repressiva de Machado não tinha paralelo na história sindical da Ilha. Nem na colônia, nem durante a República, incluindo García Menocal, nunca o anarquismo havia sofrido um golpe tão violento. Enquanto Machado era aclamado pelas classes dominantes como presidente "nacionalista" por uma sociedade que padecia duma influência norte-americana notável, a perseguição contra os ácratas continuava sem descanso. Em 1927 a CNOC já entrava em crise com

a morte de Margarito Iglesias do sindicato fabril, um negro anarcossindicalista neto de escravos que batalhava sem descanso a favor dos operários cubanos. A situação foi habilmente aproveitada pelos marxistas dentro da CNOC, que por ordens do PCC começaram a apropriar-se dos cargos sindicais ostentados pelos anarquistas mortos, deportados, presos ou no desterro.

A resposta de elementos radicais dentro do anarquismo com relação a essa situação de violência não se fez esperar. Foram fundados grupos de ação, tais como *Espartaco* e *Los Solidarios*, e mais tarde a *Federación de Grupos Anarquistas de Cuba* (Federação de Grupos Anarquistas de Cuba – FGAC), que começou, numa aliança singular com estudantes universitários e políticos, uma campanha de ações violentas contra Machado, reeleito "constitucionalmente" como presidente por seis anos. Foram planejadas e executadas várias tentativas falhas de magnicídio em colaboração com elementos revolucionários e se realizaram alguns atos de rua com violência contra o governo. Estes elementos radicais dentro do anarquismo cooperaram ativamente contra Machado.

Em 1930 se realiza em Havana uma greve no setor de bondes que é respaldada por quase todos os setores sindicais. O movimento se transforma em greve geral por 24 horas e é o primeiro desse tipo numa situação de ditadura repressiva. Os anarquistas apoiam a greve sem reserva, enquanto a imprensa burguesa antimachadista dedica elogios ao PCC e entrevista seus dirigentes. Nesses anos de depressão econômica, não só o povo se opunha à ditadura, mas também a burguesia o fazia massivamente, porque não podia contar com os ganhos de antes. O preço do açúcar baixou em níveis inacreditáveis e a ruína social e política se uniu ao desastre econômico.

A ditadura de Machado tem seu fim em agosto em 1933, quando uma série de forças políticas conspiram, aliadas à Embaixada Norte-americana, fonte primária de poder, para liquidar Machado, seu antigo aliado. O PCC tem um importante papel no processo, seguindo consignas soviéticas através do *Komintern*. A Embaixada busca uma solução política para a crise, mas Machado se agarra desesperadamente ao poder. Fica só e ninguém o apoia em seu momento mais difícil. Em 28 de julho estoura uma greve no setor de transportes e Havana fica paralisada quando os operários dos bondes aderem ao movimento. Os anarquistas entrincheirados na FOH se solidarizam com esta paralisação de "braços cruzados" e, nesse clima, se declara uma greve geral. Em 7 de agosto, com uma grande ansiedade popular, se espalha o rumor da renúncia do ditador. O povo sai às ruas para celebrar a notícia e é criminosamente metralhado pelos capangas de Machado.

Numa manobra política que se pode catalogar como insólita, o PCC, em nome dos despojos da CNOC, realiza um pacto com Machado com o objetivo de terminar a greve, como se eles a houvessem iniciado. Caíam, assim, na armadilha de terem acreditado em suas próprias mentiras. A recompensa por esse ato pérfido seria o reconhecimento do PCC e da CNOC. A ambição pelo poder (já haviam participado na farsa eleitoral de 1932) cegou qualquer tipo de visão política. Os

escritores marxistas do presente tentam justificar essa atitude estalinista como "o erro de agosto". Na verdade, mais que um erro, tratou-se duma traição à classe operária e ao povo de Cuba.

O PCC deu então a ordem para que os operários voltassem ao trabalho e tratou de pôr o decreto governamental em prática com a ajuda da Polícia Secreta de Machado, a cruel *porra* (porrete), que havia assassinado tantos operários. A manobra não deu certo, porque os ácratas da FOH, seguidos pela oposição, se bateram enfurecidos contra os fura-greves. Essa situação de incerteza chegou às Forças Armadas, que não puderam ou não quiseram intervir nesse cenário nitidamente revolucionário. Ninguém tem dúvidas da atitude heroica dos ácratas naqueles dias, em sua sede na rua Zulueta, 37, e de sua ação determinante na derrota da ditadura de Machado, a qual finalmente ocorre em 12 de agosto com a fuga do tirano, forçada por um golpe militar apoiado pela Embaixada Norte-americana.

Em 28 de agosto, depois da exumação dos restos de López e Iglesias e de serem rendidas honras a seus cadáveres por uma imensa multidão, os combatentes da FGAC lançam um manifesto ao povo denunciando a traição do PCC e o ataque a tiros de que foram vítimas no dia anterior em sua sede por parte destes. Esse manifesto, firmado pelo Comitê de Relações, indica claramente e com detalhes a gestão anti-operária do PCC e como esse partido tratou de renunciar legalmente à CNOC em seu afã de acolher-se à sombra do poder. As precárias relações entre anarquistas e comunistas, deterioradas pelas inquietantes notícias que chegavam da URSS sobre a perseguição aos anarquistas por parte dos bolcheviques e de Stalin na década anterior, terminaram para sempre naquele sangrento verão de 1933.

Capítulo III

CONSTITUIÇÃO E REVOLUÇÃO

1934-1958

Apesar do triunfo contra a ditadura de Machado, o balanço final havia sido desfavorável aos libertários. Seus mais obstinados orientadores e ativistas haviam sido vítimas da repressão governamental ou deportados. Dessa maneira, quando se realiza o golpe de Estado de 4 de setembro de 1933 contra um governo provisório que havia substituído Machado, cimentado pela Embaixada Norte-americana, os anarquistas se encontram num estado pré-organizativo e são surpreendidos pelos acontecimentos políticos.

O novo governo revolucionário *autêntico*, como se autointitula, é de caráter esquerdista com tons nacionalistas. Suas figuras principais são Ramón Grau San Martín e Antonio Guiteras. Aliados aos promotores militares que produziram o levantamento, soldados, cabos e sargentos, de procedência humilde e penetrados por toda classe de ideias de tipo social, têm como figura máxima Fulgencio Batista. Este governo, o primeiro de sua classe na Ilha, desafia a Embaixada Norte-americana, decreta leis de benefício público e consegue a derrogação da Emenda Platt.

Como era de se esperar, só durou cerca de 100 dias e caracterizou-se por um nacionalismo sem nação que, ao mesmo tempo em que decretava a intervenção estatal nas indústrias elétricas e telefônicas em mãos ianques, promulgava a lei de 8 horas de trabalho para todos os operários. Contudo, este mesmo governo ditou uma lei chamada “dos 50%”, pela qual proibia os patrões de empregar mais de 50% de operários estrangeiros em seus estabelecimentos, comerciais ou industriais. Esta lei afetou consideravelmente o anarquismo em Cuba, já que muitos militantes tiveram que abandonar a Ilha e dirigir-se à Espanha, onde uma trágica guerra civil os esperava.

Os anarquistas ficaram extremamente debilitados num momento fundamental da história, ao mesmo tempo que os comunistas manobravam com êxito a classe operária, apesar do descalabro de agosto, atacando violentamente os anarquistas e lançando as mais disparadas calúnias conta eles, tática que deu resultado em 1934 e que repetiriam com melhor êxito em 1960. Acusava-se os libertários de serem “agentes ianques”, de “associar-se e aliar-se com ex-machadistas, patrões e até elementos fascistas” que naqueles anos geravam alguma simpatia em Cuba. Entretanto, apesar desses obstáculos, começou-se uma nova etapa com um vigor e uma resistência que poderíamos considerar assombrosa. Incrementou-se o trabalho de propaganda entre a juventude, e uma segunda geração de cubanos alistou-se nas bandeiras ácratas, dentro de sindicatos e organizações trabalhistas.

Com a ajuda da Embaixada Norte-Americana, o apoio da burguesia e a benção do capitalismo, o Coronel Batista transformou-se no “homem forte” de Cuba, estabelecendo uma ditadura à qual os ácratas se opuseram desde o início. Buscando aliados dentro da oposição revolucionária, alguns de seus militantes libertários se afiliaram a uma organização de caráter socialista chamada *Joven Cuba* (Jovem Cuba), dirigida por Antonio Guiteras, arqui-inimigo do PCC e conhecido revolucionário, já fora do poder. Desta vez a repressão veio por parte do próprio Batista, que fez fracassar a greve geral de março de 1935, instigada e logo abortada pelo PCC, que, muito de acordo com a linha frente-populista que emanava de Moscou, decidiu ao final aliar-se ao governo e seguir “os passos democráticos do Coronel Batista”.

Para os anarquistas, contudo, a situação política não variou muito. Desde a queda de Machado as autoridades de turno haviam exercido um controle ferrenho sobre as atividades dos anarcossindicalistas. Exercia-se uma forte censura da imprensa contra eles e destruía-se o material que provinha do exterior, com a curiosa exceção de *Cultura Proletaria*, ao parecer por sua procedência nova-iorquina, onde às vezes se encontravam notícias sobre a perseguição empregada aos libertários em Cuba. Segundo relata Helio Nardo, testemunha daqueles anos, “depois de fracassada a greve de março de 1935, houve uma repressão brutal sobre nós [...] milhares de oposicionistas [ao governo de Mendieta-Batista] foram mandados à prisão. Todos os povoados [...] passaram a estar sob o controle militar”.

Havia, entretanto, ainda segundo as palavras de Nardo, certa dificuldade de entendimento entre os anarquistas da geração anterior e os novos militantes que procediam de uma nova turma, “[...] a impossibilidade de entender-nos com os velhos militantes entrincheirados no ´grupismo´ (FGAC) - aqui Nardo se refere aos setores ácratas que haviam sobrevivido à repressão de Machado, à Lei dos 50% e ao autoritarismo militar de Batista – [...] fundou-se em Havana a *Juventud Libertaria de Cuba* (Juventude Libertária de Cuba)”. Nardo recorda entre seus fundadores os seguintes companheiros: Gustavo López, Floreal Barreras, Luis Dulzaides, Miguel Rivas, Julio Ayón Morgan, Teodoro Fabelo, Abelardo Barroso, Modesto Barbeito, José Fernández Martí e um jovem anarquista com o curioso nome de Gerardo Machado. As reuniões desse grupo de jovens libertários eram “rigorosamente clandestinas”.

Por sua vez, Luis Dulzaides registrou suas impressões juvenis anos depois, relatando seu ingresso nas *Juventudes Libertarias* por mediação de Fernández Martí, quando conhece “[...] as mais altas figuras do anarquismo militante cubano”. E recorda-se de Domingo Díaz, boticário de Arroyo Arenas, perto de Havana; Venancio Turón, antigo trabalhador ferroviário fundador da CNOC; “[...] Rafael Serra, um negro tabaqueiro que era como uma relíquia dos tempos heroicos do

proletariado ácrata...” e finalmente Manuel Salinas, um dos intelectuais cubanos mais proeminentes de sua geração.

Ao estourar a Revolução e a Guerra Civil espanholas em julho de 1936, os anarquistas em Cuba somam-se à defesa da República e é fundada em Havana, por ideia deles, a *Solidaridad Internacional Antifascista* (Solidariedade Internacional Antifascista – SIA), que trabalhou com afinco para enviar fundos e armas aos companheiros espanhóis da CNT-FAI. A ajuda e a solidariedade dos anarquistas em Cuba a favor dos companheiros espanhóis foram consideráveis tendo-se em conta a situação de depressão econômica imperante na Ilha. Além disso, deve-se destacar a participação de muitos libertários cubanos nas filas de combatentes contra o fascismo de Franco. Expulsos de Cuba durante a ditadura de Machado e como consequência da deplorável “Lei dos 50%”, famílias inteiras de anarquistas lutaram nas filas cenetistas, tais como Abelardo Iglesias, Manuel de la Mata e Cosme Paules, para citar alguns. De Cuba, foram para a Espanha morrer por suas ideias Adolfo Camiño, Gustavo Malagamba, José Pendás, Humberto Monteagudo, Pedro Fajardo Boheras, Julio Constantino Cavarrocas etc.

Terminado o conflito espanhol com a derrota republicana, muitos desses sobreviventes foram repatriados a Cuba, assim como um número importante de anarquistas espanhóis que saíram da França e da Espanha com passaportes cubanos graças a militantes libertários com afinidades dentro do Ministério de Estado. De novo começou-se a arrecadar fundos para ajudar os ex-combatentes em desgraça, e aqueles que chegaram a Cuba receberam uma generosa solidariedade por parte de seus companheiros cubanos. Houve casos de anarquistas detidos pelas autoridades de Imigração cubana, os quais conseguiram liberdade pelos esforços a seu favor realizados por parte dos libertários cubanos. Segundo Paulino Díez relata em suas memórias, Cuba serviu de trampolim aos anarquistas espanhóis em diáspora para estabelecer-se em todo o continente, de Chicago a Buenos Aires.

No final da década, o PCC faz um pacto oficial com o já General Batista, militar carente de base popular, que em pagamento pelos serviços e apoio político em sua próxima eleição presidencial entrega-lhes a recém criada *Confederación de Trabajadores de Cuba* (Confederação de Trabalhadores de Cuba – CTC), fabricada politicamente pelo governo e seus aliados nas *Comisiones Obreras* (Comissões Operárias – CO) com esse propósito. É o maior e mais centralizado organismo trabalhista de Cuba e agrupa todas as facções sociais do momento, incluindo uma minoria anarquista associada. À diferença da primeira confederação operária, a CNOC, a direção da CTC está, por ordens de Batista, nas mãos do PCC e das CO, que respondem a interesses políticos. Já naqueles anos o movimento operário cubano foi organizado e legalizado sob

o controle comunista com a benção do Estado. Estabelece-se então pela primeira vez em Cuba um casamento deplorável nas relações entre o sindicalismo e o Estado.

A Constituição de 1940 marca o início da uma nova república. Nesse documento contempla-se pela primeira vez na história de Cuba o problema social e há uma tentativa de emendar os erros e omissões cometidos pela Primeira República. De caráter moderno e progressista, a Carta Magna da Ilha é obra de duas gerações de cubanos. Para sua confecção interviram representantes de todas as classes sociais e de todas as esferas da vida do país. Refletem-se nela, com uma minúcia exagerada, todos os problemas ocorridos e por ocorrer, tanto políticos como sociais, agrários e trabalhistas de um período convulso de nossa História. A Constituição era, sem dúvida, um documento bem feito e só faltava colocá-la à prova e em prática.

Os setores sobreviventes do anarquismo revolucionário de 1920 a 1940, agrupados dentro da SIA e da FGAC, reforçados por alguns militantes cubanos que procediam do êxodo da Guerra Civil espanhola e por ex-combatentes da CNT espanhola que haviam escapado da Europa nos primeiros anos da II Guerra Mundial e desembarcado em Cuba decidiram, no início dos anos 40, realizar uma assembleia com o propósito de agrupar dentro de uma só organização o esforço libertário. As garantias constitucionais lhes permitiam criar legalmente uma organização desse tipo e foi assim que se acordou a dissolução desses dois organismos principais, a SIA e a FGAC, e a constituição de uma nova organização denominada *Asociación Libertaria de Cuba* (Associação Libertária de Cuba – ALC).

Com a participação de mais de cem militantes cubanos e espanhóis exilados reunidos numa assembleia que se realizou na pequena fazenda Mordazo, onde residiam Juan Nápoles e sua companheira María, Domingo Díaz foi eleito Secretário Geral e Abelardo Barroso Secretário de Organização, ambos responsáveis pelo recém criado organismo. Decidiu-se também apoiar solidariamente os novos exilados espanhóis que constantemente chegavam à Ilha; responsabilizar-se pela continuidade do jornal libertário *Rumbos*, que saía esporadicamente desde os últimos anos da década de 1930; e convocar para 1944 o chamado *Primero Congreso Nacional Libertario* (Primeiro Congresso Nacional Libertário).

A grande quantidade de cenetistas espanhóis que em poucos anos chegaram a Havana foi recebida da melhor forma possível por seus companheiros em Cuba. Contudo, o desemprego generalizado na Ilha naqueles anos obrigou a grande maioria daqueles companheiros a emigrar para diversos países, como Panamá, México e Venezuela, debilitando a função orgânica da ALC. Não obstante, a recém criada organização publicou por algum tempo, sob a direção de Marcelo Salinas, um jornal de propaganda intitulado *Rumbos Nuevos*, no qual Domingo Alonso e Claudio Martínez interviram notavelmente. Por fim, em 1944, segundo Salinas, "[...] ocorre o Primeiro Congresso

celebrado no espaço do Sindicato dos Gessistas, facilitado por um dos companheiros ao Congresso, Manuel Pis, responsável por esse sindicato". O negro Gerardo Machado foi eleito como Secretário Geral e Abelardo Barroso, um militante ativo e trabalhador, se manteve como Secretário de Organização.

Durante os primeiros anos da década de 1940, os libertários da ALC se dedicaram a um trabalho organizativo. Com os restos do movimento que com mais força trabalhou dentro do proletariado cubano até meados dos anos 1920, ainda gozavam dum grande respaldo popular e uma fama de honradez, combatividade e sacrifício, baseados numa extensa e limpa trajetória revolucionária. Começa-se o trabalho orgânico, preparando quadros de militantes por meio da recém criada organização *Juventudes Libertarias* (Juventudes Libertárias), com o objetivo de recuperar o campo perdido entre comunistas e reformistas. Grupos de ação entre estudantes e operários são fundados através deste organismo.

Enquanto isso, a Constituição de 40 tinha legalizado o direito às 8 horas de trabalho, decretada em 1933, uma das aparentes utopias das prédicas de *El Productor* em 1888. Ela regulava, evidentemente, o direito à greve, mas reconhecia sua validade. Essa situação obrigou os anarcossindicalistas dentro da CTC a criar grupos de pressão, verdadeiras correntes de transmissão do pensamento libertário naquela época, com o objetivo de desafiar dentro desse organismo a inércia, a burocracia e o franco colaboracionismo do PCC e das CO.

Batista havia sido eleito Presidente com a ajuda e a aliança do PCC que, depois de receber postos ministeriais, dinheiro, meios de propaganda e proteção estatal, lhe corresponde com títulos pomposos como "O mensageiro da prosperidade", e põe a seu serviço não só os recursos propagandistas do Partido, como também a CTC, controlada por aquele partido. Dessa forma iníqua, eles traíram uma vez mais a verdadeira origem e os princípios do sindicalismo em Cuba. Medrando sempre à sombra do poder, o que os anarquistas catalogavam como a "frente crapular", o PCC transforma-se numa força política trabalhista.

Ramón Grau San Martín, postulado à presidência pelo chamado *Partido Revolucionario Cubano Auténtico* (Partido Revolucionário Cubano Autêntico – PRCA), que procedia de 1933, ganha as eleições e assume o poder em 1944. O povo espera que haja mudanças substanciais pois o novo governo, eleito livremente, é de corte social-democrata, muito popular na América Latina por aqueles anos. Contudo, Grau mantém os comunistas em seus postos e só há uma mudança importante dentro da questão operária cubana em 1947, quando Grau, forçado pelas tensões da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética e frente às visíveis pressões do governo norte-americano, decide expulsar os stalinistas de seus postos hierárquicos dentro da CTC. Essa decisão pode servir como prova de como, apesar da abolição da Emenda Platt, os próprios autores

de sua derrogação, servidores agora do Estado, cedem às sutis pressões do Departamento de Estado de Washington. Era um Primeiro de Maio de 1947.

Há um novo renascer libertário naqueles anos. Alguns boletins de informação e propaganda assinados e sustentados pela *Federación de Juventudes Libertarias de Cuba* (Federação de Juventudes Libertárias de Cuba) e um *Boletim da subdelegação da C.N.T. da Espanha*, que circulava mensalmente sob a direção de V. Velasco e administração de C. Trigo, são publicados em Havana. Ambas as publicações, que datam de 1947, têm como redação a sede da ALC na rua Jesús María, 310. A decisão governamental de tirar a representação stalinista dentro da CTC deixa a porta entreaberta para que os anarcossindicalistas aproveitem a tolerância que existe dentro dos grêmios pertencentes à central operária para realizar eleições sindicais em plena liberdade, e então vários dos companheiros mais responsáveis são eleitos entre alguns sindicatos importantes.

O prestígio e uma justa reputação de honestidade dos anarcossindicalistas os levam a orientar de forma efetiva alguns sindicatos, tais como o de transportes, gastronomia, construção, plantas elétricas, etc, e a manter grupos de pressão em quase todos os demais sindicatos que compunham a CTC naqueles anos. São criadas as *Asociaciones Campesinas* (Associações Camponesas) por anarquistas no interior da Ilha, que se dedicam a organizar a população local mais humilde, sem terra e recursos. Esses esforços se tornam mais eficazes na costa norte da província de Camagüey, velho baluarte libertário localizado no porto de Nuevitas e na zona cafeeira do sul da província de Oriente, Monte Rus, onde já há muitos anos os anarquistas haviam fundado e mantido coletividades agrícolas livres.

De acordo com a versão contida no folheto *Memorias del II Congreso Libertario*, “em 21 de fevereiro, às 9 da noite, frente a uma grande afluência que abarrotava [...] os Salões da Federação Nacional de Plantas Elétricas [...] no Paseo de Martí, número 615 [...] começa o II CONGRESSO NACIONAL LIBERTÁRIO, convocado pela ASSOCIAÇAO LIBERTÁRIA DE CUBA”. No ato de abertura, Agustín Souchy, que representava naqueles anos a AIT e era antigo amigo dos libertários cubanos, expõe suas ideias. Também expressaram suas opiniões Marcelo Salinas, Modesto Barbeito e Helio Nardo. A Ata de Constituição se inicia com uma sessão plenária no dia 22 de fevereiro de 1948 e é presidida por Rafael Sierra, tendo Vicente Alea como Secretário Provisório. Participam 153 Delegados, constituindo Francisco Bretau e Gilberto Lima a Mesa de Congresso. Organizam-se quatro Comissões de Trabalho: a de Organização, com Modesto Barbeito e Helio Nardo; a de Propaganda, com N. Suárez e Manuel González; a de Finanças, com Manuel Castillo e Vicente Alea, e a de Assuntos Não Inclusos, com Antonio Landrián e Suria Linsuaín.

O II Congresso terminou em 24 de fevereiro com uma série de resoluções que foram publicadas em Havana naquele mesmo ano num folheto que contempla a criação de uma sociedade

libertária em Cuba, apelando a todos os níveis industriais, sindicais, econômicos e/ou agropecuários em toda a Ilha, e que com o transcurso dos anos nos demonstra quanta vigência pode haver tido este trabalho. O documento é importante na história do anarquismo em Cuba: trata com decisão sobre a situação daqueles incertos anos de Constituição e República; ataca seus inimigos de sempre, o Partido Comunista de corte puramente stalinista e alerta sobre os perigos da influência da Igreja Católica; declara-se anticapitalista e, sobretudo, de acordo com seus princípios, anti-imperialista. Ataca tanto os Estados Unidos como a União Soviética, qualificando-os de "potências estrangeiras", apelando um pouco ao nacionalismo de moda.

Entre os ambiciosos pontos que se acordaram e que cobriam quase todo o aspecto social e econômico de Cuba, foi discutida a necessidade de se ter um órgão de informação e propaganda efetivo e constante. Já existia dentro do setor gastronômico a publicação mensal *Solidaridad Gastronómica*, que por acordo deste Congresso transformou-se no periódico da ALC e que teria uma extensa vida dentro da cultura proletária cubana. Também se elegeu uma nova direção responsável, em que Vicente Alea exerceu o cargo de Secretário Geral, Barbeito o de responsável organizativo, Domingo Alonso o de Finanças, e Néstor Suárez Feliú Secretário de Propaganda.

Carlos Prío Socarrás assume a presidência em 1948, seguindo a mesma política tolerante no campo social e trabalhista de Grau. Em 1949, os anarquistas dentro da CTC manobram com alguns militantes afins e criam outra central operária, a *Confederación General de Trabajadores* (Confederação Geral de Trabalhadores – CGT). A ideia era criar uma organização operária independente da CTC e de sua influência política, de acordo com a boa tradição anarcossindicalista, que sempre se negou a ser um instrumento político do Estado.

Nos anos posteriores ao II Congresso, de acordo com a versão de Helio Nardo, um dos sobreviventes desse processo de desvinculação trabalhista com a CTC, "a ideia de constituir uma segunda central sindical foi o resultado da tese de um sindicalismo não político-eleitoral, na qual trabalhei intensamente junto com Abelardo Iglesias, além de Barbeito". Tratava-se, é óbvio, de criar outra confederação operária que estivesse mais próxima do ideário anarcossindicalista do que a versão governamental de um organismo verdadeiramente proletário, como era a CTC. Com o apoio de Ángel Cofiño representando os operários elétricos, e de Vicente Rubiera representando os telefônicos, é criado o *Comité Obrero Nacional Independiente* (Comitê Operário Nacional Independente – CONI), que "[...] teve uma transmissão radial diária pela RHC Cadena Azul [...]" e cujo material "[...] para a radiação o escrevíamos diariamente na sede da ALC [...]". Apesar de toda a oposição que foi encontrada nesse novo passo ao sindicalismo livre da pressão política, "[...] chegou a constituir-se [...] denominada como Confederação Geral de Trabalhadores, [...] sua sede na rua Águila".

No Terceiro Congresso Nacional Libertário, em 11 e 12 de março de 1950, com uma agenda organizativa com o objetivo de tomar decisões orientadoras dentro do sindicalismo e encaminhar o movimento operário cubano em outra direção mais saudável, se recorda: “lutar contra o controle do movimento operário por burocratas [...] políticos, seitas religiosas, etc. [...] e expor o verdadeiro significado do sindicalismo, que há de ser apolítico, revolucionário e federalista”, tratando-se desse modo de combater o sindicalismo existente: “tirânico, transformado de fato numa agência do Estado”.

O documento termina com um chamado de repúdio à CTC como uma organização apoiada “pela facção stalinista e farsantes operários aliados [...] pseudo-proletária, sem rastro algum de ideias, espírito ou prática revolucionárias [...] dominada por partidos políticos ditatoriais e dotada duma liderança corrupta”. Também se propõe “o trabalho ativo com os operários da CGT, única organização operária [...] legítima com tendências sindicalistas e que é mais sensível às verdadeiras necessidades dos operários”.

É lamentável que a tática de criar outra central sindical fracassasse totalmente. A ideia de criar uma CGT independente da CTC, e consequentemente por fora da influência governamental, encontra obstáculos imensos entre os reformistas, comunistas e governamentais. As pressões do presidente Prío através do Ministério do Trabalho, opondo-se à CGT por temor à crescente e evidente influência anarcossindicalista dentro do movimento trabalhista cubano, são provas irrefutáveis. A desculpa era o “divisionismo” ou “fracionalismo”. Naqueles anos, como produto da Guerra Fria, Prío, por “sugestões” norte-americanas e por seus próprios partidários, declara ilegal o Partido Socialista Popular, frente eleitoreiro comunista, e fecha seus meios de expressão. Os stalinistas tropicais buscam de novo uma aliança com seu antigo amigo Batista.

O temor do governo com relação aos libertários não era de todo infundado. Já no final da década de 1940, a influência ácrata dentro do movimento operário era notável. Distribuídos em quase toda a Ilha em pequenas ou médias seções, atuavam quase sempre em âmbito local. Havia também membros dispersos dentro de Cuba que faziam trabalho de propaganda. Segundo Sam Dolgoff em seu livro *La Revolución Cubana: un ensayo crítico*, “seus simpatizantes e sua influência estavam em total desproporção com o número real de seus membros. Os grupos anarcossindicalistas consistiam, muitas vezes, nuns poucos membros, mas existia um número maior em muitos sindicatos locais e regionais, assim como noutras organizações”. É curioso observar como, com tão pouca afiliação, se obtinham conquistas sindicais dentro do movimento operário cubano.

Dentro do proletariado cubano é necessário destacar a ação sindical libertária dentro dos sindicatos, aderida às distintas Federações operárias. Na Federação de Trabalhadores

Gastronômicos, por exemplo, com mais de 20.000 afiliados, é notável a influência orientadora em alguns sindicatos (em questões de organização e demandas), de três companheiros, Casto Moscú, Juan R. Álvarez e Bartolo García; na Federação de Plantas Elétricas trabalhava ativamente Francisco Bretau, orientador libertário desde 1934, e seu filho Roberto; dentro da Federação Nacional Operária de Transporte, Santiago Cobo ocupava um cargo de responsabilidade como Secretário de Organização; na Federação Nacional dos Trabalhadores da Construção, atuava Abelardo Iglesias, Secretário Geral do Sindicato da Construção na província de Havana.

É importante ressaltar a saída de uma nova publicação de caráter ácrata com data de abril de 1950. Esta revista, chamada *Estudios, Mensuario de Cultura*, era editada em Havana e continha um excelente material. Além de ser feita com muito cuidado e dedicação, foi sem dúvida, para seu tempo, uma revista moderna que fugia dos clássicos clichês libertários, com conteúdo ilustrado e ameno. Contava com um material de tipo sociocultural com excelentes fotos e gravados em 50 páginas do melhor material tipográfico de sua época. Os responsáveis por *Estudios* eram seu Conselho de Direção, que incluía Marcelo Salinas, Abelardo Iglesias e Luis Dulzaides. O Administrador era Santiago Velasco e o Chefe de Publicidade era Roberto Bretau. Também se publicava *El Libertario*, que saía esporadicamente desde a década anterior, dirigido por Salinas, em formato jornalístico.

Em março de 1952 se dá um golpe de Estado dirigido por Batista que viola o sistema constitucional de Cuba. O povo cubano recebe a notícia com uma indiferença total, dada a corrupção moral e administrativa do governo de Prío. Um chamado à greve geral fracassa rotundamente e mais adiante a CTC, presidida por Eusébio Mujal, faz um pacto com Batista, apesar de os anarquistas se oporem à imposição militar em princípio e por princípio. Por sua vez, os comunistas aproveitam essa circunstância para penetrar na burocracia oficial, mas não conseguem recuperar sua preponderância na CTC. Batista, por sua vez e em silêncio, os abraça como aliados. A Guerra Fria está em todo o seu esplendor e desta vez Batista tem que ser comedido com seus aliados stalinistas.

Com o objetivo de preencher o vazio de poder oposicionista ao golpe de Estado, em julho de 1953 um obscuro jovem político de origem burguesa, educado pelos jesuítas, chamado Fidel Castro reúne um grupo de revolucionários e leva a cabo um ataque ao Quartel Moncada em Santiago de Cuba que termina de forma sangrenta e com numerosas vítimas. Castro é preso e, em sua alegação de defesa, declara um programa “revolucionário” que não passa de pequeno-burguês, reformista e com um fundo social-democrata. Sua obsessão primária consiste em restabelecer a Constituição de 1940, violada por Batista em 1952. No fim do ano de 1953, Castro é condenado a 15 anos de prisão com alguns de seus companheiros, ocasião em que aproveita para fundar o chamado *Movimiento 26*

de Julio (Movimento 26 de Julho – M26J). Encarcerado por uns poucos meses, Castro recupera a liberdade por meio de uma anistia governamental e vai para o México.

Durante quase dois anos a oposição a Batista se torna violenta e este, como era de se esperar, responde à provocação de forma brutal. O clima político torna-se caloroso e a oposição, que abarca outros fatores não- castristas, cresce bastante. Em março de 1955, preocupado pela situação política de Cuba, um recém nomeado Conselho Nacional convoca os anarquistas a uma Conferência Nacional Libertária, que se celebra em 24 de abril de 1955 numa propriedade naturalista no povoado de Campo Florido, nas proximidades de Havana. Com uma agenda de dez pontos em sua Ordem do dia, depois do Informe do Conselho Nacional se ressalta o mais significativo, mais importante e que motiva a convocatória e a assembleia: Assuntos Nacionais.

No informe é feita uma avaliação de todas as atividades realizadas desde o III Congresso, entre as quais se encontrava a saída de *El Libertario* com três números e "[...] que foi fechado oficialmente [...] em abril de 1952 [...]". Passa-se a ratificar os acordos dos três Congressos anteriores e entra-se no ponto mais álgido da convocatória, a "Situação Política", da qual é destacável o seguinte: "A restrição da Liberdade em todos os seus aspectos, as afrontas e as perseguições [...] a orientação demonstrada pelo atual Governo de ir contra tudo o que signifique melhoras às classes populares [...] os impostos que diariamente continuam crescendo...]". E, finalmente, uma declaração política fundamental: "[...] fazem com que nós, libertários, [...] enfrentemos o Regime com todos os nossos esforços e cooperemos com trabalhos que tendam a devolver ao país a Liberdade subjugada".

Em 1956 ocorre uma polarização total entre Batista e seus inimigos políticos, que incluíam diferentes partidos eleitorais em busca de uma saída à crise cubana. Os anarquistas, por sua parte, mantêm suas posições iniciais de caráter anti-ditatorial, deixando bem nítidas as suas ideias do processo e denunciando a desastrosa política repressiva de Batista. Nesse ano crucial a ALC publica um folheto intitulado *Proyecciones Libertarias*, do qual eram autores Marcelo Salinas e Casto Moscú e que "denunciava a política nefasta de Batista e situava sua posição com relação à luta pela liberdade", ao mesmo tempo que prevenia acerca da atitude que vinha das serras orientais de Fidel Castro.

Já em 1957, numa intervenção frente ao XXIV Conselho Nacional da CTC, Casto Moscú rechaça o informe oficial do Secretário Geral dessa organização, Eusébio Mujal, por considerar que a CTC tinha funcionários que, rompendo os acordos estabelecidos por esse organismo, realizavam uma política eleitoreira e partidarista dentro dos Sindicatos. Esse protesto foi publicado na revista *Bohemia* em sua seção política. Ao mesmo tempo e cumprindo com os "[...] acordos de nossa

organização, os companheiros Modesto Barbeito (Secretário de Organização) e Abelardo Iglesias (Secretário de Cultura) renunciam a seus cargos na direção da CTC".

Com a dificuldade dos tempos sombrios, *Solidaridad Gastronómica* continuava sendo publicado mensalmente, respondendo, como de costume, à defesa dos libertários em geral, como era de se esperar de um jornal anarquista e dos operários gastronômicos em particular, sendo um grêmio orientado por estes, apesar do ambiente opressivo da ditadura. Essa publicação saía em tempos difíceis de censura e suspensão de garantias, o que comprova a atitude dos anarquistas frente ao governo. *Solidaridad* era uma publicação que, além disso, se caracterizava por um anticomunismo e antifranquismo visceral, ao mesmo tempo que defendia com afinco o chamado Socialismo Libertário. Dirigiam a publicação Juan R. Álvarez, Domingo Alonso e Manuel González, todos de boa origem libertária. A redação, no final dessa década, continuava na rua Jesús Maria, 310, sede da ALC.

Em 14 de abril de 1957 acorreu a chamada Conferência Anarquista Americana, celebrada em Montevidéu (Uruguai), que contou em Havana com o apoio da ALC, que enviou dois delegados, Casto Moscú e José A. Álvarez, em representação dos libertários cubanos. Entre os acordos desta conferência se encontra um ataque a todas as ditaduras de que padecia o continente naqueles anos, incluindo a cubana, denunciada pelos representantes libertários naquela assembleia.

Entra-se em outra etapa revolucionária precisamente na sede da ALC, que foi em muitas oportunidades local de reuniões clandestinas "[...] dos conspiradores [...] e organizações [...]". Entre esses setores recordam-se vários de caráter insurrecional, como o *Directorio Revolucionario* (Diretório Revolucionário) e o próprio M26J. A sede libertária foi inspecionada pelas autoridades repressivas em várias ocasiões sem muito êxito. Do ponto de vista individual, vários companheiros como Gilberto Lima e Luis Linsuaín fizeram parte do M26J, o primeiro na luta urbana clandestina, e o segundo nas guerrilhas da zona norte da província de Oriente. Plácido Méndez também pertenceu à Segunda Frente do Escambay, uma guerrilha que operava na zona central da Ilha.

A perseguição contra o setor libertário que se havia unido à luta armada contra o regime por parte dos elementos repressivos do governo se fez patente com as prisões e torturas infringidas a Gilberto Lima e Isidro Moscú. O primeiro foi preso e torturado em várias ocasiões e Isidro dado por morto "[...] depois de uma bárbara tortura. Com Moscú um grupo de companheiros caíram presos e torturados por estarem preparando um levantamento armado e de ação direta na província de Pinar Del Rio", segundo a versão de Casto Moscú. Presos ou detidos haviam sido também Juan R. Álvarez, Roberto Bretau, Luis Linsuaín, Plácido Méndez, Claudio Martinez e Modesto Barbeito, entre outros muitos. Barbeito, Álvarez e Aquiles Iglesias exilaram-se posteriormente.

Em meados de 1958 a burguesia compreende que Batista e todo o seu aparato repressivo está a ponto de perder o poder. Os interesses norte-americanos e cubanos estão em perigo e já não consideram o ditador como um aliado. Unidos numa frente comum de interesses, esses setores decidem apoiar econômica e politicamente a rebelião. Castro obtém vários milhões de dólares em doações para comprar mais armas como prêmio pela sua resistência nas montanhas de Oriente por quase dois anos. Batista ordena a "perseguição", bem calculada por seus militares, para que não se extinguisse a rebelião e, ao mesmo tempo, se evitasse que ela se propagasse com fins políticos. As altas esferas econômicas de Cuba consideram Castro como a solução da crise política e um aliado em potencial. E na verdade o era. Esse processo de violência e levantamentos armados, conhecido como "a luta contra a ditadura", apesar de toda a propaganda posterior, nunca contou de forma quantitativa com uma sólida base camponesa, nem muito menos proletária. Foi em boa parte obra do capitalismo e da burguesia.

De 1957 a 1958 acontece um levantamento naval em Cienfuegos, um ataque ao Quartel Goicuría em Matanzas, um desembarque na costa norte de Oriente e uma tentativa de magnicídio contra Batista no chamado "Ataque a Palacio", ações violentas que custaram muitos mortos e que fracassaram de forma sangrenta. Além disso, houve guerrilhas nas montanhas do Escambray. Alguns grupos revolucionários tais como o Diretório Revolucionário e a Segunda Frente do Escambray se levantaram em armas. Muitos eram combatentes urbanos que buscavam refúgio naquela zona com a cumplicidade dos camponeses que nutriam desafeto pelo governo, e ainda que tivessem pouca atividade bélica mantiveram as tropas do governo ocupadas por vários meses. Por sua vez, o *M26J* não teve nada a ver com esses atentados, que foram repudiados pública e abertamente por Fidel Castro.

Já no fim de 1958 Batista havia perdido a guerra política e não pôde conter militarmente os rebeldes. Washington lhe dá as costas ao negar-lhe a venda de armas, ao mesmo tempo em que os representantes do PCC sobem ao acampamento de Castro na Serra e começam suas turvas negociações com ele pessoalmente. O líder barbudo ficava mais forte a cada dia e em Caracas é assinado um pacto com toda a oposição a Batista, que evidentemente o admira e o exalta. Seu programa econômico, social e político continua sendo o mesmo – pelo menos, é o que ele declara – que o de 1953: justiça social, reformismo político-eleitoral e... retorno à bem-amada Constituição de 1940. Por fim, Batista foge de Cuba em 31 de dezembro de 1958 e outro ciclo histórico começa para o povo da Ilha e para os libertários cubanos.

Capítulo IV

CASTRISMO E CONFRONTAÇÃO

1959-1961

Os anarquistas participaram ativamente na luta contra a ditadura de Batista, alguns nas guerrilhas orientais ou nas de Escambray, no centro da Ilha; outros uniram-se à conspiração e à luta urbana. Seus propósitos eram os desejos majoritários do povo: liquidar a ditadura militar e a corrupção política, assim como criar um campo mais aberto para o desfrute das liberdades, tornando possível a continuidade ideológica e as atividades nos campos sociais e trabalhistas. Ninguém esperava uma mudança radical nas estruturas econômico-sociais do país.

No mencionado folheto *Proyecciones Libertarias* de 1956, onde se atacava o ditador Batista, também se mencionava Castro, o qual não merecia "confiança alguma", [que] "não respeitava compromissos e apenas lutava pelo poder". Foi esta a razão pela qual estabeleceram-se contatos clandestinos mais frequentes com outros grupos revolucionários. Com o triunfo da insurreição, Castro havia se transformado no líder de todo o processo, por uma avaliação incorreta da oposição, que o considerava um mal "controlável", necessário e temporário, com o seu modesto programa social-democrata.

Se os libertários não estavam de acordo com a personalidade de Castro, o resto dos políticos, a burguesia e a Embaixada ianque esperavam manipular o vencedor. Por outro lado, a maioria do povo apoiava Castro sem reservas, em meio de um júbilo sem precedentes. Parecia que nos encontrávamos no pátio do paraíso, quando na verdade era a antessala do inferno. Devido à aparente negativa de Castro a dirigir o governo, criou-se com seu apoio um "governo revolucionário", ao qual se deu a tarefa de "ajustar contas" com os criminosos no governo anterior. Foram criados os Tribunais Revolucionários, que realizavam julgamentos sumaríssimos sob "petição popular" e ditavam fuzilamentos ou extensas condenações à prisão, restabelecendo assim a pena de morte, desta vez por delitos ou crimes políticos. Criavam-se as condições, desta vez com um precedente legal, com futuras e tristes consequências.

Em relação ao movimento operário, desde os primeiros dias de janeiro, com a desculpa de purgar de dentro da CTC os colaboracionistas com o regime anterior, o governo revolucionário expulsa arbitrariamente todos os responsáveis anarcossindicalistas dentro dos setores gastronômico, de transportes, construção, plantas elétricas, etc., alguns dos quais haviam feito oposição à ditadura e outros que haviam sofrido prisão e desterro, como já vimos antes. Esta medida afeta gravemente a

já debilitada corrente libertária, apesar de seu prestígio, que ainda se mantém dentro do proletariado cubano.

Apesar desse fato, evidentemente injusto, as publicações libertárias de então – *Solidaridad Gastronómica* e *El Libertario* – refletem em suas primeiras edições uma atitude favorável, ao mesmo tempo que cautelosa e esperançosa com relação ao governo revolucionário. Entretanto, o Conselho Nacional da ALC lança um manifesto onde "expõe, informa e faz juízo à revolução cubana triunfante" no qual, depois de explicar a posição dos libertários contra a passada ditadura, passa a analisar o presente e futuro próximo, declarando que "as mudanças institucionais", ao abrir-se uma nova etapa para Cuba, "não entusiasmam nem iludem", ainda que não se negue, com certa ironia "a segurança de que, por algum tempo ao menos, gozaremos das liberdades públicas o suficiente para garantir-nos possibilidades de propaganda". Segue um ataque certeiro contra o "centralismo estatal", caminho, dizem, de um "ordenamento autoritário". Enfatiza-se a penetração da Igreja Católica e do Partido Comunista. O documento é finalizado com uma referência ao movimento operário, onde de novo há uma ênfase no trabalho do PCC "para reivindicar a hegemonia de que [...] gozaram […] durante a outra era de dominação batistiana". Contudo, termina por opinar que isso não ocorrerá e finaliza com otimismo: "O panorama, apesar de tudo, anima [...]".

Por outro lado, seguindo a mesma linha, *Solidaridad Gastronómica* publica em 15 de fevereiro de 59 outro manifesto aos trabalhadores e ao povo em geral, onde explica e adverte que, ainda que ao governo revolucionário não fosse possível "[...] pôr em tão pouco tempo em função normal [...] os organismos operários [...] é um dever nosso [...] convocar eleições nos sindicatos [...] e fazer começar a funcionar as assembleias [...]". Por fim, deixa nas mãos dos operários de qualquer sindicato o problema da "cessação obrigatória de seus cargos" em relação a seus "[...] diferentes orientadores. É imprescindível que sejam os próprios trabalhadores que decidam a inabilitação sindical de seus passados dirigentes, pois fazê-lo de outra forma seria cair nos mesmos procedimentos que ontem [...] combatíamos".

Entretanto, este manifesto, que data de 18 de janeiro de 1959, não teve muita ressonância. A mesma publicação, em seu editorial de 15 de março, condena amargamente "os procedimentos ditatoriais (da CTCR) [...] acordos e mandatos vindos de cima que impõem medidas, tiram e põem dirigentes". Também acusa os "elementos incondicionais [...] nas assembleias, que, sem serem membros do organismo sindical, levantam o braço a favor de uma ordem dos dirigentes". Entre outras anomalias e "procedimentos" aparece o seguinte: "[...] em certas ocasiões lotam as salas de plenárias com milicianos armados que constituem uma flagrante coação, não se respeitam os preceitos regulamentários [...] e chega-se a qualquer tipo de procedimento para manter o controle

dos sindicatos”. Como se pode ver, a batalha para libertar o movimento operário lamentavelmente estava perdida, apesar das denúncias dos anarcossindicalistas nesse campo tão importante da vida econômica do país.

A oposição ao anarcossindicalismo vinha diretamente do M26J, instigada pelos militantes do PCC infiltrados dentro dessa organização que, no princípio, tomou quase militarmente a direção de todos os sindicatos da Ilha. Dizia-se que a medida era temporária, com o objetivo de purgar os elementos mais corruptos da ditadura anterior, até que se realizassem novas e livres eleições sindicais. Como se pôde comprovar, e como era costume em Cuba, o temporário converteu-se em permanente. Mas de onde procediam esses militantes sindicais, se era público e notório que o M26J nunca teve de verdade uma base sindical, ou melhor ainda, uma simpatia generalizada entre os trabalhadores, ou sequer uma ativa direção proletária?

Os dirigentes sindicais *revolucionários* procediam, em sua maioria, de dois campos antagônicos: o sindicalismo das Comissões Operárias, ligadas à política eleitoral e que haviam sido inimigas do governo anterior; e os do PCC. Os primeiros pertenciam a um oportunismo cínico e se prestavam a qualquer manipulação estatal. Os segundos eram extremamente perigosos, e apesar de seu passado sombrio já se notava um apoio oficial que provinha do mais alto escalão do governo. Ambos os setores se odiavam mutuamente e se prepararam para uma luta aberta pela hegemonia do setor proletário, mas como se verá mais adiante terminaram numa amálgama desastrosa para o movimento operário cubano.

No mês de julho, o Estado cubano já estava totalmente nas mãos de Castro, assim como de seus mais próximos colaboradores, quase todos procedentes da luta armada contra Batista. A presença do PCC já era notável em altas figuras do governo, entre elas seu irmão Raúl Castro e Ernesto Guevara, ambos de evidente persuasão marxista-leninista. Um fato dessa envergadura provocou uma reação natural dentro da política cubana, que havia se caracterizado por seu anticomunismo. Os anarquistas, que haviam notado a contingência, se alarmaram em sumo grau; entendiam corretamente que a influência do PCC dentro das esferas governamentais e sindicais significava um golpe mortal em curto ou longo prazo. Seus pesadelos mais sinistros logo se tornariam realidade. Por sua vez, Castro declarou publicamente não ter nenhuma relação com o PCC, mas reconheceu a existência de comunistas em seu governo, assim como de outros personagens de filiação anticomunista.

A situação destes últimos começou a se tornar crítica no fim de 59. Em meados daquele ano os adversários políticos de Castro, que sem dúvida já começavam a se notar, iniciaram uma tímida campanha oposicionista, que entendiam ser seu dever e seu direito, contra o que chamavam “a infiltração comunista no governo”. A resposta que lhes foi dada foi draconiana. Foram considerados

como sediciosos, “inimigos da revolução” e “agentes do imperialismo ianque”. Tratados como tal, foram presos ou forçados ao exílio. O regime começava a demonstrar que, para manter-se no poder, era capaz das maiores atrocidades. A resposta violenta por parte dessa oposição, evidentemente minoritária, foi a sabotagem e a explosão de algumas bombas. A reação de Castro foi ainda pior: se restabeleceram os Tribunais Revolucionários, que pediam penas de fuzilamento a qualquer acusado de “atos subversivos”. Começava um período de terror e contraterror que haveria de durar muito tempo.

O falecimento de Camilo Cienfuegos, um valioso combatente das forças revolucionárias, ficou submerso em mistério. Camilo era um dos filhos de Ramón Cienfuegos, um operário cubano que nos anos 20 havia militado dentro das ideias anarquistas. Colaborou com a SIA e participou da Convocatória para fundar a ALC, mas depois pouco ou nada se soube de Ramón, que evidentemente havia deixado de lado seus princípios durante a época de Batista. O falecimento de Camilo foi lamentado por todo o povo e não faltavam no estrangeiro ácratas que considerassem Camilo Cienfuegos anarquista. A verdade é que Camilo nunca pertenceu ao anarquismo cubano e disso há evidências. Entretanto, meio mundo anarquista chorou a perda desse revolucionário como se fosse outro Durruti. A propaganda governamental ocupou-se, na Europa principalmente, de repetir até o cansaço a militância libertária do Comandante Camilo Cienfuegos, para ganhar adeptos da revolução cubana dentro do anarquismo internacional. O mito chegou aos nossos dias... São Camilo Libertário.

No fim desse ano é convocado o X Congresso Nacional da *Confederación de Trabajadores de Cuba Revolucionaria* (Confederação de Trabalhadores de Cuba Revolucionária – CTCR) onde uma maioria aceita a tese de “Humanismo”, uma espécie de filosofia que se havia criado no princípio daquele ano que dizia afastar-se dos campos tradicionais do comunismo-capitalismo estabelecidos pela Guerra Fria e que predicava as consignas de “pão com liberdade” e “liberdade sem terror”. Os cubanos, sempre criativos, haviam inventado um novo sistema sociopolítico para dar algum tipo de explicação ideológica ao novo regime. David Salvador, o máximo dirigente da facção do M26J, exercia e fingia ser seu mais denodado líder. Por sua vez, o PCC, bem representado naquele Congresso, ainda que em evidente minoria, propunha a velha consigna de “Unidade”.

Em 23 de novembro o Congresso se encontra totalmente dividido para fazer acordos ou eleger uma representação. Os anarquistas da ALC já haviam publicado em *Solidaridad*, no dia 15 daquele mês, um “chamado ao X Congresso”, onde insistiam que “os congressos nos quais vínhamos padecendo há muito tempo tinham como única questão de importância a distribuição dos cargos do aparato”. E finalizavam com uma nota de esperança “[...], mas gostaríamos que [...]

houvesse um passo de avanço no sindicalismo revolucionário”. E adicionavam, esperançosos: “que se adentrasse profundamente nas grandes questões do proletariado [...] além de personalismos e sectarismos de grupos ou partidos [...]”. Nada disso aconteceu.

Frente à visível realidade de uma paralisia proletária criada pela evidente divisão a caminho do poder, Castro em pessoa se dirige ao Congresso, onde explica a necessidade de “defender a revolução”, para o que são necessários “dirigentes verdadeiramente revolucionários”, com uma liderança que seja apoiada por todos os delegados do Congresso, e propõe que David Salvador assuma o cargo. A única facção que deve prevalecer é “o partido da pátria”, segundo declara Castro. E efetivamente, como nos bons tempos da República, que tanto se quer descartar e esquecer, o governante de turno propõe ao Secretário Geral da CTCR como um apêndice ou um simples Ministério do governo. No dia 25 dá-se por terminado o Congresso e o líder comunista Lázaro Peña assume o controle da direção do organismo operário, apesar da representação nominal, ostentada por David Salvador.

Era lógico pensar que os representantes sindicais do M26J, que se opuseram ao controle do Congresso e da CTCR pelo PCC, depois de escutar as orientações de seu "máximo líder", Fidel Castro, com respeito à direção operária, aceitassem sem replicar a imposição do governo pela simples razão de que as ordens que vinham de cima indicavam que, ou eram cumpridas, ou eles iriam parar na prisão. "Pátria ou morte, venceremos!". Terminava este Congresso, denominado "das melancias" (verde oliva por fora – a cor do M26J – e vermelho por dentro – a do PCC), encerrando quase um século de lutas sindicais pelas quais os operários haviam obtido algumas vantagens sobre o abuso patronal. Agora tudo isso mudava. O Estado se converteria em poucos meses no verdadeiro e único patrão.

A visita que o libertário alemão Agustín Souchy realizou a Havana no verão de 1960 foi pouco conhecida, e menos ainda a publicação de um folheto intitulado *Testimonios sobre la Revolución Cubana*, que narrava suas opiniões sobre o campesinato e a nova lei de Reforma Agrária com a que o governo castrista pretendia assombrar meio mundo, começando pelos cubanos. A figura de Souchy era muito conhecida no meio libertário cubano, desde o ano anterior, e sabendo que dito companheiro pensava em viajar a Cuba, *Solidaridad* havia publicado um longo ensaio em várias de suas edições, intitulado *El socialismo libertario*, como uma forma de explicar conceitos sociais e com uma oculta esperança de que essas ideias tomassem forma numa nova sociedade que já se perfilava.

Eram momentos difíceis, como em todo processo revolucionário (como numa guerra), nos quais o povo se debatia entre o medo, a incerteza e a esperança. Já no começo do ano se notava a provocação dos meios oficiais através do órgão oficial do castrismo, *Revolución*, aos anarquistas,

com acusações tão ocultas quanto falsas. Entretanto, a visita de Souchy, convidado pelo governo para estudar e dar sua opinião sobre a agricultura cubana, encheu de entusiasmo muitos companheiros, e o escritor alemão foi saudado com alegria genuína por eles, em diferentes atos em sua honra e numa cordial boa-vinda por parte dos meios ácratas, em 15 de agosto de 1960.

Como estudioso dos problemas da agricultura, Souchy havia escrito um folheto muito comentado na Europa intitulado *Las cooperativas de Israel*, sobre a organização nesse país do *Kibbutz*, motivo pelo qual o governo cubano esperava algo similar dele para que avaliasse seu gigantesco programa agrário, e como propaganda nos meios anarquistas internacionais. Este não foi o caso. Souchy viajou por toda Cuba com os olhos e o coração abertos a tudo o que lhe fosse mostrado e ao que pôde observar por sua conta. O resultado de sua análise não poderia ser mais pessimista: Cuba se aproximava demais ao modelo soviético; as faltas de liberdade e de iniciativa própria não poderiam conduzir a outro lugar, senão ao centralismo no setor agrário. O mesmo já se notava no campo econômico. Souchy foi honesto em seu inventário total e seu folheto intitulado *Testimonios sobre la Revolución Cubana* foi publicado sem passar pela censura oficial. Três dias depois de deixar Cuba, a edição total desse trabalho sofreu intervenção do governo castrista por sugestão da Direção do PCC e foi destruída em sua totalidade. Por sorte para a História, a editoria *Reconstruir*, em Buenos Aires, reproduziu a versão original completa de Souchy em dezembro daquele mesmo ano, com um excelente prólogo de Jacobo Prince.

Naquele mesmo verão de 1960, convencidos de que Castro se inclinava cada dia mais a um governo totalitário de caráter marxista-leninista, caminho pelo qual se asfixiava pouco a pouco a liberdade de expressão, comunicação, associação e até de mobilização; a maioria dos componentes da ALC decidiu, com o eufemismo de outras siglas, em lançar a *Declaração de Princípios* da *Agrupación Sindicalista Libertaria* (Agrupação Sindicalista Libertária), em junho daquele ano, assinada pelo *Grupo de Sindicalistas Libertarios*. A ideia de usar este outro nome se deveu à necessidade de "evitar represálias sobre os membros da ALC". O documento, que é vital para entender a situação dos anarquistas cubanos naquela época, tinha como objetivo, além de orientar o povo cubano, acusar o governo do desastre que se aproximava e estabelecer uma polêmica com os integrantes do PCC, os quais já se encontravam em posições importantes dentro do governo.

A *Declaração* constava de 8 pontos em que atacava o "Estado em todas as suas formas": definia, de acordo com as ideias libertárias, a função de sindicatos e federações em sua verdadeira atividade econômica; declarava que "a terra" devia pertencer "a quem a trabalha", respaldando "o trabalho coletivo e cooperativo" em contraste com o centralismo agrário proposto na Reforma Agrária governamental; dava ênfase à educação coletiva e livre da infância, assim como à cultura; lutava contra o nacionalismo, o militarismo e o imperialismo, os quais considerava nocivos,

opondo-se à militarização do povo; atacava sem temores o "centralismo burocrático" e defendia o "federalismo"; propunha como recurso imediato a liberdade individual "em vias de alcançar uma *liberdade coletiva*"; e por fim declarava que a revolução cubana era como o mar, "de todos", e condenava energicamente "as tendências autoritárias que pululam no seio da revolução".

Não havia dúvidas de que esse era um dos primeiros ataques diretos que do ponto de vista ideológico se fazia ao regime. A resposta, entretanto, não tardou em chegar. Em agosto, o órgão do PCC, *Hoy*, com a assinatura do Secretário Geral, Blas Roca, o dirigente de maior categoria dentro dos quadros comunistas, respondeu à declaração dos libertários de forma violenta usando as mesmas falácias de 1934 e agregando a perigosa acusação de que seus autores eram "agentes do Departamento de Estado Ianque". Segundo um dos autores da *Declaração*, Abelardo Iglesias, "[...] depois o ex-amigo de Batista [...] Blas Roca, nos respondeu no suplemento dominical [...] saturando-nos em sua resposta de insultos e injúrias". Era mais interessante e significativo que, num ataque ao governo de Castro, fosse o dirigente de mais alto nível do PCC que respondesse pelo regime. Naquele verão de 1960 logo se começaram a elucidar as dúvidas.

Desse momento em diante, os anarquistas que eram inimigos do regime tiveram que se submergir na clandestinidade. É feita uma tentativa de estabelecer uma polêmica em relação à resposta de Roca, "contudo", segundo Iglesias, "não conseguimos que nossos impressores, já aterrorizados pela ditadura, aceitassem imprimi-la. Tampouco foi possível fazer uma edição clandestina". Tratava-se de um folheto de 50 páginas onde se dava a devida réplica ao PCC e a Roca. Um mês antes, *El Libertario* dedicava seu número de 19 de julho à celebração da "heroica atitude dos anarquistas em julho de 1936". Os componentes da delegação da CNT em Havana, entusiasmados pelo triunfo revolucionário, se propunham à derrocada de Franco de forma violenta. Nesse mesmo número, dedicado inteiramente a defender a atitude libertária antes, durante e depois da Guerra Civil Espanhola, em sua última página e quase de forma patética se faz um balanço das atividades da ALC e da "luta contra a ditadura de Batista". O inventário é longo e recorda ao governo a contribuição dos anarquistas cubanos a favor da revolução e da liberdade. Já recorria-se aos últimos cartuchos ideológicos. *El Libertario* desapareceria nesse mesmo verão.

Os elementos mais audazes dentro do anarquismo cubano tinham poucas opções a seu favor. Depois da *Declaração*, já sabiam que seriam perseguidos pelos cegos servidores do regime, que transformados em verdadeiros delatores se dão à tarefa de entregar qualquer cubano que não esteja de acordo com o processo. Uma acusação de "contrarrevolucionário" é uma passagem à prisão ou uma viagem ao paredão de fuzilamento. As razões que levaram os libertários de então a opor-se ao terrorismo de Estado de forma violenta são tão válidas hoje como ontem: o anarcossindicalismo dentro dos sindicatos e federações, como já se viu, havia ido desta para a melhor; não havia espaço

para exercer a liberdade de imprensa nem fazer propaganda a favor das ideias libertárias; atacar o regime era um crime de lesa pátria. A política econômica do regime conduzia à sovietização de Cuba, com todas as suas consequências negativas. Com um rigor não conhecido, perseguia-se a todo aquele que propusesse outras ideias que não fossem as que emanavam do Estado, domicílio e residência onde haviam ido parar todas as grandes propriedades, comércios, fazendas, centrais açucareiras, tabacais, enfim, toda a riqueza do país, em mãos até aquele momento da alta burguesia, do capitalismo nacional e dos banqueiros cubano-norte-americanos.

Essas medidas de "nacionalização" ou expropriação não foram criticadas pelos libertários. Ao que se opunham, segundo a mencionada *Declaração*, era à *estatização* de todas as riquezas de Cuba pelas mãos de Castro e do *PCC*. Era preciso, então, tomar o duro caminho da clandestinidade ou do exílio para começar a lutar de novo contra uma nova e poderosa ditadura, e como explica Casto Moscú "[...] nos convencemos de que todos os esforços de nosso povo e dos nossos companheiros se haviam perdido e que se iniciava um processo muito difícil e pior do que todos os males que havíamos combatido". Frente a uma situação de caráter totalitário, a grande maioria dos anarquistas cubanos decidiu rebelar-se e iniciar uma luta que estava condenada desde o primeiro dia a um perfeito fracasso.

Dentre o que podemos considerar como "nossas atividades opositoras" desse período se encontra um boletim clandestino intitulado *Movimiento de Acción Sindical* (Movimento de Ação Sindical – MAS) que circulava por toda a ilha e no estrangeiro. O MAS refletia em seus poucos números (mensais de agosto a dezembro de 1960) um ataque a Castro em particular e ao PCC e seus seguidores em geral, dentro do setor operário e político de Cuba. Segundo relata Moscú, "editou-se uma infinidade de manifestos de denúncia à falsidade dos postulados da revolução castrista e convocação do povo à oposição. Realizavam-se reuniões para debater temas e tomar consciência da desgraçada realidade que se enfrentava", e "levaram-se a efeito planos de sabotagem contra objetivos básicos de sustentação do Estado [...]".

Já totalmente envolvidos na luta armada, segundo Moscú, "participou-se da cooperação para sustentar alguns focos guerrilheiros existentes em diferentes partes do território [...]". Em particular, em duas guerrilhas importantes na mesma zona, onde se operava com grande dificuldade devido ao fato de a Serra Ocidental não ser muito alta, a província ser estreita e muito perto de Havana. "Existiu um contato mais direto com a guerrilha do Capitão Pedro Sánchez em San Cristóbal, pois companheiros nossos participaram ativamente dela [...] foram-lhes providas algumas armas. [...] Fomos solidários em tudo que nos foi possível com a guerrilha comandada por Francisco Robaina (Machete) que operava nessa mesma Cordilheira [...]". O companheiro Augusto Sánchez, combatente nessas guerrilhas, foi assassinado depois de haver sido feito prisioneiro. Considerados

como *bandidos* pelo governo, em muito poucos casos a vida de qualquer um que se rendesse era respeitada.

Segundo o relato de Moscú, além do ultimato de Augusto Sánchez, foram assassinados os seguintes "companheiros combatentes: Rolando Tamargo e Ventura Suárez, fuzilados; Sebastián Aguilar filho, assassinado a tiros; Eusebio Otero apareceu morto em sua casa; Raúl Negrín, acossado pela perseguição, se suicidou ateando-se fogo". Por outra parte, além de Moscú, foram detidos e condenados a penas de prisão os seguintes companheiros: Modesto Piñeiro, Floreal Barrera, Suria Linsuaín, Manuel González, José Aceña, Isidro Moscú, Norberto Torres, Sicinio Torres, José Mandado Marcos, Plácido Méndez e Luis Linsuaín, oficiais estes dois últimos do *Ejército Rebelde* (Exército Rebelde). Francisco Aguirre morreu na prisão, Victoriano Hernández, doente e cego pelas torturas carcerárias, suicidou-se; e José Alvarez Micheltorena morreu poucas semanas depois de sair da prisão.

A situação dos libertários ficava cada dia mais tensa. A falida invasão por Playa Girón na Baía dos Porcos, ao sul de Cuba, aventura tão bem financiada quanto mal planejada pela *Central Intelligence Agency* (CIA), conduziu à liquidação total da oposição interna contra o governo, na qual se encontravam os libertários, e à consolidação do regime castrista em Cuba. Em Primeiro de Maio de 1961, Castro declarou seu governo como *socialista*, na verdade de caráter stalinista, provocando entre os libertários, fora e dentro de Cuba, um dilema de cunho ético. O regime exigia a adesão mais decidida de seus simpatizantes e militantes. Não existia o direito à abstenção ou a qualquer posição neutra. Ou se dormia com os criminosos, ou a insônia te matava.

Em outras épocas a tormenta havia sido atenuada com relativo êxito tomando outros caminhos que não fosse o exílio forçado. No século passado se podia optar politicamente pela insurreição ou por manter-se à deriva frente ao despotismo espanhol; nas épocas de Machado ou de Batista, os libertários podiam declarar-se antipolíticos ou passar à oposição mais afim ao ideário anarquista, revolucionários de esquerda e setores liberais ou social-democratas. A Terceira República presidida em seu começo por um ditador não oferecia alternativa a não ser agrupar-se sob seu controle ou escolher entre três opções: a prisão, o paredão ou o exílio. Poucos dias antes de Fidel Castro declarar-se "marxista-leninista" ocorre em Havana um fato sem precedentes na história do anarquismo em Cuba.

Manuel Gaona Sousa, autor de um documento titulado *Una aclaración y una declaración de los libertarios cubanos*, datado e assinado em Marianao em 24 de novembro de 1961, com o propósito de difamar os libertários que não coincidiam com sua devoção revolucionária, e "rogando" que fosse publicado na *Imprensa Libertária*, foi o criador de uma enorme calúnia contra seus antigos companheiros, aos quais acarretaria consequências funestas. Gaona Sousa, antigo

operário ferroviário dos tempos de Enrique Varona e da COCN, militante libertário por toda a sua vida, um dos fundadores da ALC, nos primeiros anos do castrismo ocupava o Secretariado de Relações, e como tal tinha em seu poder as comunicações com todo o aparato propagandista anarquista no exterior. Com Gaona não existiam dúvidas, era um companheiro que se havia identificado com o castrismo desde o primeiro momento, apesar da opinião generalizada entre os mais destacados militantes de duvidar ou dar um tempo ao governo castrista.

Passados os primeiros encontros e confrontações com os setores mais stalinistas do PCC, entendia-se entre os componentes da ALC que o regime, a caminho do totalitarismo, não permitiria a existência de uma organização anarquista ou sequer a prédica de suas ideias. O PCC, por sua vez, exigia um necessário ajuste de contas. Gaona preferia ir para o lado inimigo de mala e cuia, deixando de lado seus ideais, a manter-se junto de seus companheiros, agora em desgraça. Até aquele momento, ele era livre para escolher seu caminho. Aqueles que mudaram de opinião com relação às ideias anarquista abundaram no campo libertário em qualquer latitude e tempo. Gaona não era um fenômeno peculiar.

Esse sujeito não só se fez solidário com as forças mais nefastas que governaram Cuba e com seus antigos inimigos do PCC como também ameaçou denunciar seus ex-companheiros, que não coincidiam com sua postura pseudo-revolucionária, aos *Comités de Defensa de la Revolución* (Comitês de Defesa da Revolução – CDR), de recente criação, como “agentes do imperialismo”. Contudo, o mais desprezível foi o fato de ter sido capaz de coagir alguns antigos anarquistas como Serra e Bretau para fazê-los cúmplices de sua infâmia. Através de um documento em que tratava de “esclarecer” aos anarquistas do exterior o que Gaona considerava “[...] uma insidiosa campanha que se realiza através da imprensa libertária desse país [...]” (sic) referindo-se no geral a “[...] México, América Latina e o Mundo contra a Revolução Cubana [...]” com a ideia de uma “[...] coleta de dinheiro para os presos libertários cubanos e tirar do país os perseguidos e seus familiares”. Aqui é necessário anotar que este parágrafo é o único certo deste documento, na parte relacionada à coleta de fundos e seus propósitos humanitários.

Continua o documento condenando o que ele considera “[...] uma mentira, irresponsabilidade e má fé [...]” por parte de seus ex-companheiros, agora no exílio, ou asilados em alguma embaixada. Esta manobra de “coleta de fundos”, apelando ao que Gaona se refere como o “momento histórico no qual nos compete viver”, é empreendida com uma quantidade de falácias ou simples mentiras contra seus companheiros em desgraça. O primeiro parágrafo é dedicado a garantir que não existe em toda a Ilha “[...] um só companheiro libertário detido por suas ideias [...]”. A menos que Gaona haja expulsado todos os anarquistas da ALC e dissolvido esse organismo, essa citação é falsa, como provamos anteriormente.

No segundo parágrafo declara falsamente que não existe nenhum tipo de perseguição política ou religiosa em Cuba, confundindo sem muita habilidade os invasores presos de Playa Girón com toda a oposição a Castro que, obviamente, incluía os libertários. Reconhece, isso sim, que existe uma "extrema vigilância do povo através dos CDR – um em cada quadra – contra os terroristas [...]". Justifica sem muita cautela o Terror do Estado criado pelo castrismo contra a população através de um comitê de informantes a serviço da temida Segurança do Estado. Implica, desta maneira, que qualquer cidadão que não respalde o processo revolucionário é um traidor, e, portanto, deve ser denunciado.

Gaona mente quando declara que "[...] quase a totalidade da militância libertária de Cuba se encontra integrada nos diversos ´Organismos da Revolução Cubana´ (sic) [...]". Cita todas essas organizações, chamadas de "massas", e se vangloria em dizer que a "integração" desta militância "[...] é a consequência da contemplação [...] de todos os objetivos imediatos de nosso programa [...] e a razão de existir do Movimento Anarquista Internacional e do Movimento Operário Revolucionário". Aqui pode-se apreciar cabalmente a intenção e direção do documento. Segundo Gaona, os anarquistas se integram – espontaneamente – ao despotismo castrista, por ter sido esse o objetivo de todas as lutas sociais de mais de um século. Entretanto, Gaona vai além e nos indica que essa foi a agenda e propósito de todos os anarquistas do mundo.

O quinto parágrafo não passa de uma falácia propagandista com o pior estilo político concebível, cheio de inveja e más intenções, com a evidente ideia de confundir os anarquistas de além-muro em relação ao Estado terrorista criado em Cuba. Ele finaliza o documento com uma exortação ao resto dos companheiros fora de Cuba, "para [...] não serem surpreendidos pelas mal intencionadas e mentirosas informações que recebam de quem [...] ao serviço consciente ou inconsciente da contrarrevolução cubana, se empenha em manter-se surdo e cego frente à realidade [...] da mais progressista, democrática e humanista das Revoluções de nosso Continente". Gaona declara, muito sério, que se deve apoiar o castrismo e "tomar as armas" em sua defesa, declarando "traidores e covardes" os que, "com o pretexto de diferenças ou com rancor sectário", se opõem a tão belo sonho. Depois de consolidada, "a Revolução poderá polemizar-se, agora seria negativo, porque estaríamos servindo ao inimigo comum".

Este documento foi quase reproduzido neste trabalho com a ideia de que se entenda o que mais adiante aconteceu e suas sinistras consequências. Gaona, ao final de sua vida, traiu seus companheiros mas, pior ainda, coagiu vilmente cinco antigos membros do anarquismo cubano, alguns já octogenários e doentes, para que assinassem e respaldassem esta declaração monstruosa que negava precisamente todos os princípios libertários em Cuba e fora dela. Vicente Alea, Rafael Serra, Francisco Bretau, Andrés Pardo e Francisco Calle (Mata) assinaram o documento junto com

outras dezesseis rubricas que pouco ou nada tinham a ver com o anarquismo em Cuba. Muitos libertários ainda na Ilha se negaram a tal vileza e foram considerados como inimigos, tendo que abandonar cedo ou tarde o país, entre eles um dos mais destacados intelectuais de Cuba, que se tivesse ficado a serviço do despotismo e assinado o documento de Gaona teria recebido todas as honras que um verdadeiro anarquista não teve por parte de ninguém: Marcelo Salinas. Muitos que também se negaram a respaldar este documento, que tanto dano faria no futuro imediato, ficaram detidos nas províncias.

Manuel González e Casto Moscú, envolvidos no transport de armas e propaganda, foram detidos ao serem inspecionados primeiro a sede da ALC em Jesús Maria e depois o automóvel no qual esses dois companheiros viajavam. Conduzidos a um local de Segurança do Estado e temendo serem fuzilados, pena comum naqueles anos para qualquer *contrarrevolucionário*, foram postos em liberdade por uma ordem direta de um Capitão desse departamento, que, segundo lhes comunicou, conhecia o trabalho dos libertários dentro do movimento operário, mencionando com orgulho seu conhecimento de Serra e Salinas em tempos passados. González e Moscú não perderam tempo, e da prisão se dirigiram diretamente à Embaixada do México, onde foram acolhidos quase sem trâmites. Ambos partiriam para o exílio pelo México e se reuniriam com seus companheiros em Miami.

Capítulo V
EXÍLIO E SOMBRAS
1962-1980

Ainda que já em meados de 1960 alguns anarquistas, comprometidos ou não com a oposição violenta, foram desterrados, foi só no verão de 1961 que coletivamente iniciou-se o êxodo em direção aos Estados Unidos. Não era a primeira vez que os anarquistas se refugiavam naquele país. Já desde o século passado, como foi comprovado, Tampa, Cayo Hueso e Nova York haviam sido os lugares escolhidos por estes perseguidos, onde tinham melhor oportunidade de ganhar o sustento do que em qualquer outro lugar, além da proximidade necessária para continuar a luta. Durante as ditaduras de Machado e Batista o exílio foi direcionado aos mesmos lugares; existiam, além disso, contatos com outros grupos de anarquistas residentes nos Estados Unidos.

As leis de imigração dos Estados Unidos haviam endurecido contra os anarquistas durante os anos 1920 e ainda estavam vigentes como recordação duma perseguição injusta por parte das autoridades norte-americanas, que impediam a entrada dos ácratas estrangeiros ao país. Ignoramos como foi que o Departamento de Justiça dos EUA fez uma exceção aos libertários cubanos. Supomos que eram considerados equivocadamente como inimigos de seus inimigos e, por tanto, aliados potenciais. O certo foi que, perguntados quase todos os novos refugiados sobre sua filiação política, nenhum libertário negou sua condição e curiosamente lhes foi permitida a entrada e residência nos Estados Unidos como *parolees*, isto é, temporariamente. Por outro lado, como em casos anteriores, era raro encontrar naqueles anos algum refugiado cubano que pensasse em permanecer naquele país por muito tempo. Todos os recém chegados, inclusive os libertários, estavam convencidos de que o retorno estava próximo e planejou-se uma estratégia anticastrista em curto prazo, o que constituiu um visível erro de cálculo. No verão de 1961, em Nova York, foi constituído formalmente o *Movimiento Libertario Cubano en el Exilio* (Movimento Libertário Cubano no Exílio – MLCE) por um grupo não muito numeroso de anarquistas exilados naquela cidade. Na mesma época e com o mesmo propósito organizou-se em Miami outro grupo libertário, no qual se encontravam Claudio Martínez, Abelardo Iglesias e Rolando Piñera, entre outros, e que foi conhecido como a *Delegación General* (Delegação Geral). A chamada Seção de Nova York, quase todos procedentes do Sindicato Gastronômico, era composta por Juan R. Álvarez, Floreal e Omar Diéguez, Bastolo García, Fernando Gómez, Manuel Rodríguez e Juan Fidalgo. Este último estabeleceu os primeiros contatos com os libertários espanhóis radicados em Boston através do companheiro Gómez, agrupados no Club Aurora. Funcionava também naqueles anos outro grupo

de espanhóis em Nova York, orientados por J. González Malo, em torno de um antigo periódico ácrata, *Cultura Proletaria*, com os quais se iniciou uma relação amistosa.

Entretanto, sem dúvidas, a cooperação e a solidariedade principais que os libertários receberam procedia de um grupo anarquista chamado *Libertarian League* (Liga Libertária), orientados por Sam Dolgoff e Russell Blackwell. Este último havia sido combatente na Guerra Civil Espanhola e tinha uma notável responsabilidade dentro do anarquismo norte-americano, apesar, ou talvez por isso mesmo, de sua procedência trotskista. Sam Dolgoff era nessa época uma das figuras mais respeitadas nos meios ácratas na América do Norte e possuía uma extensa trajetória revolucionária, além de exercer grande influência dentro da chamada *esquerda* norte-americana. Sempre a seu lado e às vezes à frente, não podemos esquecer de sua companheira Esther Dolgoff, mulher dedicada desde a juventude à luta social e à liberdade do proletariado nos Estados Unidos. Neste grupo, além disso, colaborava Abe Bluestein, outra figura que também se identificou com os cubanos. Este setor anarquista havia fundado em 1954 a citada Liga Libertária, e tinha como meio de difusão um boletim chamado *Views and Comments* (Visões e Comentários). Sem a colaboração de todos os componentes dessa associação anarquista, o trabalho dos cubanos teria sido muito mais difícil.

Em agosto de 1960 tinha sido publicado em Santiago do Chile um panfleto de 16 páginas assinado pela Federação Anarquista Internacional intitulado *Manifiesto de los anarquistas de Chile sobre la Revolución Cubana ante los imperialismos yanqui y ruso*, onde se denunciava o castrismo pela primeira vez em âmbito hemisférico, coincidindo plenamente com o documento que se havia originado em Havana, publicado pelos libertários. Este trabalho, que é pouco conhecido devido à pobre distribuição que teve e à sabotagem de que foi vítima por parte dos marxistas chilenos, já deixava clara a posição dos anarquistas com relação ao castrismo. O Manifesto ficou enterrado nas sombras do mistério.

Já naquela época iniciaram-se as coletas entre os companheiros anarquistas dos Estados Unidos, México, Chile, Argentina e quase toda a Europa, com o objetivo de conseguir vistos e passagens para tirar de Cuba companheiros comprometidos e/ou seus familiares. As condições de vida para os inimigos do regime naqueles anos são indescritíveis, sobretudo para os que tiveram que sofrer com o encarceramento político mais feroz que Cuba conheceu. Tiveram que se adaptar a condições subumanas e suportar as torturas de que diariamente eram vítimas por parte de seus carrascos, cubanos como eles, em nome do *socialismo*. A ideia de escapar daquela grande masmorra que era Cuba transformou-se numa obsessão para todos os cubanos.

As coletas feitas no mês de agosto somaram um total de 2.088 dólares, quantidade considerável naquela época, o que foi a bomba que produziu a explosão do documento de Gaona

(DDG) em dezembro. Esses fundos, segundo a contabilidade sob responsabilidade do tesoureiro do MLCE, Claudio Martínez, de acordo com os arquivos existentes, provinham de várias fontes; por exemplo, dos componentes do *Freie Arbeiter Stimme* (A Voz Livre do Trabalho), uma publicação anarquista em Yiddish, de Nova York, que doou 425 dólares.

La Kropotkine Branch, uma organização libertária com sede na Califórnia, cuja seção nova-iorquina se denominava *Workrmen´s Circle*, contribuiu com 300 dólares. Da Argentina foram enviados 601,30 dólares coletados pela SAI. De modo pessoal colaboraram: H. Rüdiger, de Estocolmo, com 387,80 dólares; André Germain do Chile enviou 42,00 dólares; Souchy, da Alemanha, 55,00 dólares; Luis Mercier, da França, 50,00 dólares e da Holanda, explicando que a doação era por motivos humanitários e que sua simpatia se mantinha com a revolução cubana, A. de Jong enviava 144,78 dólares. Começava a confusão europeia com relação aos anarquistas cubanos e o governo de Castro.

Esta coleta serviu para levar aos Estados Unidos mais de 66 pessoas entre companheiros e familiares, ao mesmo tempo que começava-se uma campanha de divulgação contra o regime marxista-leninista que castigava Cuba. Para assombro dos anarquistas cubanos, este êxito econômico inicial que deveria ser continuado com o gesto solidário por parte de quem conhecia o problema cubano encontrou dificuldades para desenvolver-se. No aspecto econômico, já em meados de 1962 o MLCE estabeleceu um sistema de cotas entre seus membros de 2 dólares mensais, que cobria os gastos mais urgentes, entre os quais o da “ajuda a companheiros” recém chegados e o da “campanha pró-presos”. Esta última atividade requeria a ajuda solidária dos companheiros na América Latina e Europa.

Condenados a penas de 20 anos, Isidro Moscú e Plácido Méndez se encontravam encarcerados nas prisões cubanas. Suria Linsuaín cumpria uma pena menor, mas seu irmão Luis estava condenado à morte por tentar executar Raúl Castro. Enquanto os primeiros eram ajudados, o MLCE decidiu mobilizar a opinião anarquista internacional para salvar a vida de Luis, então se ativou a correspondência com o exterior com esse propósito. Entretanto, inevitavelmente chegou a hora da confrontação com certos setores do anarquismo internacional que se negavam a aceitar que a revolução cubana começava a transformar-se num sistema totalitário que perseguia, aprisionava e fuzilava seus companheiros cubanos. Os libertários de Nova York e Miami alegavam as razões que entendiam serem corretas do ponto de vista ético da filosofia ácrata contra o sistema estabelecido, que evidentemente os perseguia. E, obviamente, apresentavam provas disso.

Por outro lado, o DDG já começava a circular em quase todos os meios anarquistas a que tinham acesso seus autores, reforçados mais adiante por todas as agências internacionais ao serviço do marxismo internacional, desde Moscou até Sidney. Por sua vez, os membros do MLCE

iniciaram em 1962 sua campanha propagandista com a publicação do *Boletín de Información Libertaria* (BIL), recebendo a solidariedade mais sincera e espontânea à sua causa por parte de *Views and Comments*, em Nova York, e o apoio da Federação Libertária Argentina, com seu órgão de informação *Acción Libertaria*, por um acordo de seu V Congresso celebrado em Buenos Aires. Tanto os companheiros argentinos como os norte-americanos responderam desde o primeiro momento ao reclamo dos cubanos exilados, e nunca lhes faltou apoio solidário durante todos os anos difíceis por vir. Os anarquistas cubanos não estavam sós.

A informação, ou melhor, a confusão internacional no *caso cubano* dentro do campo anarquista é iniciada pelo aparato propagandista do regime cubano como resposta ao ataque feito pelos anarquistas do exterior, precisamente dentro de um território ideológico que o marxismo havia manipulado com êxito desde a Guerra Civil Espanhola. A chamada *esquerda* consistia numa série de setores políticos, sociais e até religiosos que atacavam constantemente o capitalismo, o militarismo, a burguesia e a religião organizada. A entrada desta *guerra política* do regime castrista, declarado como *socialista*, trazia toda a experiência que os meios de propaganda cubanos tinham, herdados da incipiente sociedade de consumo que os norte-americanos haviam exportado a Cuba na década de 50 e que, acompanhados pelos métodos repressivos mais sofisticados, foram os fatores mais eficientes do sistema e os de maior duração, razão principal da consolidação e durabilidade do regime.

Obviamente, os meios de propaganda castrista usariam o DGG até a exaustão e nos mais remotos lugares do planeta para provar que a propaganda anticastrista – que chamavam de anticubana e ainda o fazem, confundindo o sistema político com o país – era produto de um grupo de ex-anarquistas com os piores interesses. Contudo, primeiro era necessário desacreditar os libertários cubanos fora de Cuba e depois acusá-los de "agentes da CIA, cafetões, traficantes de drogas, batistianos" dentre muitos outros epítetos, comuns da retórica de A*giprop* marxista com relação a seus inimigos. O DGG foi difundido em todos os meios libertários a que tiveram acesso, e deste modo criaram confusão e dúvida com relação ao MLCE.

Óbvio que essa manobra era esperada. Porém, o que realmente surpreendeu os membros do MLCE foi a reação do movimento anarquista em âmbito mundial. No princípio do exílio os libertários cubanos acreditaram na justiça de sua causa, mas depois de dar provas a respeito e receber a solidariedade de norte-americanos e argentinos, pensaram – erroneamente, sem dúvidas – que sendo justo o seu chamado contra o castrismo, a solidariedade internacional se produziria natural e espontaneamente, como no caso espanhol do franquismo. Não aconteceu assim. Surgiram as primeiras dúvidas em diferentes grupos radicados no México, Venezuela, Uruguai, França e Itália. Essas dúvidas eram inicialmente compreensíveis com relação ao processo revolucionário que

estava ocorrendo em Cuba, e mais ainda tendo-se em conta que os próprios companheiros cubanos, agora no exílio, haviam apoiado o sistema revolucionário inicialmente.

Não havia dúvidas de que o DGG começava a provocar danos e, apesar de o MLCE ter conhecimento desse documento, pouco se fez para rebater seu conteúdo, pensando de forma equívoca que ninguém prestaria atenção em tais calúnias e falácias. A estratégia era atacar o castrismo, o único inimigo em termos políticos: esse foi outro erro. Naqueles anos também se suscitou, e ainda segue-se expondo, a convergência de critérios entre a política do Departamento de Estado Norte-americano e a estratégia sustentada pelo MLCE. Uma das acusações mais caluniosas dos agentes de Castro contra os libertários era precisamente a de estarem "seguindo a linha política do imperialismo contra Cuba".

Ninguém nunca negou essa coincidência de critérios, que foi e até certo ponto continua sendo certa. Entretanto, qualquer um que já tenha lido algo da história das ideias anarquistas e de seus militantes vai se deparar com coincidências parecidas em diversos países e diferentes partes do planeta, e que incluíram a burguesia, o Partido Comunista, o Serviço Secreto Inglês e até o Vaticano. Quando o inimigo é comum, qualquer tipo de aproximação a outros setores que pouco têm em comum com as ideias é parte de qualquer agenda política. Porém, uma coisa é coincidir e outra coisa é colocar-se sob a égide de outros setores que nada têm a ver com as ideias anarquistas e/ou negociar seus princípios. Na verdade isso nunca ocorreu. Devemos também nos perguntar quem coincidiu primeiro com quem; é fato inegável que os anarquistas cubanos se opuseram a Castro antes de o governo norte-americano.

Enquanto as calúnias se generalizavam, a confusão ganhava terreno e a polêmica começava. O livro de Agustín Souchy publicado na Argentina e o *Manifesto dos anarquistas do Chile* circulavam lentamente pela América Latina. Edgar Rodrigues, no Brasil, e Ricardo Mestre, no México, defendiam a causa dos cubanos. Anunciam no BIL, surpreendidos com a pouca solidariedade que alguns setores do anarquismo internacional lhes proporcionaram, e o atribuem à "falta de informação veraz e exata" da realidade cubana. Já em 1962 o BIL reporta certa "hostilidade declarada" de alguns meios de informação e "incompreensão" por parte destes.

A polêmica em torno da revolução cubana intensifica-se de um modo alarmante. Escrevendo sobre o tema quase 20 anos depois desse inútil exercício retórico, Alfredo Gómez relata o dilema dos cubanos em toda a sua forma e fundo. "Assim, Jacobo Prince [...] numa carta de 5 de dezembro de 1961 ressalta que [...] o fato dos ataques mais violentos contra o regime provirem de setores reacionários contribui para aumentar a *confusão* e se requer bastante *coragem civil* para atacar o mito dessa tal revolução". Era compreensível que os meios anarquistas suspeitassem dos inimigos do castrismo, entre os quais se encontravam seus companheiros cubanos, como aponta corretamente

Prince, mas o que não parecia entender-se muito bem era como podiam duvidar de seus companheiros no exílio sem existir nenhum elemento de julgamento acusatório ou alguma prova contra eles, salvo o DGG, que lido com calma demonstrava ser uma manobra maligna e tendenciosa.

Segundo Gómez, na Venezuela o Grupo Malatesta, "[...] no curso de uma campanha pela libertação de L. M. Linsuaín [...] deve ter o cuidado de ´esclarecer´ e explicar [...] exatamente o que os anarquistas querem [...] e demonstrar que não são ´reacionários´". Mais adiante, com relação ao *Tierra y Libertad*, o jornal dos anarquistas do México, Gómez relata que dita publicação "tem que explicar que sua crítica ao regime castrista não implica a aceitação das estruturas [...] anteriores à revolução". Em ambos os casos vemos que as dúvidas e a confusão prevalecem tanto em Caracas como no México. Para salvar a vida de Linsuaín, coisa que sem dúvidas se conseguiu, em troca de uma condenação de 30 anos, não era necessário provar a ninguém a natureza do ideário ácrata. A explicação de *Tierra y Libertad* carecia de sentido e era completamente desnecessária.

Enquanto em Havana Castro se declarava "marxista-leninista para toda a vida", começavam a chegar a Miami outros companheiros que de uma forma ou outra puderam escapar do regime totalitário que já emergia em Cuba. Santiago Cobo César, que havia ocupado cargos de responsabilidade dentro da Secretaria da Federação Nacional do Transporte, um dos sindicatos mais numerosos e importantes da Ilha, chegou ao exílio em Miami, procedente da Venezuela, país que lhes outorgou asilo político por suas atividades plenamente subversivas dentro de Cuba, e uniu-se em Miami ao MLCE, onde militou com a paixão que o caracterizara desde a juventude. Manuel Ferro, já em idade avançada, recomeçou sua militância ácrata que provinha dos anos 1920. Ferro, um libertário lúcido que tinha relações internacionais variadas e escrevia com agilidade, não tardou em começar uma longa tarefa, tão difícil como pouco frutífera, tratando de semear um pouco de luz naquelas sombras de incompreensão que pareciam submergir no mundo libertário da década.

Na companhia de seu velho amigo italiano Enrico Arrigoni e incitado por ele, Ferro começou "a escrever alguns artigos sobre a realidade cubana", que com a colaboração e tradução de Arrigoni foram divulgados na imprensa anarquista da França, Itália, México e Argentina, onde, segundo suas palavras, "na maioria de nossos ambientes foram recebidos com desagrado", devido ao "entusiasmo" com que se havia recebido a revolução cubana. "Nada justificava o entusiasmo [...]", sentenciava Ferro. *Reconstruir,* em Buenos Aires, cujo Coletivo editorial estava plenamente identificado com os cubanos, publicou todos os seus trabalhos. Também Ferro, que assinava seus trabalhos como Justo Muriel, enviava regularmente artigos à delegação de exilados espanhóis que residia nesses anos em Toulouse, onde sua amiga Federica Montseny "só publica três deles". "Não é muito popular atacar Castro na Europa", declara Federica com essa sinceridade cínica de uma

longa experiência política, ao que Ferro responde que "[...] também não era muito popular atacar Franco em Miami [...]".

A atividade intelectual de Ferro e de Abelardo Iglesias, entre outros anarquistas cubanos naqueles anos, era incansável. Mas logo todas estas razões anticastristas, incluindo aquelas que *Acción Libertaria* publicara em Buenos Aires, tais como *Revolución y contrarrevolución*, de Iglesias, expõem com uma nitidez incrível as diferenças abismais entre os dois conceitos sociopolíticos e onde se encontrava a razão e a justiça que proclamavam os libertários cubanos. Em trinta frases concisas Iglesias expunha critérios comparativos como o seguinte:

Expropriar empresas capitalistas, entregando-as aos operários e técnicos, ISSO É REVOLUÇÃO.

Mas transformá-las em monopólios estatais nos quais o único direito do produtor é obedecer, ISTO É CONTRARREVOLUÇÃO.

Também naqueles anos foram feitos os primeiros contatos com os ítalo-americanos de antiga procedência ácrata, já quase todos meio aposentados em Tampa e Miami. Estes antigos militantes mantinham um jornal em Nova York chamado *L´Adunata dei Refrattari*, que naquela época se dedicava a defender o castrismo (ou a revolução cubana), já que para eles, assim como para o governo de Havana, eram a mesma coisa. Essa confusão definitiva começava a persistir, e não só começou um debate com o MLCE, como também a *Liga Libertaria* acabou envolvida na polêmica.

Por sua vez, Ferro e Arrigoni começaram uma campanha na Itália com a ideia de pegar o touro pelos chifres, e dirigiram-se à *Umanità Nova* (UN), a publicação oficial da *Federazione Anarchica Italiana* (Federação Anarquista Italiana –FAIT), com a ideia de fazer frente à inegável influência dos meios ítalo-americanos de *L´Adunata*, ao mesmo tempo que responder a uma série de artigos publicados nesse semanário por Armando Borghi em defesa da revolução cubana. Ferro, com o apoio de Arrigoni, responde com razões suficientes para encurralar Borghi. A UN, numa atitude fracamente negativa, se nega a publicar os artigos de Ferro, argumentando que não queria criar uma polêmica. Intervém então Arrigoni, acusando a UN de estar "sendo paga pelos comunistas", sendo que no final eles cedem e publicam as respostas de Ferro. Meses depois, Borghi insiste em sua defesa do castrismo, ignorando as razões de Ferro. A este último, Ferro trata de responder de novo, recebendo a evidente censura de UN por sua negativa categórica em publicar sua resposta.

Em Cuba já restavam poucos militantes, que sofriam em silêncio o despotismo mais miserável de que os anarquistas foram objeto durante toda a sua longa história. Guerra, Serra e Salinas, que procediam da primeira geração de libertários cubanos, ficaram abandonados à sua

própria sorte, apesar de todos os esforços de seus companheiros no exílio de conseguir-lhes o que fosse necessário. Os dois primeiros haviam assinado o DGG contra sua vontade, como admitiriam em privado. Salinas, que se negou redondamente a ser cúmplice dessa monstruosidade, foi relegado pelo governo a uma espécie de exílio em Santiago de las Vegas, de onde mais tarde tomaria o caminho do desterro rumo a Miami. Modesto Barbeito não tardaria em morrer, vítima da frustração e da doença que o consumia.

Naqueles anos vários militantes que se encontravam na clandestinidade foram presos por "atividades contrarrevolucionárias", como Antonio Dagas, espanhol que pertencia à Delegação da CNT em Cuba. Foi parar na sinistra prisão de *La Cabaña*. Alberto García, que tinha a função de Secretário da Federação de Trabalhadores Médicos, havendo escapulido da perseguição aos libertários dentro da CTCR, foi preso pelo mesmo motivo que Dagas e condenado a trinta anos de prisão. Sandalio Torres, acusado de "conspiração contra os poderes do Estado", foi condenado a dez anos de prisão por se negar a acusar falsamente outros companheiros de "atividades conspirativas".

Outro militante cenetista de responsabilidade entre os anarquistas em Cuba era Salvador García, que no fim pôde ir para o México, perseguido pelo regime. Em sua chegada, García fez contato com militantes afins no campo das ideias: Ricardo Mestre, Fidel Miró, Domingo Rojas, Ismael Viadiu e Marcos Alcón, todos eles em solidariedade com o MLCE. *Tierra y Libertad* publicou o testemunho de García, onde não só corroborava a perseguição dos libertários em Cuba como também respaldava as opiniões do MLCE. Naquele mesmo ano, na Argentina se reproduziu a versão dele no sempre solidário *Reconstruir*. Em Miami na época estava sendo criado com muito esforço um "Comitê Pró-Libertários Presos", com a ideia de coletar fundos para aliviar um pouco a perseguição de que eram vítimas os companheiros nas prisões castristas.

Em meados de 1963, Abelardo Iglesias terminou de escrever um folheto de cerca de cem páginas intitulado *Revolución y dictadura en Cuba*, que, com prólogo de Jacobo Prince, foi editado em Buenos Aires em outubro daquele ano. Iglesias escreveu em forma de síntese, e com a sinceridade que o caracterizava, um documento que, segundo Prince, havia qualificado "[...] com a autoridade de uma militância exemplar de trinta anos, que vê seu povo submetido a uma nova ditadura [...]". *Revolución y dictadura*, além de ser uma denúncia serena contra o regime de Castro, nos oferece uma descrição objetiva da sociedade cubana sob o novo regime *revolucionário*, e termina com "Conclusões" explicativas sobre a *subordinação* à política exterior do Kremlin, o que o autor chama de "A tática correta" que naqueles anos devia e tinha que ser de "Guerra Revolucionária".

Enquanto na Nova York de 1964 o grupo da Liga Libertária, presidido por Sam Dolgoff, continuava sua campanha propagandista contra o sistema estabelecido em Cuba e fazia manifestações públicas em sua oposição, se produz outra controvérsia, dessa vez entre o escritor pacifista David Delliger e Dolgoff, quando o primeiro retornava de uma viagem paga pelo governo castrista como convidado às celebrações do Primeiro de Maio em Havana – comemorações anuais obrigatórias que agora o Estado cubano impunha ao povo cubano com desfiles militares, consignas soviéticas e *A Internacional* como fundo musical. Delliger chegou de Havana comovido pela disciplina militar que os operários cubanos armados demonstravam. Ironicamente, ele era, assim como seu acompanhante David Thoreau Wieck, um dos chamados *anarcopacifistas* que publicavam uma revista chamada *Liberation*. Os componentes da Liga, presididos por Dolgoff e reforçados por alguns militantes cubanos que ficaram em Nova York, decidiram protestar publicamente em frente à redação daquela publicação, acusando ambos os cavalheiros de "apologia ao regime de Castro".

A resposta de Delliger não se fez esperar. Com a acusação típica daqueles anos, tal como relata Mike Hargis, "[...] se uniram para denunciar o MLCE como partidários servis da CIA. A Liga Libertária e a International Workers of the World (IWW) saíram em defesa (do MLCE) publicando declarações e manifestos dos libertários cubanos (publicados em *Views and Comments*) e desafiando publicamente os apoiadores de Castro dentro da esquerda, por sua autoimposta cegueira".

É necessário explicitar que no começo e durante toda a década de 1960, a chamada *New Left* (Nova Esquerda) era composta por anarquistas, liberais radicalizados, democratas extremistas, minorias raciais hispânicas, feministas, marxistas em suas mais variadas formas – trotskistas, stalinistas e coexionalistas [sic] –, negros militantes, pacifistas e consumidores de substâncias químicas. Esses setores políticos, sociais e até raciais teriam uma importância fundamental nos anos seguintes dentro da sociedade norte-americana e, sem dúvida, tiveram um impacto dentro do próprio sistema governamental, que passaria a ter nítidos desígnios imperiais e repressivos.

Já no princípio de 1965, e a propósito de um Congresso que seria celebrado em Montevidéu pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU), começou a notar-se a fragmentação que existia em todo o Cone Sul com relação ao castrismo. Os componentes da FAU em sua maioria não ocultavam suas simpatias pelo regime cubano, com algumas notáveis exceções, entre as que se encontrava Luce Fabbri. Por sua parte, a delegação argentina convidada que representava a FLA se opunha a essa atitude por parte do setor uruguaio mais radicalizado. A polêmica terminou dividindo a FAU entre pró e anticastristas; os primeiros, que eram maioria, terminariam nas filas dos tupamaros ou

no exílio sueco, segundo recorda Luce Frabbri anos depois na *Rivista Anarchica A*, “Vivendo la mia vita”.

Naqueles dias, por causa da periculosidade da polêmica sobre o castrismo em todo o mundo libertário, os anarquistas da *Federazione Italiana*, num esforço louvável de colocar as coisas em seu lugar, convocaram um Congresso que seria celebrado em Bolonha de 27 a 29 de maio de 1965, portanto decidiu-se convidar um delegado do MLCE para que expusesse suas ideias. Os componentes do MLCE decidiram então criar um fundo comum para custear a viagem de Abelardo Iglesias, que já tinha experiência nesse tipo de evento e contava com dialética e argumentos necessários para expor os pontos de vista dos cubanos no desterro.

O dificultoso périplo de Iglesias se iniciou na França, onde se reuniu em Toulouse com antigos companheiros da Barcelona revolucionária de 1936 e mais tarde com militantes afins de Paris. Dali dirigiu-se a Bolonha, onde com êxito apresentou os argumentos do MLCE contra Castro e debateu com outros companheiros sobre o problema cubano. “A Federação Anarquista Italiana (FAIT) reunida nesta Plenária Nacional de Bolonha [...]” resolvia e decidia em vários “considerandos” pela condenação mais enérgica possível naqueles anos contra o castrismo; oferecia ao MLCE “[...] a mais ampla solidariedade em sua luta contra o castro-comunismo [...]”. Apoiava “[...] com todos os meios de difusão [...] a campanha a favor do fim dos fuzilamentos [...]”. O documento continua com “Opor-se [...] a que em Cuba se estabeleça qualquer regime ditatorial [...]” ou que se substitua a “atual vassalagem chinesa-soviética por outra [...] dos EUA [...]” e finaliza com uma recomendação a *Umanità Nova, L´Agitazione del Sud, Seme Anarchico, Bolletino Interno, Volontà* “e outras publicações do Movimento Italiano a que acolham e difundam este acordo [..]”. Assinavam este acordo além da FAIT, a FLA, a Federação Anarquista Mexicana (FAM), a Liga Libertária dos EUA, a Sveriges Arbetares Centralorganisation (SAC) da Suécia, o Movimento Libertário Espanhol e a Federação Anarquista de Londres, entre muitos outros.

Em seu regresso, e devido ao Congresso da Federação Anarquista Francesa celebrado em Toulouse de 5 a 6 de junho daquele ano, Iglesias também se reúne e expõe seus pontos aos companheiros daquela assembleia que, depois de várias considerações, entre as que se destaca o “desvio da revolução” cubana ao campo da “contrarrevolução marxista-leninista”, dá seu apoio ao MLCE contra o castrismo e sua luta em defesa dos presos anarquistas nas prisões cubanas, denunciando o regime cubano como “uma ditadura fascista ou um regime a serviço dos EUA [...]”. Comprometem-se a “divulgar aos trabalhadores franceses a situação que sofrem seus irmãos cubanos”. Para esse objetivo se utilizará o órgão francês *Le Monde Libertaire*.

Ao retorno de Iglesias, parecia que não só se havia resolvido a já longa e ácida polêmica com os simpatizantes do castrismo dentro do anarquismo mundial, como também que quase todas

as federações e grupos libertários europeus e latino-americanos haviam acabado por condenar o sistema imposto por Castro ao povo cubano, ou seja, uma dupla vitória. Estavam totalmente enganados. A penetração castrista entre os meios ácratas dos dois continentes havia trazido a necessidade de declarar “a revolução permanente” na América Latina e África, e qualquer crítica que fosse feita ao regime castrista significava um ataque a essa nova política aventureira que vinha de Havana de levar a cabo a revolução “socialista” no mundo e pra além dele. E dessa forma bastante totalitária, como era de se esperar, quem não estivesse com o castrismo revolucionário e terceiro-mundista era um inimigo do povo e da humanidade. A maioria dos meios anarquistas europeus e alguns na América Latina, como no Uruguai, Peru, Chile e Venezuela, passaram ao campo da Revolução Cubana – agora com maiúsculas – ou ao que naqueles anos era chamado de “radicalismo foquista” e se esqueceram do MLCE.

O esperado sectarismo marxista se fazia sentir. Segundo a versão de Alfredo Gómez, “[...] os anarquistas cubanos [...] viveram numa impressionante solidão, abandonados [...] pelos anarquistas do mundo inteiro que tendiam a identificar-se com o regime do PCC [...]”. Gómez acusa o “movimento anarquista mundial” de “má consciência” com relação aos cubanos. Tudo isso, óbvio, não deteve a campanha pró-presos ou anticastrista que os componentes do MLCE continuaram, na base de esforços sem precedentes no BIL, e, ainda que no princípio tivessem acreditado que finalmente lhes tinha sido dada a razão, logo compreenderam o contrário.

Em 1967, Marcelo Salinas chegou de Cuba já bastante velho e cansado pelas vicissitudes que teve que sofrer na Ilha. Salinas, que poderia ter assinado o DDG, entrado para o PCC e dessa forma poderia ter se transformado numa figura de enorme importância no campo intelectual cubano com todas as honras do cargo, decidiu deixar Cuba e ficar quase marginalizado num exílio conservador e direitista que em nenhum momento soube apreciar sua qualidade humana. Marcelo, por sua vez, continuou sua prédica libertária escrevendo artigos e pronunciando conferências.

Seu pensamento foi recolhido no exterior através de cartas pessoais a amigos de 50 anos ou na *Reconstruir* em Buenos Aires, aproximando-se assim a Ferro e Iglesias, que realizavam um trabalho similar. Salinas continuou nessa barricada até a sua morte em 1976, com 87 anos. Com a morte de Marcelo, não só o MLCE perdia um companheiro dedicado às ideias anarquistas por cerca de 70 anos, mas também Cuba, na figura magra de um dos intelectuais mais completos de sua geração. Salinas foi dramaturgo, poeta, novelista, ensaísta, contista, enfim, um autodidata ilustrado capaz de ter uma vigência intelectual de primeira ordem em Cuba e fora dela.

A triste década, para alguns, chegava ao fim. Em 1968, enquanto em Berkeley Marcuse explicava um marxismo muito próximo a Bakunin, em Boston Chomsky combatia todos os horrores norte-americanos; em Paris os novos filósofos franceses atacavam Marx, no mesmo lugar

onde em maio estoura uma greve geral na qual participam ativamente os estudantes com consignas anarquistas e bandeiras negras; a juventude norte-americana se dedicava, muito espontaneamente e em harmonia com a natureza, a amar as flores e a paz em vez de ir a uma guerra distante e inútil; os EUA se debatiam numa guerra civil interna racial e política; a URSS invadia a Tchecoslováquia para evitar o que Marcuse propunha em Berkeley, ao mesmo tempo que em Havana Castro aplaudia aquela trágica medida e a China de Mao inventava uma "revolução cultural" violenta e despótica. Foi precisamente naquele ano turbulento que a FAIT convocou, de 30 de agosto a 8 de setembro, o Congresso Internacional de Federações Anarquistas.

Conhecido como o Congresso de Carrara, essa assembleia teve uma ampla difusão e cobertura não só nos meios ácratas, mas também em nível mundial. Naquela reunião estavam representados quase todos os países europeus do oeste, uma delegação búlgara e outra do México, respaldada por quase todas as federações anarquistas ou libertárias do continente americano. A SAC, a AIT e a CIRA participaram como observadoras. Tratava-se sem dúvida de uma das reuniões ácratas mais numerosas que ocorreram em mais de meio século e Carrara era o lugar mais indicado para que se realizasse esse congresso.

O MLCE não tinha conseguido mandar um delegado por falta de fundos, assim pediu a Domingo Rojas, do México, que era parte da delegação daquele país ao Congresso, que representasse os anarquistas cubanos. O Congresso realizou todas as suas seções, todas as proposições foram atendidas, foram discutidos 8 pontos relevantes e realizados acordos oportunos. O mais discutido foi o ponto 3, que tratava das relações entre o anarquismo e o marxismo com as experiências havidas em três revoluções: "[...] a russa, a espanhola e a cubana". Não houve dúvidas nem disputas em relação à atitude sinistra dos setores marxistas na Rússia ou na Espanha, mas em Cuba a situação era diferente.

No Congresso de Carrara, com toda a bagagem de *experiência* de dois notáveis fracassos libertários graças a Lenin, Trotski e Stalin, os anarquistas reunidos em assembleia asseguraram, segundo se declara com muita seriedade em suas conclusões, depois de analisar e condenar o sistema castrista, definindo-o como "uma ditadura [...] tributária à URSS [...] um regime estatal [...]" etc., terminam sua avaliação com um parágrafo final tão falso quanto fora de lugar e até contraditório: "[...] Cuba é um país mais permeável às teorias [...] de tipo comunista libertária do que a URSS e países satélites". Em outras palavras, o marxismo científico cubano é um caso diferente (não explicam claramente o porquê) e portanto, segundo o documento, sempre haverá esperanças de penetrar no regime castrista para que ele modifique suas posturas estatistas e totalitárias, adotando então os ideais do mais puro anarcossindicalismo, em harmonia com a liberdade e a justiça.

Analisando friamente este acordo trinta anos depois, ele é patético mesmo que nos situemos cronologicamente em 1968. Os anarquistas haviam perdido a perspectiva sobre Cuba, ignorando onde terminava a fronteira da confusão e começava a da maldade. Era certo que a batalha propagandista do castrismo estava sendo ganha entre todas as *esquerdas* com seus falsos postulados revolucionários e consignas guerrilheiras, e não era menos certo que haviam influído na opinião de muitos libertários com relação ao MLCE. Os meios de comunicação e difusão anarquistas da Europa e da América Latina tendiam cada dia mais a apoiar a Revolução Cubana, em detrimento dos seus antigos companheiros, vítimas precisamente do castrismo que diziam apoiar.

No inventário que os cubanos fizeram no BIL daquele ano, no elenco de companheiros em nível internacional que os respaldavam se encontravam figuras como "[...] Jacobo Prince, Agustín Souchy, Gaston Leval, Frank Mintz, Luce Fabbri, E. Cressatti, Edgar Rodrigues, Juan Campá, Fidel Miró, Ricardo Mestre, Marcos Alcón, Dolgoff, Progreso Alfarache, Cipriano Mera, Luis Mercier, Ilario Margarita, Helmut Rüdiger, além de setores revolucionários tais como a FLA, a FAM, a CNT mexicana, a Liga Libertária, alguns grupos italianos, ingleses, companheiros uruguaios [...], da Venezuela e outros".

Contudo, já em 1970, quando começa a nova década, os componentes do MLCE compreenderam que a batalha estava perdida. Apesar de continuarem a luta propagandista, já entendiam que era inútil continuar polemizando com surdos. As amargas palavras de Iglesias no BIL de fevereiro de 1970 são explícitas. Com relação a *L´Adunata*: "[...] que, assimilando [...] as acusações comunistas não vacila em [nos] acusar de estarmos a serviço da reação: *Adunata dei Refrattari* [...] FAU [...] FAIT e seu periódico *Umanità Nova*, FIJL, D. Cohn Bendit, etc". Iglesias faz um inventário de todas as "[...] (injúrias, ataques pessoais etc.), que utilizaram procedimentos stalinistas (censura de artigos...) e que durante um período bastante extenso as relações estiveram totalmente interrompidas". Cita-se Carrara para recordar que Cohn Bendit "[...] acusa o MLCE de estar ´sendo financiado pela CIA´". Por sua parte, noutro artigo publicado mais tarde, Alfredo Gómez também menciona que o *Le Monde Libertaire* em Paris, o jornal da FAF, citava todos os países onde existiam ditaduras, menos a de Cuba, "[...] como se os companheiros franceses [...]" considerassem Cuba como uma exceção e "[...] os anarquistas cubanos fossem considerados ´anarquistas de segunda classe´, sem direito à solidariedade".

Foi só em 1979 que o ambiente de suspeitas e desconfianças contra o MLCE começou a serenar-se. A publicação no Canadá do livro *The Cuban Revolution: A Critical Perspective* (A Revolução Cubana: uma perspectiva crítica) de Sam Dolgoff e uma excelente rede de distribuição no mundo de fala inglesa, de Dublim até Sidney, gerou um impacto demolidor entre as esquerdas em geral e os anarquistas em particular. Esse livro se tornou a crítica mais certeira que o castrismo

recebeu naqueles anos de aventureirismo revolucionário na América Latina e foi fator decisivo na mudança operada pelos ácratas em nível internacional com relação ao MLCE. O êxito desse trabalho foi muito maior do que o esperado por seu autor, ao ser traduzido primeiro para o espanhol primeiro e depois para o sueco (*Den Kubanska Revolutionen*). Dolgoff declararia mais tarde: "[...] nunca recebi um centavo por essas edições, mas me sentia muito feliz por poder propagar com esse livro minhas opiniões sobre o MLCE e sua luta contra Castro [...]", que era sem dúvida o aspecto mais notável dessa obra.

No fim de 1979, naqueles anos de pós-franquismo, quando se convocara o V Congresso que seria realizado em Madri, em que a CNT/AIT pôde começar a trabalhar normalmente na Espanha, essa atitude começou a mudar lentamente. Um delegado do MLCE foi convidado a participar daquele Congresso, que ocorreu de 8 a 16 de dezembro, e sua presença foi reconhecida pela maioria dos presentes, incluindo quase todas as representações estrangeiras. Todos os laços fraternais com a AIT foram refeitos e também foram feitos contatos importantes para melhorar as frias relações que existiam entre ambos os setores.

Uns meses depois, em 1980 a revista *Bicicleta*, que apresentava certas propostas libertárias naqueles anos, publicou parte do artigo de Alfredo Gómez que já citamos, *Los anarquistas cubanos o la mala conciencia del anarquismo* ("Os anarquistas cubanos ou a má consciência do anarquismo") e que também o jornal dos exilados búlgaros em Paris, *IZTOK*, havia publicado em francês. A análise de Gómez em termos gerais, apesar de acusar os libertários cubanos de *maniqueístas*, finaliza dando-lhes a razão. Esse artigo foi reproduzido no novo jornal do MLCE que começava a ser publicado em 1980 em Miami, *Guángara Libertaria*, em seu número 7, Verão de 1981; e no número seguinte de Outono, Iglesias faz de novo algumas "citações" ao artigo de Gómez que servem para explicar com mais lucidez a atitude do MLCE em relação a Castro e sobretudo ao mundo anarquista da época. Iglesias menciona uma frase de Progreso Arrabal que bem que poderia entrar para a história: "No caso cubano, esse agudo instinto da liberdade, que é a essência do anarquismo, falhou lamentavelmente". As notas de Iglesias que dizem "não serem polêmicas, mas sim elucidativas" demonstram as razões do MLCE e por elas nos damos conta de que a disputa já havia sido concluída. Havia sido muito longa e danosa.

Contudo, também se produziam mudanças no mundo, às quais os anarquistas não podiam estar alheios. Uma nova mentalidade antiautoritária que havia emergido na década anterior se impunha na década de 70. Começou-se a observar o castrismo, por parte desses setores refratários, como o que realmente era: uma ditadura delirante que não representava seu povo e como consequência iniciou-se um lento mas seguro repúdio em relação ao governo de Havana. Mas já era muito tarde. Os anarquistas em Cuba foram vítimas do preconceito e prejuízo do mundo libertário,

salvo algumas exceções honoráveis, obrigando ao exílio a maior parte de seus componentes, outros à prisão ou a uma sombria solidão.

Como se pôde ver neste trabalho, os anarquistas em Cuba sobreviveram a todo tipo de perseguições empregadas pelo Estado, instigadas pelas classes econômicas mais poderosas, auspiciadas pelo PCC e postas em prática pelo castrismo. Os precursores das ideias sociais que foram por muitos anos majoritárias dentro do movimento operário resistiram, ao mesmo tempo que foram vítimas do colonialismo espanhol, da intervenção norte-americana, dos magnatas açucareiros e tabaqueiros, latifundiários e colonos, industriais e comerciantes, dos governos da Primeira e Segunda República e finalmente do sistema de governo mais despótico e totalitário que Cuba conheceu.

Em sua longa história de mais de um século, os partidários das ideias anarquistas, seus escritores, seus teóricos, seus oradores, seus responsáveis sindicalistas, seus propagandistas e até o último de seus militantes cometeram acertos e erros, que temos o dever de admitir e aceitar. Porém, de uma coisa estamos seguros, e é do fato de que os anarquistas cubanos mantiveram esse espírito de luta e generosidade por Cuba e seu povo, foram os possuidores de uma longa tradição de liberdade e justiça, unidos por uma decisão indestrutível, e confiantes de que o século futuro será a aurora de um mundo melhor, mais solidário e mais livre.

EPÍLOGO

O até agora evidente fracasso socioeconômico da revolução cubana não pôde ser notado até meados da década de 1970. Cuba contava com riquezas suficientes durante os anos 60, que haviam sido geradas pelas reservas monetárias dos governos anteriores: créditos internacionais, moeda sólida, divisas estrangeiras, produção industrial exportável (açúcar, tabaco etc.). Esse poder econômico, herdado do defunto sistema capitalista, serviria para manter economicamente o regime castrista durante aquela primeira década do novo processo *socialista*, declarado oficialmente em 1961.

As ideias postas em marcha naqueles primeiros anos de aventura econômica, ineficácia revolucionária e falidos ensaios sociais estavam, contudo, baseadas no *cientificismo marxista*, na centralização e nacionalização (estatização) de todas as grandes indústrias, empresas, terras e negócios da fenecida alta e pequena burguesia cubana dentro de um processo fechado e totalitário. O discurso revolucionário respondia, ou ao menos devia obedecer, ao conceito leninista do já conhecido *centralismo democrático*, pelo qual toda a vida socioeconômica de Cuba ficava em poder do *PCC* e, como já era um antigo costume nos modelos europeus marxistas, a direção e a supervisão de todos esses poderes que provinham do Estado se transformariam na responsabilidade do *Politburo* e do Comitê Executivo no mais alto nível ministerial.

O primeiro e mais essencial projeto escolhido pelo novo Estado Socialista estava relacionado com a urgente necessidade de substituir rapidamente o sistema agrário de monocultura – dependência econômica da produção de açúcar de cana que sustentava a economia cubana desde o princípio do século XIX – por um plano gigantesco de industrialização acelerada e uma diversificação agrícola sem precedentes em Cuba. Já rompidas as relações diplomáticas e comerciais com os EUA e iniciado por parte do governo norte-americano um bloqueio comercial ao governo castrista devido à nacionalização (estatização) de todas as empresas e negócios com que os EUA operavam em Cuba, não era muito difícil imaginar que com essas novas medidas econômicas também se ajudava a afastar muito mais as possibilidades de retorno aos velhos moldes do passado. E essa era precisamente a ideia do governo de Castro.

Ao mesmo tempo em que se rompia com a monocultura, se incrementava o cultivo de diversos produtos agrícolas e se terminavam os negócios com o vizinho do Norte, o governo castrista manobrou em direção ao Leste, dessa vez em relação direta e amistosa com a União Soviética, país com o que Cuba mantinha não só relações diplomáticas desde 1933, mas também comerciais. A economia cubana em sua totalidade sofrerá uma mudança de 180 graus com a

variação na política cubana em direção à distante URSS, que desde aquele momento assumiu o papel monopolizador que os EUA haviam mantido durante sete décadas.

Foi durante esse processo de transição entre uma economia que respondia às normas do capitalismo, à livre empresa e ao consumismo, para um sistema de caráter leninista, ou melhor, sua interpretação tropical de nacionalização (estatização) e centralismo, que o povo trabalhador de Cuba, operários e camponeses em sua maioria, sofreu ironicamente a pior parte. Essa transição implicava um sistema trabalhista abusivo que remontava ao colonialismo espanhol em sua pior forma.

As horas extras de trabalho se declaravam *voluntárias* com a intenção de construir, diziam, um sistema chamado *socialista* que ninguém parecia entender. A isso se adicionavam os chamados *Domingos vermelhos*, dedicados a trabalhos na agricultura e no qual participavam também *voluntariamente* alunos escolares, obviamente sem nenhum tipo de remuneração. Entre as metas que as consignas repetiam diariamente estava a de "acabar com o desemprego", e seria inútil dizer que com esses métodos logo se cumpriram as agendas estabelecidas. Curiosamente, essa verdadeira *conquista* revolucionária dos primeiros anos nunca foi mencionada entre os triunfos alcançados pelo governo castrista.

Ao mesmo tempo que esses delirantes planos econômicos eram realizados, a aquisição de artigos de necessidade básica para a vida cotidiana diminuía notavelmente, o que obrigou o governo a criar cartilhas de racionamento pelas quais cada cidadão tinha uma quota mensal determinada de roupas e alimentos, nem sempre garantida pelo Estado. Os protestos foram rapidamente controlados pelos CDR com a colaboração da Segurança do Estado. Contudo, o governo logo compreendeu que essas medidas econômicas, criadas e aplicadas (implementadas) com pressa demais se transformariam num descalabro e decidiram mudá-las.

Foram então tomadas em consideração as antigas propostas de Ernesto Guevara de completar a "coletivização dos meios de produção" criando um sistema que evitava a todo custo os chamados *incentivos materiais* e obrigando os cubanos a se transformarem em *homens novos*, sem egoísmo, honestos, igualitários e sobretudo com uma "consciência revolucionária superior". Em 1968, como parte de uma *ofensiva revolucionária*, todos os pequenos negócios que restavam foram nacionalizados (estatizados) pelo governo com o propósito de liquidar para sempre a odiosa *pequena burguesia* que se obstinava em *criar riquezas pessoais*.

Contudo, apesar dessas medidas que evidentemente não só não davam resultado, mas levavam a economia a um desastre total, o castrismo contava com uma força importante na base piramidal dessa república platônica, representada por um forte respaldo popular. A situação começou a mudar drasticamente depois do fracasso da chamada "Safra dos 10 milhões". Acontecia

que agora alguém na URSS começou a compreender que as primeiras tentativas cubanas de suprimir a monocultura e industrializar rapidamente Cuba haviam sido dois erros monumentais para a economia do país e, portanto, usando as prerrogativas que lhe concedia o fato de ser o comprador mais importante da Ilha, os soviéticos *sugeriram* ao governo socialista que retornasse aos antigos métodos empregados no cultivo, no armazenamento e na industrialização do açúcar de cana.

Apesar de uma mobilização militar sem precedentes em Cuba para o cultivo, o corte e a moenda do clássico produto agrícola cubano e da expansão das colheitas, destruindo bosques e áreas verdes que restavam na Ilha com a ideia de incrementar o cultivo de uma quantidade impossível de cana-de-açúcar para fazer uma safra recorde na história de Cuba de 10 milhões de toneladas do produto, tal como foi estimado tanto por forças imparciais como pelas do governo, nunca se pôde conseguir tamanha quantidade de açúcar em um ano. O governo sofreu uma derrota incalculável (as safras futuras foram menores que a média esperada), o país ficou atrofiado no campo econômico por quase uma década e como era de se esperar foram os cubanos que, depois de trabalhar num projeto impossível durante quase um ano, foram declarados culpados por Fidel Castro pelo fracasso agrícola mais gigantesco que se conheceu em Cuba, além de um desastre ecológico sem precedentes. O povo começou a afastar-se do governo.

É óbvio que, em Moscou, a burocracia soviética compreendeu que o distante projeto agrícola cubano não produzia os dividendos adequados, e, como é natural nesse tipo de negócio, dobrou o investimento. As estatísticas da ajuda soviética a Cuba naquela época explicam o processo econômico guiado pela Rússia e dão uma ideia de até que ponto os russos se viram complicados em Cuba pelo governo castrista. Não se tratavam de foguetes intercontinentais ou de armas atômicas; a assistência protecionista soviética consistia numa ajuda ao desenvolvimento e num subsídio comercial que somavam um investimento econômico total de proporções inimagináveis para um país do tamanho de Cuba. A média anual de 1961-1970 dessa ajuda econômica somava uns 327 milhões de dólares, o que aumentaria dramaticamente a 1 bilhão e 573 dólares na década de 1971-1980, quadruplicando-se a cifra inicial de ajuda ao país.

Mas não podia haver dúvidas de que, apesar dessa ajuda sem precedentes que provinha da URSS, o descontentamento popular era notável e crescia de uma forma inesperada para os guardiões do sistema. Foi na década de 70 que o desengano do povo com as falsas promessas dos dirigentes revolucionários tomou o caminho do protesto e, como consequência, houve aumento da repressão, prisão ou exílio. A aventura econômica do castrismo não foi o único sofrimento do povo – o explorado povo –, mas também a expansão política das ideias castristas e suas consignas à América Latina e, sobretudo, à África.

Baseada em sua política de *libertação nacional*, criou-se em todo o continente americano uma força guerrilheira – urbana e do campo – que faria o sistema político mudar em quase todos os países ao sul do Rio Grande. A guerra de guerrilhas proposta pelo duo Guevara–Castro deixou o continente ensanguentado, além de provocar a tomada do poder como resposta por uma quadrilha de gorilas uniformizados, criando em muito pouco tempo uma coleção de ditaduras militares que se dedicaram ao sequestro, ao crime e ao roubo, além de dedicar-se à desaparição tanto de inimigos como de cidadãos inocentes. Isso aconteceu em países civilizados, com uma longa tradição de direitos civis e respeito à vida humana, como represália militar à violência planejada, financiada e apoiada em Havana pelo governo *socialista* cubano.

Na África a violência teve características mais alarmantes. A intervenção militar cubana na Argélia, no Congo, na Etiópia, no Sudão e em Angola, na qual se viram envolvidos centenas de milhares de soldados cubanos num período de mais de dez anos, custou a Cuba milhares de milhões de dólares e várias dezenas de milhares de baixas militares. As tropas cubanas se viram envolvidas em levantamentos, golpes de Estado, guerras civis e até guerras não-declaradas. Participaram em crimes de conflitos tribais, repressão contra populações indefesas, genocídio e exploração das riquezas naturais, roubos e dos inevitáveis botins de guerra. Os soldados cubanos que lutaram pela independência da Namíbia contra tropas regulares da África do Sul foram os mesmos que exterminaram aldeias completas em Angola ou na Etiópia.

Toda essa longa história de injustiças cometidas tanto dentro de Cuba como no exterior por ordens diretas da cúpula do poder castrista conduziu os cubanos que ainda apoiavam o regime pelo caminho das dúvidas e da inércia, para passar sem remédio a uma frustração que nem eles mesmos entendiam. A ideia era então, e até certo ponto continua sendo, a de abandonar o país o mais rápido possível, tarefa esta um pouco difícil por tratar-se de uma impossibilidade constitucional. A nova Constituição de 1976 nega aos seus cidadãos o direito de viajar livremente ao estrangeiro, ou seja, fugir de um sistema que há anos os oprime. A Constituição de 1976 não precisava obrigar os cubanos a ficar em seu inferno particular: a medida que proibia ausentar-se do país já era antiga em Cuba quando essa Constituição foi posta em vigor.

A primeira explosão popular contra o regime ocorreu na madrugada de 4 de abril de 1980, quando um grupo reduzido de cubanos adentrou na Embaixada do Peru em busca de asilo político. O governo peruano negou-se a devolver os refugiados em seu território e o governo cubano, em represália pela atitude dos peruanos, retirou a guarda permanente daquela Embaixada. Uma multidão – de forma inexplicável para as autoridades que exerciam o controle de Cuba, incluindo o da Informação – de mais de dez mil pessoas decidiu então se asilar por sua conta e risco na Embaixada do Peru, num gesto de desafio total contra o sistema que a oprimia.

Compreendendo o perigo desse tipo de protesto generalizado que logo ultrapassaria as fronteiras provinciais e até as da Ilha, as autoridades decidiram, depois de um discurso de seu máximo líder, permitir a saída do país de todos aqueles que o desejassem. Apesar do controle do governo e da atitude violenta de muitos cubanos que se dedicaram a insultar os que decidiram sair, um êxodo de proporções gigantescas começa a tomar forma e, em poucas semanas, mais de 250 mil cubanos emigra voluntariamente ao sul da Flórida em embarcações proporcionadas pelos exilados cubanos residentes em Miami. O escândalo produzido em Havana tem repercussões internacionais.

Os meios de comunicação de massa de quase todo o mundo vão a Cuba para registrar a fuga humana de maiores proporções no continente em toda a sua história, em que o maior número de cidadãos de um país decide num momento determinado abandonar seu lugar de origem e se mudar como emigrados políticos a um país vizinho. Fora de Cuba, o sistema que oprime o povo sofre um descalabro propagandista do qual lhe será difícil escapar, apesar da evidente criatividade e eficiência dos meios de desinformação castristas, que conseguiram manter uma imagem idílica do regime.

Depois desses deploráveis acontecimentos, o castrismo parecia ter se estabilizado, ao menos economicamente, apesar da contínua deterioração da questão social. A assistência soviética naquela época contribuiu notavelmente para a estabilidade de relações comerciais favoráveis a Cuba, com uma ajuda que continuava em ascensão, ao menos até as últimas estatísticas, datadas de 1985. De 1981 a 1985, a média anual do suporte econômico total da URSS a Cuba somou a quantia de 22 bilhões e 658 milhões de dólares, ou seja, cerca de 4 bilhões de dólares anualmente. Essas cifras gigantescas representam a maior ajuda econômica que Cuba já recebeu em qualquer momento de sua história e demonstra até que ponto o governo de Moscou estava envolvido com esse remoto país do Caribe, que ele ajudava massivamente.

Os resultados dos primeiros 25 anos de castrismo não poderiam ser mais discretos. A economia dependia diretamente da URSS e do poder político de uma ditadura unipessoal que não permitia nenhum tipo de crítica, ainda que alguns direitos do cidadão ou humanos estivessem garantidos pela Constituição Socialista de 1976, para a qual ninguém mais parecia dar bola. O povo trabalhador, em termos gerais, rompido já o pacto social com o Estado, dedicou-se a sabotá-lo. Aqueles que não podiam escapar tratavam de sobreviver produzindo o menos possível, desde os operários da construção, funcionários da burocracia oficial que chegava em todos os lugares, até a produção agrícola, que chegou a reduzir-se de forma alarmante.

Esses sintomas já eram conhecidos quando do XXXIX Conselho Nacional da CTCR, em outubro de 1979. Os dirigentes castristas do setor operário criticavam, ao mesmo tempo que anotavam, “uma série de graves alterações da vida trabalhista cubana”. Os membros da alta

hierarquia da CTCR acusavam os operários de “indisciplina, roubos e negligência”. A análise da situação trabalhista cubana finalizava com uma série de estatísticas realmente assombrosas: comunicava aos operários que de “um milhão e seiscentos mil componentes da população ativa (força de trabalho), só meio milhão são os que produzem”. Ou seja, atendo-se a essas cifras, a produção verdadeira de Cuba era obra de menos da um terço da força de trabalho.

Esses dados, obtidos do “informe final do Conselho”, não poderiam ser mais reveladores. Indicam que a maioria dos operários, de uma forma ou outra, seja por falta de motivação ou por alguma contradição, se negavam a trabalhar na *construção do socialismo*, apesar das consignas constantes que provinham do alto da Ditadura, repetidas até o cansaço por todos os meios de comunicação imagináveis. Os cubanos haviam perdido a fé na Revolução e muito em breve começariam a perder a fé em sua pátria.

Em 1982, o Estado promulgou uma lei de investimentos para estrangeiros que permitia pela primeira vez que negociantes de outros países pudessem investir dinheiro em Cuba. Esse tipo de medida econômica respondia à mesma crise leninista dos anos 1920 e à solução do teórico russo I. Preobazhenski para frear as medidas revolucionárias, pois se corria o perigo da *decomposição estatal*. Essa lei de investimentos estrangeiros teria, ironicamente, um futuro exitoso nos anos que estavam por vir.

Não ocorreu o mesmo com a sorte oscilante dos mercados livres camponeses, em que o Estado permitiu livremente a venda de comestíveis, fora do caderninho de racionamento, aos camponeses que quisessem vender a colheita de seus produtos agrícolas à população, que na verdade necessitava da variedade e frescor de artigos alimentícios, frente à impossibilidade do Estado cubano de proporcioná-los. Esse experimento, realizado em boa escala, foi rapidamente proibido pelo governo, havendo raciocinado na boa lógica do marxismo científico que esses mercados criariam uma perigosa pequena burguesia, em contradição com os princípios sustentados pela Revolução.

A crise sociopolítica da URSS do fim da década e o triste final, em 1991, do sistema imposto ao povo russo por Lenin em 1917, teve, como era de se esperar, deploráveis consequências tanto para a economia cubana como para a sociedade supostamente *socialista*. Os últimos envios de ajuda econômica a Cuba foram avaliados em 1985-1990 em mais de 5 bilhões de dólares anuais, cifras impossíveis de serem mantidas por um sistema que afundava sem remédio. E o castrismo decidiu que para sobreviver ao desastre do campo socialista deveria mudar sua política econômica e entrar num chamado Período especial que contemplava uma situação ainda pior do que as anteriores, com um nível e qualidade de vida quase inferior aos países de Terceiro Mundo.

Para evitar algo parecido à Síndrome de Bucareste, ou seja, que as próprias Forças de Segurança do Estado executassem o ditador, o Regime tomou medidas ainda mais arbitrárias contra o povo, fuzilou o general Ochoa, herói nacional na África, por suspeitar de sua fidelidade, e incrementou as leis penais de caráter político. Ao mesmo tempo, iniciou uma abertura em direção à chamada *Comunidade* cubana no estrangeiro, principalmente nos EUA, que incluiu permissões de visita a Cuba e ajuda econômica direta a seus familiares. Começou-se também uma forte campanha diplomática em todos os âmbitos para estabelecer, manter e incrementar uma aproximação econômica mais favorável aos interesses da Ditadura com todos os países capitalistas europeus e asiáticos, que surpreendentemente incluía os EUA e o Vaticano.

Naquela mesma época, marcando definitivamente o fracasso econômico do socialismo castrista, foram reabertos os mercados camponeses e toleradas algumas tentativas de pequenos negócios particulares. Contudo, o fato mais significativo foi a *dolarização* do sistema econômico cubano, pelo qual a moeda em curso legal norte-americana, o dólar, circularia com a mesma facilidade do que em Miami, o que até aquele momento era castigado com prisão. A medida tinha como objetivo controlar a quantidade de dólares que os cubanos do exterior enviavam aos seus familiares em Cuba. A quantidade logo cresceria a mais de 800 milhões de dólares anuais, um fluxo superior ao obtido pelas últimas safras de açúcar, com esta indústria já em plena decadência.

E enquanto se repetiam as consignas das *conquistas* alcançadas na educação e na saúde, para consumo externo, as diferenças classistas se acentuavam entre a direção castrista, os cubanos que recebiam dólares do estrangeiro e os operários que obtinham seus salários em pesos desvalorizados. De novo havia desespero e sufoco entre os menos favorecidos e, como em tempos não muito remotos, os cubanos mais ousados decidem abandonar o país ilegalmente em balsas de madeira, viagem perigosa pelo Estreito da Flórida que causa uma quantidade considerável de vítimas. Trata-se, como já é costume na Ilha, de uma forma diferente de suicídio na qual Cuba, segundo as estatísticas, ocupa um dos primeiros postos no mundo. Outra das *conquistas* ignoradas pela Revolução.

Enquanto isso, se confirma o final de um sistema econômico que durou tempo demais e arruinou completamente o país, e por ordens diretas de Castro, com o objetivo de manter-se por mais algum tempo no poder, substitui-se o *socialismo* por um capitalismo de Estado, espécie de imitação do neofascismo chinês, em que os investimentos estrangeiros, em consórcio direto com o Estado, dominam os meios de produção e serviços. Os operários vinculados à indústria turística (antigos gastronômicos) nas mãos de uma associação perigosa entre o Estado cubano e *investidores* espanhóis, recebem seus salários em pesos cubanos (o câmbio atual é de 20 pesos por 1 dólar), o que os impede de entrar no mundo da *dolarização*. Ao povo em geral, que não trabalha nessa

indústria, é proibida a entrada em hotéis e praias para turistas estrangeiros, criando-se dessa maneira um *apartheid* com as mesmas características que na África do Sul.

Malograda uma revolução que começou jubilosa e esperançosa, depois de quarenta anos transformada numa tirania criminosa, devemos perguntar-nos sobre o porquê do fracasso desse projeto que prometia liberdades civis, políticas e sociais, governo justo e honesto e uma distribuição equitativa das riquezas do país. Uma revolução que contava com um imenso respaldo popular e com apoio e simpatia universais. A resposta, similar à do suicídio, não está numa razão fundamental, mas em muitas, porém na nossa opinião se deve a dois fatores principais: o rumo e a velocidade que a classe dirigente cubana tomou desde o princípio e a violação dos direitos fundamentais dos cubanos, que incluía em primeiro lugar o direito à liberdade plena do ser humano.

A razão fundamental em torno da transição entre o capitalismo que existia em Cuba antes da revolução e o pseudo-socialismo autoritário com o que foi substituído, se nunca deu os resultados esperados, deve-se essencialmente à velocidade com que se quis agilizar o processo. Aqueles barbudos tinham demasiada pressa em impor suas ideias e nunca foi planejada séria e inteligentemente a passagem de um sistema ao outro. Em vez de entregar as fábricas e oficinas aos operários, com o que os anarquistas naquela época estavam de acordo, uma vez que foram expropriadas de seus donos, o governo decidiu nacionalizar todos esses grandes negócios, indústrias, bancos etc., à frente dos quais punha elementos afins e fiéis a ele, mas não tinha nenhuma ideia concreta de como fazer funcionar todas essas empresas.

A segunda razão, talvez mais convincente do que a primeira, foi o estabelecimento de uma ditadura militar revolucionária ainda pior que a anterior, com a criação de sistemas violentos de repressão e brutalidade, capazes de controlar, encarcerar e fuzilar massivamente uma parte da população se fosse necessário; com um sistema de tortura superior ao governo anterior e uma capacidade de maltratar e perseguir presos políticos sem paralelos em nossa história. O liberticídio cometido por Castro contra o povo de Cuba, cujas crônicas estão ligadas precisamente ao amor pela liberdade, foi o motivo principal e a consequência inevitável do desastre comunista na Ilha. Um povo aprisionado e de joelhos não pode colaborar efetivamente para um triunfo social ou político. É justamente o contrário. Por isso a utopia autoritária de Marx nunca progrediu em país nenhum.

Por sua vez, os anarquistas que haviam combatido em toda a sua história, como se pôde comprovar neste trabalho, contra o sistema capitalista estabelecido desde que a *sacarocracia* impôs seu sistema classista em Cuba, até o pseudo-socialismo imposto por Castro, passando por um antimarxismo virulento desde 1933, foram os primeiros a entender e denunciar o processo castrista sob seus pontos de vista ideológicos e sociais. Tentou-se em princípio, quando ainda existiam

dúvidas, dar independência ou liberar o movimento operário de uma vez por todas do governo de turno, tarefa que fracassou.

A visita e avaliação que Agustín Souchy fez em seu livro sobre a revolução cubana em 1960, a declaração pública da ASL feita naquele mesmo ano e o livro de Abelardo Iglesias sobre o mesmo tema e com propósito semelhante, datado de 1963, explicam de forma cabal qual era a posição dos anarquistas naquele momento e quais eram as aspirações revolucionárias dos ácratas com relação ao governo. Aproximando-nos cada dia mais da hora final do castrismo e levando em conta que as ideias anarquistas suscitadas em finais do século XIX chocam de frente com uma sociedade moderna muito diferente das anteriores, onde a tecnologia é um elemento fundamental em todas as relações humanas, parece-nos que é necessária uma revisão e uma nova abordagem do ideário ácrata. Isso não quer dizer que devamos renunciar a muitas das ideias libertárias do século XX, nem muito menos às suas consignas mais elevadas.

Para Cuba, no entanto, é necessário pensar numa nova aurora de liberdade que possa e deva servir para começar uma propagação eficiente dos ideais anarcossindicalistas e da ética proletária pelos meios mais acessíveis e usando os métodos mais modernos da tecnologia. A antiga consigna da AIT, "a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores", tem tanta vigência hoje como nos tempos de Bakunin. A solidariedade internacional dos diferentes setores anarquistas, anarcossindicalistas, libertários etc., é um fator importante na organização futura em âmbito operário, sindical e confederal, mas não deverá ser imprescindível. São os próprios operários que devem lutar pelas reivindicações sociais e sobretudo se organizarem sindicalmente para realizar esses propósitos.

As diferenças com o sistema que está a ponto de morrer foram a luta constante dos anarquistas em Cuba durante mais de quarenta anos. Os primeiros pronunciamentos contra a ditadura em 1960 falavam bem claro de liberalização dos sindicatos operários, municípios livres, cooperativas agrícolas, indústrias autônomas, coletividades fabris e camponesas etc. O mesmo documento da ASL reflete sua oposição direta ao centralismo, à violência, ao militarismo e ao imperialismo, que como já se sabe foram as razões principais da oposição ao governo revolucionário e ironicamente alguns dos motivos de seu desastre total. Devemos, pois, enfatizar esses princípios amanhã, pois seu valor de ontem se mantém no século XXI.

Sabe-se e comenta-se sobre as cooperativas camponesas em diferentes lugares de Cuba. Respeitadas pelo governo castrista devido à sua localização, quase sempre montanhosa, e por estarem organizadas em benefício de ajuda mútua entre os camponeses de regiões agrestes e às vezes distantes. Esse tipo de cooperativismo agrícola, mencionado por Agustín Souchy em sua obra, que serviu em muitos casos não só para alimentar os que participam do projeto, mas também

para ajudar na venda de produtos agrícolas nos povoamentos próximos, deu resultados positivos dentro do marco de um sistema que se caracterizou por sua ineficácia na agricultura. Essas cooperativas, tendo sido criadas no começo do século XX e tendo sido postas a produzir durante mais de oitenta anos dentro dos critérios e parâmetros do anarquismo rural, podem servir e ser muito úteis para o futuro de Cuba.

O discurso anarquista e suas proposições não morreram em Cuba, como acreditam muitos que, tratando de ignorar, distorcer ou tornar invisível a história do anarquismo em Cuba, querem fazer desaparecer essas ideias de redenção social da agenda cubana às portas do novo século. Estão enganados. O marxismo deixou de ser uma utopia com os planos de Lenin e Stalin. O anarquismo, por sua vez, com toda uma tradição de lutas, de sacrifícios e de mortes, continua sendo uma utopia apesar de alguns já terem declarado que os *sonhos* sociais morreram. É prematuro enterrar as ideias libertárias e declará-las defuntas quando elas ainda têm vigência, sobretudo em um campo próspero, adubado com sangue de várias gerações e onde de novo renascerão com mais força os pensamentos de um arquétipo elevado da condição humana e, principalmente, de liberdade individual e coletiva de todo um povo.

Anselmo Lorenzo disse uma vez que "a primeira coisa necessária para ser anarquista é ser justo", e nós adicionamos que também é necessário ser otimista. As novas gerações de cubanos que sofreram o terror castrista durante várias décadas, na busca e rebusca eterna de um sistema que liberte o ser humano da intolerância, da dominação, do ódio, da rapina e da vingança, descobrirão logo que as proposições libertárias hão de ser o primeiro passo em direção a uma sociedade futura mais justa, mais livre e mais nobre.

BIBLIOGRAFIA

AGRUPACIÓN SINDICALISTA LIBERTARIA: *Declaración de principios*, La Habana, Luz – Hilo, 1960.

AGUIRRE, Sergio: «Algunas luchas sociales en Cuba republicana», *Cuba socialista* (La Habana) (1965).

ASOCIACIÓN LIBERTARIA DE CUBA: *Memoria del II congreso nacional libertario*, La Habana, Solidaridad, 1948.

AVRICH, Paul: *The Haymarket Tragedy*, Princeton University Press, 1984.

CABRERA, Olga: *Alfredo López, maestro del proletariado cubano*, La Habana, Ciencias Sociales, 1985.

CASANOVA CODINA, Joan: «El movimento obrero y la política cultural española en la Cuba de finales del siglo XIX» en *La nación soñada. Cuba, Puerto Rico y Filipinas ante el 98*, Madrid, Doce Calles, 1996.

—— «El movimento obrero cubano: del reformismo al anarquismo», *Historia y Sociedad* (Puerto Rico) (1987).

—— «Bread or Bullets!», Urban Labor and Spanish Colonialism in Cuba, 1850 – 1898. Pittsburg, PA. University or Pittsburg Press, 1998.

CONGRESO INTERNACIONAL DE FEDERACIONES ANARQUISTAS. CARRARA. 1968: *Informe*, París, Librairie Publico, 1968.

CARRILLO, Justo: *Cuba 1933: estudiantes, yanquis y soldados*. Miami, Instituto de Estudios Interamericanos, University of Miami, 1985.

CAPPELLETTI, Ángel: «Prólogo» en *El anarquismo en América Latina*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1990.

CLARK, Juan: «Cuba, Mito y Realidad», Miami – Caracas, Saeta Ediciones, 1990.

DUMPIERRE, Erasmo: *J. A. Mella: biografía*, La Habana, Ciencias Sociales, 1977.

DOLGOFF, Sam: *The Cuban Revolution: a critical perspective*, Montreal, Black Rose Books, 1976.

—— *Fragments: a memoir*, Londres, Refract Publications, 1986.

La Enciclopedia de Cuba, Historia, t. 4.º, Madrid, Playor, 1974.

ESTEVE, Pedro: «Los anarquistas de España y Cuba» en *Memorial de la Conferencia anarquista de Chicago en 1893*, Patterson, N. J., Imprenta El Despertar, 1900.

FABRI, Luigi: *Matalesta*, Puebla, Editorial J.M. Cajica Jr, 1967.

FERNÁNDEZ, Frank: *La sangre de santa Águeda, Angiolillo, Betances y Cánovas*, Miami, Universal, 1994.

—— *Cuba: The Anarchist and Liberty*, Sidney, Monty Press, 1987.

FERRARA, Orestes: *Una mirada de tres siglos: memorias*, Madrid, Playor, 1976.

GAMBONE, Larry: *Proudhon and Anarchism*, Montreal, Red Lion Press, 1996.

GOLDMAN, Emma: *Living my life*. vol. 1, Nueva York, Dover Publications, 1970 [Existe versión en castellano: *Viviendo mi vida* (trad. Antonia Ruiz Cabezas), 2 vols., Madrid, Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1995.]

GUERRA, Ramiro: *Manual de la historia de Cuba*, Madrid, Ediciones R., 1975.

GUILLAUME, James: *La internacional de los trabajadores*, La Habana, Asociación Libertaria de Cuba, 1946.

GROBAR, Fabio: «El movimento obrero cubano de 1925 a 1933», *Cuba Socialista* (La Habana) (1966).

HIDALGO, Ariel: «El movimento obrero cubano y el primer partido antiimperialista de la historia», *El Caimán Barbudo*, Segunda etapa (La Habana) (1974).

IGLESIAS, Abelardo: *Revolución y dictadura en Cuba*, Buenos Aires, Reconstruir, 1963.

LATORRE, Alejandro de: *Marcelo Salinas: La Persecución de un Anarquista Cubano*, México D.F., Facultad de Filosofia y Letras, UNAM, 2003.

LE RIVEREND, Julio: «Raíces del 24 de febrero: la economía y la sociedad cubana de 1878 a 1895», *Cuba Socialista* (La Habana) (1965).

LITVAK, Lily: *Musa libertaria*, Barcelona, Antoni Bosch, 1981.

MARTÍ, José: *Obras completas*, t. 1 al 4, Cuba, Editora Nacional, 1964.

MARTÍNEZ ORTIZ, Rafael: *Cuba, los primeros años de independencia*, París, Le Livre Libre, 1929.

MARRERO, Leví: *Cuba: economía y sociedad*, t. 13 al 15, Madrid, Playor, 1987–1992.

MORENO FRAGINALS, Manuel: *Cuba/España, España/Cuba*, Barcelona, Grijalbo–Mondadori, 1995.

MOVIMENTO LIBERTARIO CUBANO EN EL EXILIO: *Declaración de principios*, Miami, 1965.

El movimento obrero cubano, t. I, «Documentos y artículos» La Habana, 1975.

OLAYA MORALES, Francisco: *Historia del movimento obrero español (Siglo* XIX*)*, Móstoles, Nssa y Jara, 1994.

ORTIZ, Fernando: *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*, Barcelona, Ariel, 1973.

PLASENCIA MORO, Aleida: «Historia del movimento obrero en Cuba» en *Historia del movimento obrero en América Latina*, México, Siglo Veintiuno, 1984.

POYO, Gerald E.: «José Martí, Architect of social unity. 1887–1895», Center for Latin American Studies (Ginsville) (1984).

—— «The impact of Cuban and Spanish workers of Labor organizing in Florida, 1870–1900», *Journal of American Ethnic History*, 5, núm. 2 (1986).

—— «The anarchist challenge to the Cuban indenpendence movement 1885–1990», *Cuban Stadies* (Pittsburg) (1985).

RIVERO MUÑIZ, José: «La lectura en las tabaquerías», *Revista de la Biblioteca Nacional* (La Habana) (octubre–diciembre,1951).

—— *The Ibor City story*, 1885–1954, Tampa, 1976.

—— *El movimento obrero durante la primera intervención*, Universidad de Las Villas, 1961.

—— «Los orígenes de la prensa obrera en Cuba», *Revista de la Biblioteca Naciona*l (La Habana) (enero–diciembre, 1960).

ROCKER, RUDOLF: *Nacionalismo y cultura,* Puebla (México), Cajica, 1962.

—— *En la borrasca: memorias*, Puebla (México), Cajica, 1967.

ROIG SAN MARTÍN, ENRIQUE: *El productor,* (introducción, compilación y notas, Adelaida P6 M6), La Habana, Consejo Nacional de Cultura, 1967.

SERRANO, CARLOS: *Anarchisme et independence á cuba á la fin du* XIX *ciecle*, Universite de París, 1986.

SHAFFER, Kirwin R.: *Cuba para todos: Anarchist Internationalism and the Cultural Politics of Cuban Independence, 1898 – 1925*, Inédito 1998, Cuban Studies.

SOUCHY, AGUSTÍN: *Testimonios sobre la Revolución cubana*, Buenos Aires, Reconstruir, 1960.

THOMAS, Hugh: *Cuba or The Pursuit of Freedom*, Londres, Eyre & Spottiswoode, 1971.

WESTFALL, Glenn L.: *Key West: Cigar City USA*, Key West, Historical Key West Preservation Board, 1987.

WEXLER, Alice: *Emma Goldman in exile*, Boston, Beacon Press, 1989.

ZINN, Howard: *A People's history of the United States*, Nueva York, Harpers and Row Publish, 1980.

PERIÓDICOS

Acción Libertaria

L'Adunata dei Refrattari

¡Alerta!

La Aurora

La Batalla (La Habana)

El Corsario (La Coruña)

Cultura Proletaria (Nueva York)

El Despertar (Nueva Jersey)

El Esclavo

Espartaco

Granma

El Libertario (Buenos Aires)

El Libertario (La Habana)

La Lucha

El Memorándum Tipográfico

La Nueva Aurora

Nueva Luz

El Nuevo Ideal

Nuevos Rumbos

El Obrero

El Productor (Barcelona)

El Productor (La Habana)

Revolución

El Siglo

Solidaridad Gastronómica

Solidaridad Obrera (Barcelona)

Tiempos Nuevos

¡Tierra!

Tierra y Libertad (México)

Umanità Nova

Vía Libre

REVISTAS

Bohemia

Cuba Internacional

Estudios

Freedom (Londres)

Guángara Libertaria

Libertarian Labor Review

MAS (La Habana)

La Revista Blanca

Rivista Anarchica A

Views and Comments

BOLETINS

Boletín de Información Libertaria

CNT (La Habana)

Federação de Juventudes Libertarias

Fragua

Proyecciones Libertarias